



UNILASALLE
CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE



VALDIR LEONARDO DA SILVA

**SERVIÇO EDUCATIVO A POBRES: A REDE LA SALLE ENTRE A MISSÃO
INSTITUCIONAL E AS RECENTES IMPLICAÇÕES DA LEGISLAÇÃO
BRASILEIRA SOBRE FILANTROPIA EDUCACIONAL**

CANOAS, 2016

VALDIR LEONARDO DA SILVA

**SERVIÇO EDUCATIVO A POBRES: A REDE LA SALLE ENTRE A MISSÃO
INSTITUCIONAL E AS RECENTES IMPLICAÇÕES DA LEGISLAÇÃO
BRASILEIRA SOBRE FILANTROPIA EDUCACIONAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário La Salle – Unilasalle, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientação: Prof. Dr. Evaldo Luis Pauly.

CANOAS, 2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586s Silva, Valdir Leonardo da
Serviço educativo a pobres: a rede La Salle entre a missão institucional e as recentes implicações da legislação brasileira sobre filantropia educacional: [manuscrito]: / Valdir Leonardo da Silva. – 2016.
102 f.: il.; 30 cm.
Dissertação (mestrado em Educação) – Centro Universitário La Salle, Canoas, 2016.
“Orientação: Prof Dr. Evaldo Luis Pauly”.
1. Educação. 2. Educação - qualidade. 3. Rede La Salle. 4. Educação – filantropia. I. Pauly, Evaldo Luis II. Título.

CDU: 37

VALDIR LEONARDO DA SILVA

SERVIÇO EDUCATIVO A POBRES: A Rede La Salle entre a missão institucional e as recentes implicações da legislação brasileira sobre filantropia educacional

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário La Salle – Unilasalle, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Evaldo Luis Pauly
UNILASALLE – Canoas/RS

Dr. Paulo Fossatti
UNILASALLE – Canoas/RS

Dr. Balduino Antonio Andreola
UNILASALLE – Canoas/RS

Dr. Marcos Antonio Corbellini
Diretor Geral da Faculdade de Tecnologia La Salle – Estrela/RS

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me concedido o dom da vida, sabedoria e perseverança para concluir esta dissertação.

Aos meus pais, Francisco e Maria Dicena, pessoas simples e humildes, que sempre me incentivaram nos estudos.

À Província La Salle Brasil-Chile, instituição da qual faço parte, pelo estímulo e apoio recebidos durante a realização do curso de Mestrado.

Aos Irmãos e Colaboradores Lassalistas que conviveram comigo nas diversas comunidades pelas quais passei.

Ao meu orientador Dr. Evaldo Pauly pelo apoio e pelas contribuições nesta dissertação.

Aos professores do Programa de Mestrado em Educação do UNILASALLE, de Canoas-RS.

Aos Doutores, que participaram da Banca, pelas sugestões de melhoria desta pesquisa.

Aos meus colegas de Mestrado, que realizaram comigo esta caminhada, pela troca de conhecimento e pela solidariedade.

E a todos que participaram na realização do trabalho dissertativo, especialmente, à Liliane Dutra, pela colaboração na revisão final.

“Tendes a felicidade de ocupar-vos com a instrução dos pobres e de estar dedicados a um trabalho só estimado e honrado pelos que têm o espírito cristão” (LA SALLE, 2012, p.251).

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é investigar como a Rede La Salle desenvolve e organiza sua missão institucional diante da legislação da filantropia, vivente no Brasil, sem perder sua essência pedagógica e sua identidade original de serviço educativo a pobres. Dessa forma, procura verificar se as ações educativas de inclusão da Rede La Salle são consequência mais da opção pelos pobres do que da obrigação legal, ou ainda, se as ações da Rede são de caráter mais solidário do que burocrático. A metodologia para atender essa questão é de caráter qualitativo, especificamente através da revisão bibliográfica e da análise documental. Com base na bibliografia, documentos e impressos analisados, tem-se como principais resultados: a) a Rede La Salle não depende única e exclusivamente da Lei da Filantropia para desenvolver suas atividades, pois possui uma base sólida que fundamenta o serviço educativo a pobres; b) a prática da solidariedade e sensibilização com relação aos mais vulneráveis é uma marca lassalista desde as origens e perpassa todas as ações educativas da instituição. Concluiu-se que a opção pelos pobres é parte integrante da finalidade do Instituto, e os Lassalistas deram e dão sentido à universalização da educação gratuita para a infância pobre, sendo esse o legado pedagógico de sua opção pelos pobres.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Rede La Salle. Ensino Privado. Filantropia Educacional.

ABSTRACT

The objective of this research is to investigate how the La Salle Network develops and organizes its institutional mission in face of the new legislation of philanthropy in Brazil, without losing its pedagogical essence and its original identity educational service to the poor. Thus, it tries to verify whether the inclusive educational activities of the La Salle Network are more of the option for the poor than of the legal obligation, or if the network's actions are of a more solidary character than bureaucratic. The methodology used to answer this question is of qualitative character, specifically through the literature review and document analysis. Based on the literature, documents and printed matters analyzed, it has as main results: a) La Salle Network does not depend solely on Philanthropy Law to develop its activities because it has a solid foundation that underlies the educational service to the poor; b) the practice of solidarity and awareness in relation to the most vulnerable is a Lasallian brand since its very origins and permeates all educational activities of the institution. It was concluded that the option for the poor is an integral part of the purpose of the Institute and the Lasallians gave and give meaning to the universal free education for poor children, which is the pedagogical legacy of their option for the poor.

Keywords: Educational Policies; La Salle Network; Private Education; Educational Philanthropy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – João Batista de La Salle. Quadro de Pierre Léger de 1734.....	16
Figura 2 – O rei Luis XIV em 1702. Pintura de Rigaud Hyacinthe.....	17
Figura 3 – Guia das Escolas Cristãs. Primeira - Edição de 1720.....	19
Figura 4 – Regras de Cortesia e Urbanidade - Primeira Edição 1703.....	24
Figura 5 – La Salle em sala de aula - Acervo da Casa Generalícia - Pintura de Giovanni Gagliardi em 1901.....	28
Figura 6 – La Salle em sala de aula - Museu do Vaticano - Pintura de Cesare Mariani.....	29
Figura 7 – "Children leaving school", de Benjamin Vautier, em 1850 - Victoria and Albert Museum, Londres (numeração).....	37
Figura 8 – La Salle distribui comida aos pobres - Pintura de Giovanni Gagliardi.....	40
Figura 9 – Signatários do Voto Heroico, em 21/11/1691.....	44
Figura 10 – Morte de La Salle, 7 de abril de 1719. Pintura de Giovanni Gagliardi.....	49
Gráfico 1 – Organizações por áreas de atuação, 2007–2014.....	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Gratuidade nas Escolas Cristãs 1879-1968.....	55
Quadro 2 – Alunos em instituições mantidas pela Sociedade Porvir Científico, em 31 de dezembro de 2015. Educação básica e profissional.....	74
Quadro 3 – Alunos em instituições mantidas pela Sociedade Porvir Científico, em 31 de dezembro de 2015. Ensino Superior.....	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Renúncias Previdenciárias – 2014.....	59
--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	O CONTEXTO HISTÓRICO DAS ORIGENS INSTITUCIONAIS DOS IRMÃOS DAS ESCOLAS CRISTÃS.....	16
2.1	Situação e contexto histórico-social de La Salle.....	17
2.2	A pobreza e os pobres no século XVII	19
2.3	A escolaridade no século XVII.....	22
2.4	O envolvimento de João Batista de La Salle com a educação.....	29
3	A GRATUIDADE NO ENSINO DO INSTITUTO DOS IRMÃOS DAS ESCOLAS CRISTÃS.....	36
3.1	Alguns percalços na consolidação das Escolas Cristãs.....	44
3.2	A Gratuidade após a morte do Fundador.....	49
4	O CONTEXTO BRASILEIRO ATUAL SOBRE A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO DOS POBRES E FILANTROPIA.....	58
4.1	Filantropia na educação e responsabilidade social.....	66
4.2	A Rede La Salle: fiel à sua tradição e ao carisma fundacional.....	70
4.3	O Serviço Educativo a Pobres e Filantropia na Rede La Salle.....	73
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
	REFERÊNCIAS.....	85
	ANEXO A – Centros de Assistência Social.....	92
	ANEXO B – Escolas de Educação Básica.....	96
	ANEXO C – Instituições de Ensino Superior (IES).....	99
	APÊNDICE A - Termo de autorização para a realização do estudo.....	101
	APÊNDICE B - Carta de Autorização/Anuência.....	102

1 INTRODUÇÃO

A Rede La Salle pertence ao Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs, mais conhecidos como Irmãos Lassalistas, cuja proposta educativa baseia-se nos princípios de João Batista de La Salle (1651–1719). Esse sacerdote católico sentiu-se sensibilizado pela realidade de abandono e de ignorância na qual sobreviviam os filhos de artesãos e de pobres, na França aristocrática do século XVII. Com este sentimento de solidariedade, buscou meios para fazer com que tais crianças e adolescentes tivessem acesso a uma educação humana e cristã de qualidade. A Rede La Salle apresenta-se à sociedade brasileira nos seguintes termos:

Presente no Brasil desde 1907, a Rede La Salle integra a Província La Salle Brasil-Chile, unidade administrativa do Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs, cuja missão religiosa e educacional foi inaugurada por São João Batista de La Salle em 1680 e, desde então, espalhou-se pelo mundo.

Atualmente, atuam nas Comunidades Educativas e Assistenciais da Rede La Salle, no Brasil, mais de 180 Irmãos Lassalistas e 5 mil educadores, que acolhem a mais de 45 mil estudantes, em todos os níveis de ensino, em 9 estados e no Distrito Federal.¹

Desde 1680, quando foi fundado o Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs, os Irmãos repetidamente renovam a declaração de seu objetivo institucional: proporcionar educação humana e cristã aos jovens, especialmente aos pobres. Desde as origens, portanto, o Instituto se autocompreende como suscitado por Deus para a evangelização e o serviço educativo dos pobres. No passado e, ainda hoje, o Instituto tem se preocupado com o que denomina *serviço educativo a pobres*. Essa preocupação com a educação dos mais pobres é assumida como atividade aberta e necessária a ser executada em parceria com os próprios Irmãos do Instituto e com outras instâncias ou instituições.

O Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs, como tantas organizações e pessoas, hoje, tenta manter clara e evidente a consciência acerca da educação das crianças, dos jovens e adultos. Atualmente, mantém aproximadamente 1.500 instituições de ensino em oitenta e dois países, que buscam ser reconhecidas pela excelência de ensino e pela formação integral, formando uma rede de instituições de ensino na qual atuam “6 mil Irmãos e 55 mil educadores que auxiliam 1 milhão de crianças”², jovens e adultos na construção do conhecimento.

No Brasil, a Rede La Salle iniciou suas atividades em 1907 e está presente em 10 estados e no Distrito Federal, e possui 48 comunidades educativas, mais de 65 mil alunos e 3

¹ Conforme o site oficial da rede, disponível em: <<http://lasalle.edu.br/sobre-a-instituicao/a-rede-la-salle>>.

² Fonte: Disponível em: <<http://www.lasalle.edu.br/sobre-a-instituicao/a-rede-la-salle>>.

mil educadores³. A partir de 2012 houve a unificação na administração das obras lassalistas no Brasil, Chile e Moçambique, constituindo uma única unidade administrativa e canônica, atualmente com sede em Porto Alegre. Essa unidade administrativa é chamada de Província La Salle Brasil-Chile, possuindo diversas instituições civis e jurídicas para sua organização e operacionalização administrativa.

Após essa breve apresentação da Instituição, tema desse estudo, apresenta-se também a justificativa do mesmo. O interesse desse estudo surgiu a partir da minha trajetória pessoal e estando imerso no universo da Educação, como religioso e educador, pertencente ao Instituto das Escolas Cristãs (Irmãos Lassalistas), licenciado em Filosofia, exercendo o Magistério a partir de minha habilitação profissional e de minha vocação religiosa desde o ano de 2004. Também realizei estudos e leituras complementares voltados a temas sobre Legislação Educacional, Educação Confessional Católica, Gestão Educacional, Terceiro Setor e Filantropia. Desde 2004, tenho atuado na gestão de unidades de serviço educativo a pobres, um dos princípios da missão da Rede La Salle. Minha vida acadêmica e profissional é marcada pelo debate em torno da Educação em geral e da Educação Lassalista, bem como sobre a relação desta com as exigências legais e as normativas de diferentes sistemas de ensino, principalmente pela lei que regula a Filantropia.

Quanto à motivação social, destaco a importância de uma pesquisa que possa investigar como a Rede La Salle convive com a lei da filantropia, uma obrigação legal e, ao mesmo tempo, dando conta de sua missão, sem perder sua essência e identidade original de serviço voltado para os pobres. Dessa forma, buscando esclarecer se as ações de inclusão educativas da Rede são mais consequência da opção pelos pobres ou de uma justa obrigação legal, ou ainda verificar se estas ações são de caráter mais solidário do que burocrático. Com essas questões esclarecidas, acredita-se que a Instituição terá uma maior relevância de atuação na sociedade.

O estudo se justifica ainda por uma questão educacional, pois contribui para a pesquisa em educação que analisa o debate entre o público e o privado, amplamente amparado no Grupo de Trabalho 5 – “Estado e Política Educacional” que lidera a pesquisa sobre este tema no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Além disso, esta pesquisa contribuirá para impulsionar os estudos sobre La Salle.

A pesquisa busca esclarecer como a Rede La Salle desenvolve e organiza sua missão institucional frente à legislação da filantropia, vigente no Brasil, sem perder a sua essência pedagógica e a sua identidade eclesial. Para tanto, buscar-se-á construir respostas à

³ Idem.

problemática da pesquisa, a partir da metodologia de caráter qualitativa, especificamente através da revisão bibliográfica e da análise documental.

Para Pádua (2003), em um sentido amplo, pesquisa é toda atividade direcionada para a solução de problemas; como atividade de busca, indagação, investigação, inquirição da realidade, é a atividade que vai nos permitir, no âmbito da ciência, elaborar um conhecimento, ou um conjunto de conhecimentos, que nos auxilie na compreensão dessa realidade e nos oriente em nossas ações. (PÁDUA, 2003, p. 31).

A proposta de procedimento metodológico para esta pesquisa é a qualitativa. Segundo Strauss e Corbin (2008, p. 23), por pesquisa qualitativa se entende qualquer tipo de pesquisa que gera resultados que não foram alcançados por procedimentos estatísticos ou outro tipo de quantificação. Pode referir-se a pesquisas sobre a vida das pessoas, histórias, comportamentos e também ao funcionamento organizativo, aos movimentos sociais ou às relações e interações. Alguns dos dados podem ser quantificados, porém, a análise em si mesma é qualitativa.

Foram utilizados os seguintes instrumentos de pesquisa na coleta de dados:

a) Revisão Bibliográfica:

Na busca de entender a Identidade e a Tradição da missão lassalista foram investigados materiais já produzidos cientificamente, constituídos principalmente de livros, teses, dissertações artigos científicos e periódicos.

b) Documentos:

Foram analisados os seguintes documentos: estatuto, proposta educativa, projeto pedagógico, informativos, revistas mantidas pela Sociedade e pelo Instituto, relatórios, projetos, entre outros. Em razão do objetivo da pesquisa de confrontar a missão institucional atual com a missão compreendida por La Salle e pelos primeiros professores, o material foi interpretado pelo viés hermenêutico em que se combinaram instrumentos analíticos de diversas ciências humanas: história, pedagogia, teologia, filosofia, política e ciências jurídicas e sociais.

Segundo Alves (1991), pesquisas qualitativas tipicamente geram um enorme volume de dados que precisam ser processados e compreendidos. Isto se faz através de um processo continuado em que se procura identificar dimensões, categorias, tendências, padrões, relações, desvendando-lhes o significado. Este é um processo complexo, não-linear, que implica um trabalho de redução, organização e interpretação de dados, e que se inicia já na fase exploratória, acompanhando toda investigação em uma relação interativa com dados empíricos: à medida que os dados vão sendo coletados, o pesquisador vai procurando

tentativamente identificar temas e relações, construindo interpretações, gerando novas questões e ou aperfeiçoando as anteriores, levando a novos dados. (ALVES, 1991, p. 60).

Os dados coletados durante a pesquisa foram submetidos ao processo de análise de conteúdos, conforme Bardin, com o intuito de se interpretar e compreender o universo investigado. As etapas de pesquisa apontadas pela autora para a análise de conteúdos caracterizam-se em torno de três polos cronológicos: a pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. (BARDIN, 2010, p. 121).

Esta dissertação foi estruturada em três capítulos. O resumo de cada capítulo é apresentado nos parágrafos seguintes.

O primeiro capítulo, intitulado “O contexto histórico das origens institucionais dos Irmãos das Escolas Cristãs” destaca a prioridade pedagógica e a preferência teológica de La Salle em relação à pobreza e aos pobres do seu século. Para compreender a inovação pedagógica da educação de crianças e jovens introduzida pelo sistema escolar, criado pelo Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs, é preciso analisar a escolaridade do século XVII francês. Desse modo, parece ser possível demonstrar o envolvimento histórico de João Batista de La Salle com a educação que acabou por garantir as escolas gratuitas para os filhos dos artesãos e dos pobres, na França setecentista e pré-revolucionária, elevando o conceito da docência nas escolas populares, podendo, assim, ser considerado um precursor da universalização da educação básica, meta ainda em processo de consolidação no Brasil contemporâneo.

O segundo capítulo, “A gratuidade do ensino no Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs”, apresenta um panorama histórico sobre a gratuidade da educação na história tricentenária do Instituto. A gratuidade está presente desde a aprovação em 1705 das Regras Comuns dos Irmãos das Escolas Cristãs, sem descaracterizar com isso a necessidade pedagógica de “ensinar a bem viver” e de oferecer uma educação pragmática, voltada para os melhores postos de trabalho disponíveis na sociedade de então. A qualidade das escolas cristãs, mesmo que gratuitas, atraiu alunos das famílias mais ricas ou nobres, mas mesmos estes recebiam educação gratuita pela concepção teológica de educação que os primeiros Irmãos sustentavam, a ponto inclusive de infringir o monopólio legal das escolas pagas dos mestres calígrafos e outros. O debate sobre a gratuidade se intensifica, no século XVIII e XIX, quando a maioria dos países europeus, sob o regime republicano e democrático, assume como dever do Estado oferecer educação obrigatória de forma universal e gratuita. No século XX, o marco fundamental da Igreja Católica é o Concílio Ecumênico, em cujo contexto de transformação eclesial, realiza-se Capítulo Geral de 1966 que concebe a gratuidade como “serviço educativo a pobres”.

O terceiro Capítulo, “O contexto brasileiro atual sobre a relação entre educação dos pobres e filantropia”, relaciona os dois capítulos anteriores com a política educacional brasileira. A análise desenvolve-se em três pontos; no primeiro, discute-se a relação entre o conceito jurídico e político “filantropia” no âmbito da educação e a noção recente de responsabilidade social das empresas brasileiras. Nesse ponto confrontam-se dois valores: o valor econômico da educação e o seu valor moral e humanista. O segundo ponto tenta afunilar o debate para discutir a relação entre o público e o privado no contexto da Rede La Salle, tentando identificar de que modo se esforça para ser fiel à sua tradição e ao carisma fundacional, aproximando o século XVII do século XXI. Finalmente, alcançamos a ideia central dessa dissertação ao tratarmos o terceiro ponto da mencionada relação: o Serviço Educativo a Pobres e Filantropia na Rede La Salle, considerando os primeiros movimentos institucionais de adequação à nova Lei da Filantropia, Lei 12.868/2013, que alterou significativamente a legislação anterior, especialmente quanto ao procedimento de requisição e de concessão da certificação de entidades de assistência social.

A dissertação foi estruturada sob a forma de três capítulos que apresentam as características de artigos, cujos resumos estão acima esboçados, visando à divulgação dos resultados de forma imediata após as alterações sugeridas durante a defesa. Outra decisão formal, estabelecida com apoio da orientação, refere-se à utilização de figuras no texto da dissertação, que utiliza imagens sobre La Salle veiculadas pelo Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs, visando ilustrar as informações escritas. Talvez essas imagens ajudem o leitor brasileiro contemporâneo na compreensão do texto da dissertação, bem como pode auxiliá-lo na percepção acerca do modo como os educadores lassalistas através da escolha e produção das imagens que difundem, apropriam-se de sua herança teológica e pedagógica. A maioria dessas imagens está disponível para uso público no site oficial do Instituto (<http://www.lasalle.org/>), além disso, as fontes das figuras indicam o endereço eletrônico e fazem referência à obra do Irmão Emile Rousset (1979).

2 O CONTEXTO HISTÓRICO DAS ORIGENS INSTITUCIONAIS DOS IRMÃOS DAS ESCOLAS CRISTÃS

João Batista de La Salle viveu em momento histórico marcado por grandes mudanças e contrastes. O início do Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs⁴ está situado no século XVII, o grande século francês, conhecido como século das luzes, marcado por grande avanço no campo das ciências, das artes, da política. La Salle viveu no período do Rei Luis XIV, o Rei Sol.

Figura 1 – João Batista de La Salle
Pintura de Pierre Léger – 1734



Fonte: Disponível em: <https://picasaweb.google.com/114952324193147523081/IconografiaIconographieIconografiaIconographie#5773898926779523122>
(ROUSSET, 1979, p. 5).

Conforme Morales (1990, p. 23), para conhecer bem a obra de La Salle é indispensável considerar “[...] uma visão global, ao menos, das circunstâncias históricas, sociais, políticas e religiosas que existiram no seu tempo e que influenciaram muitas de suas decisões pessoais, bem como de suas propostas pedagógicas”.

⁴ Nome oficial do Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs (em latim *Fratres Scholarum Christianarum*) chamado pela Bula *In Apostolicae Dignitatis Solio*, do Papa Bento XIII, de 26 de janeiro de 1726. Teve sua origem e criação na Sociedade das Escolas Cristãs nos fins do século XVII e início do século XVIII, na França, que era integrada por mestres-escola leigos e por um cônego da catedral de Reims, João Batista de La Salle. Foi criada oficialmente em 1694 e teve momentos anteriores em que se considerou uma “Comunidade das escolas cristãs”. (CORBELLINI, 2002, p. 43).

2.1 Situação e contexto histórico-social de La Salle

No século XVII, a França conviveu com sérios problemas de endividamento, guerras, fome e epidemias, conflitos religiosos, alianças políticas, religiosas e militares. O governo da época é marcado por luxo e esplendor. Isabella Luglio (2012) destaca que Luis XIV (1638–1715) é considerado o rei da beleza e do esplendor, pois o luxo e a beleza tornaram-se base para a execução do absolutismo em seu reinado. Ao tratar a indústria do luxo como um assunto de Estado e como algo necessário para estabelecer uma poderosa imagem de sua nação, o Rei conseguiu que o estilo francês exercesse influência em toda a sociedade e até mesmo em outras nações.

Figura 2 – O rei Luis XIV em 1702

Pintura de Rigaud Hyacinthe



Fonte: Site do Palácio de Versailles. Disponível em: <<http://es.chateauversailles.fr/es/the-palace->>.

O contraste entre essas duas pinturas históricas do século XVII, na França parece emblemático. Se por um lado o rei vivia no luxo, por outro, a população em geral vivia na extrema pobreza. O cenário era de uma sociedade em crise em todos os níveis, graves desigualdades sociais e injustiças. Uma sociedade que vivia de aparências, que apontavam o status social, na forma de se vestirem, no lugar da residência, na alimentação e na linguagem. Esses elementos revelavam a que grupo social ou estamento pertenciam essas pessoas.

Segundo Hengemüle (2007, p. 49), “[...] no século XVII francês, havia uma profunda crença na desigualdade e grandes contrastes sociais e econômicos entre os grupos de pessoas existentes”. E tais desigualdades se materializavam na divisão da sociedade nas três ordens

sociais, ou os três estados: o Clero, a Nobreza e o Terceiro Estado, que congregava, em distintos níveis, desde a alta burguesia até os miseráveis. As três ordens são as que seguem:

A primeira delas era a do clero. Ocupava posição eminente, com privilégios, isenções e, sobretudo o alto clero, com riqueza. A nobreza constituía a segunda ordem. Era pouco numerosa, mas também privilegiada. A terceira, mais conhecida por terceiro estado, congregava tudo que não estava incluído nas outras. Seu único privilégio consistia na exclusividade das atividades de comércio e de ofícios. (HENGEMÜLE, 2007, p. 49).

Conforme Corbellini (2001, p. 86) os próprios professores que se tornaram “Irmãos faziam parte do terceiro estado do reino, mas nos níveis sociais inferiores, onde se situavam os pobres”. Faziam parte da terceira ordem todos os que não pertenciam a ordens privilegiadas. Estes não tinham privilégios, salvo aqueles que exerciam atividades de comércio e de ofício. Mas existia, dentro dessa ordem, uma hierarquia segundo as suas funções, por exemplo, os responsáveis pela justiça e finanças, os graduados na universidade, os médicos, os advogados, os agentes de negócios. Hengemüle (2007, p. 49) afirma que pertenciam também a terceira ordem:

[...] os trabalhadores braçais nas manufaturas das cidades, germes das posteriores indústrias, e os pobres, categoria social mais baixa, sobretudo gente sem qualificação profissional e sem emprego. Sobreviviam com trabalho eventual (biscates) ou esmolas (para cuja recepção, eram inscritos nos registros dos pobres das paróquias, recebendo um atestado de indigência, fornecido geralmente pela junta dos pobres da paróquia). A essa ordem pertenciam, finalmente, os miseráveis, mendigos e vagabundos, para cuja produção e aumento contribuía as contínuas guerras, com seu séquito de pilhagem, mutilações, epidemias e miséria, sobretudo no meio rural.

Nessa sociedade estratificada e hierarquizada, segundo Hengemüle, predominavam a ideia e o interesse pela estabilidade social, a manutenção das estruturas sociais vigentes, quanto aos senso comum do povo era de acomodação.

Esse tempo era de estabilidade social. A opinião reinante mais comum era de cada um permanecer na condição em que havia nascido. Cada qual deveria limitar suas aspirações às possibilidades de sua condição, permanecer ajustado à sua realidade e em harmonia com a ordem política social vigente. (HENGEMÜLE, 2007, p. 53).

De acordo com Morales, no século XVII “[...] a maioria da população francesa era rural: 80% viviam no campo, de um total de 20 milhões de habitantes. Era a nação mais populosa da Europa” (1990, p. 26). A expectativa de vida ao nascer era muito baixa: de cada 100 crianças, 25 não chegavam ao ano; 25 morriam entre 1 e 19 anos, e somente 50 passavam

Procuremos identificar quem é o pobre e as suas condições de vida. Para a época, de acordo com Lauraire (2008, p. 34), era considerado pobre quem não podia suprir suas necessidades e as da sua família, de modo permanente ou transitório. No século XVII, consolida-se a tendência de que os mais ricos se agrupam no centro das cidades e os mais pobres na periferia ou em bairros fora das muralhas. Já se registra a rivalidade de bairros industriais e pobres contra os bairros ricos situados ao redor das catedrais ou conventos.

Nos dicionários dos séculos XVII e XVIII, a definição de pobre é “[...] que no tiene bienes; que se halla en la miseria, que no tiene lo necesario para el sustento de su vida o para mantener su condición.” Ou ainda “[...] aquel que padece escasez y necesidad” (LAURAIRE, 2008, p. 38). Também se entendia por pobres aquelas pessoas ou famílias que estavam inscritas nos escritórios dos pobres das paróquias, onde recebiam benefícios para viver. Havia ainda as famílias que passavam por diversas necessidades, mas não se inscreviam nos escritórios dos pobres por terem vergonha. Estes eram classificados como pobres vergonhosos. Os pobres estavam expostos a várias intempéries, falta de alimentos, calamidades da natureza, guerras, vivendo na insegurança constante, sem perspectivas.

Segundo Poutet e Pungier (2001, p. 29-30), a imensa maioria do povo francês classificava-se entre os pobres, desde os mendigos até os artífices, pequenos lojistas e, mesmo, às vezes, a nobreza rural.

[...] Estes eram verdadeiros pobres, que nem sempre conseguiam matar a fome, não tinham como se aquecer no inverno, não casavam devido à falta de recursos para sustentar a família. Esses pobres representavam, aproximadamente, um terço dos trabalhadores manuais, varredores, carteiros, entregadores de água, barqueiros de rios... Estavam à mercê das estações, das chuvas, das geadas. Quase todos ficam temporadas sem trabalho. Nenhum deles tinha condições de instruir os filhos”. (POUTET; PUNGIER, 2001, p. 29-30).

A situação de pobreza, muitas vezes, conduzia à mendicância, vivida numa fragilidade econômica extrema e na insegurança permanente sobre o dia seguinte. Diversas circunstâncias levaram muitos trabalhadores a cair na mendicância e na miséria. Conforme Lauraire, eles entravam numa “[...] engrenagem da qual, por si mesmos, não podiam sair da miséria, talvez por terem perdido a capacidade de trabalho.” (LAURAIRE, 2011, p. 44). Grande parte da população desta época estava num ciclo de pobreza e de mendicância.

[...] Analizando los registros de los hospicios, de los hospitales generales y de la asistencia general, algunos historiadores han comprobado que determinados grupos sociales estaban más dramáticamente abocados a la mendicidad: no sólo los jornaleros (sometidos a los azares de la contratación y del mercado de trabajo), sino también, por supuesto, los viejos, los débiles, los lisiados, las viudas... Por haber

perdido su capacidad de trabajar, no tenían ninguna posibilidad de escapar de la miseria. (LAURAIRE, 2008, p. 44).

Essa situação de miséria era repassada aos filhos, pois há relatos que as crianças começavam bem cedo na mendicância, seguindo os passos dos pais, ou mesmo se os pais não fizessem essa prática, permitiam que seus filhos a fizessem:

[...] Los registros de entrada de los hospitales y los archivos de la policía dan fe de esos pequeños desgraciados de diez o quince años, cuyos padres los envían a mendigar y que viven también gracias a pequeños servicios que realizan y a pequeños robos. En la Francia del s. XVII la mendicidad de los niños pobres es tan frecuente que el movimiento dedicado a la creación de Pequeñas Escuelas se ha fijado precisamente como objetivo la supresión de esa mendicidad juvenil... (GUTTO apud LAURAIRE, 2008, p. 44).

O século XVII, contudo, também está marcado por uma tomada de consciência das necessidades dos pobres. Poutet e Pungier (2001, p. 31-32) destacam diversas iniciativas e medidas para amparar os pobres, tais como: Escritório em cada paróquia, “[...] onde eram inscritos num registro especial que dava o direito de usufruirmos da escola”. Orçamento do tesouro nacional reversado para atender essas pessoas. Nas famílias ricas era comum reservarem “[...] uma parte para os pobres por ocasião de banquetes e festas”, que era entregue para lares conhecidos da vizinhança, ou para o Hospital Geral; Os monges, eminentes cultivadores de terra, tinham sua função social, eles “[...] possuíam estoques de alimentos para as épocas de carestia, hospedavam pobres de passagem”; em Paris existia o “Bureau dos Pobres” onde “[...] toda segunda feira, dezesseis burgueses (três párocos, dois cônegos e vários parlamentares) se reuniam para essa finalidade”; Os juízes se preocupavam, igualmente, com esse problema social. “[...] em vez de condenarem pessoa rica à prisão, muitas vezes, preferiam impor-lhe multas pesadas entregues ao “bureau dos pobres”, ao “Hotel Dieu” ou ao Esmoler Geral”. Um Édito real “[...] obrigava todos os mestres a receberem nas suas escolas, gratuitamente, as crianças pobres”.

Hengemüle (2007, p. 51) complementa esta tomada de consciência com relação aos pobres, ao afirmar que, naquela época, “[...] inicia-se um processo de superação da concepção medieval do pobre como imagem de Jesus Cristo sofredor”. A pobreza começa a ser vista como questão social e num movimento de reação, aumentam as prescrições legais relativas a eles.

Criam-se esmolos gerais ou comitês dos pobres para cuidar deles. As administrações são autorizadas a cobrar taxas para esse cuidado. Inicia o que foi a grande reclusão dos indigentes e pobres. Na Igreja, a preocupação com eles manifesta-se

duplamente: por obras de caridade, nas quais apontam como personagens de primeira grandeza São Vicente de Paulo e suas religiosas, e por escolas populares pensadas para eles, por entidades como Companhia do Santíssimo Sacramento, ou figuras como os Padres Nicolas Barré, em Ruão, o cônego Charles Démia, em Lyon; Nicolas Roland e João Batista de La Salle, em Reims. (HENGEMÜLE, 2007, p. 51).

Todos estes exemplos e medidas comprovam uma conjugação de esforços da Igreja, Estado e Sociedade para ajudá-los. Há ainda uma demonstração clara de ações realizadas em conjunto para minimizar essa questão de grande impacto social.

2.3 A escolaridade no século XVII

Segundo Lauraire (2011) os séculos XVI e XVII, de um modo geral, na Europa, constituíram um tempo particularmente favorável à escolarização e à educação das pessoas. Um movimento suscitado e sustentado mediante um vigoroso otimismo influenciado pelo Humanismo do Renascimento e da Época Clássica. Dentro desse movimento, pode-se destacar a emergência de conceitos educativos, de métodos pedagógicos, de novas estruturas escolares, desses se beneficiarão mais ou menos, conscientemente, os educadores e educadoras da época - entre eles João Batista de La Salle. Destacaremos alguns fatores que, segundo Lauraire (2011, p. 31-48) contribuíram para a organização progressiva dos sistemas escolares na Europa:

a) A preocupação pelos pobres

Ao contrário do que acontecia na Idade Média, onde se tratava de escolarizar unicamente os ricos e os poderosos da sociedade, sem dar oportunidade do ensino para todos, surge nos séculos XVI e XVII, de fato, uma preocupação educacional com os mais pobres, inclusive em livrá-los do analfabetismo massivo, ao mesmo tempo em que supria a formação moral, evangélica, de cortesia e de civilidade. Tal mudança foi impulsionada pelo Concílio de Trento (1545 a 1563), no qual todos os fundadores de congregações religiosas docentes manifestaram essas mesmas preocupações, incluindo João Batista de La Salle, apesar desse apoio e do respaldo papal, o Concílio de Trento enfrentou resistências para se impor na Igreja da França, devido ao galicanismo⁵ defendido por Luis XIV e o Bispo Jacques Bousset. La Salle, portanto, enfrentou também uma conjuntura política conflitiva na relação entre a igreja católica romana e a monarquia e aristocracia eclesiástica francesa.

⁵ Conforme o verbete “galicanismo” (GAUDEMET, 1998, p. 531-535) foi uma tendência política francesa que defendia “uma certa autonomia da Igreja de França em relação à de Roma e, ao mesmo tempo, lembrava a estreita vinculação desta Igreja com a monarquia” razão pela qual a hierarquia eclesiástica da França resistiu à implantação das medidas do Concílio de Trento. Luís XIV para “defender sua própria posição absolutista em relação ao poder de Inocêncio XI” convocou a “Assembléia extraordinária do Clero” em 1682.

b) Um humanismo otimista e generoso

O Renascimento abordou esses problemas da educação com um otimismo surpreendente. É possível afirmar que os humanistas descobriram o conceito de educabilidade da pessoa - de toda pessoa- e alimentaram muitas esperanças na escolarização para melhorar os indivíduos para o convívio nas diferentes sociedades. Sem dúvida, nesse otimismo, existia em gérmen, um forte individualismo com seus limites e seus inconvenientes, mas, ao mesmo tempo, uma valorização da pessoa que superava, desse modo, o anonimato da Idade Média. Valorizar a pessoa era desenvolvê-la e promovê-la. A instrução e a educação contribuía com eles, pois o analfabetismo, a ignorância, a ausência de modos são geradores de múltiplas e graves alienações. Não permitem a pessoa afirmar-se, realizar-se, viver feliz.

c) Nascimento de escolas para meninas

A educação para as mulheres representa um avanço para a época, pois ainda persistiam muitas crenças curiosas e temores, superstições com relação a elas. Aqui se insere o capítulo relacionado à bruxaria e ao rol de acusações, processos, condenações e execuções injustas.

d) Emergência do conceito de infância

A emergência da noção de infância foi progressiva e bastante lenta. Era muito presente a concepção da imagem do menino-adulto em miniatura, a partir dos sete anos. A escola, ou a classe, permite à cultura, de então, dar-se conta de que a criança se difere do adulto, não somente no plano físico, mas também no plano intelectual e psicológico. Dessa maneira, percebeu-se que não se podia tratá-la como adulto, pois logo se reconheceram os limites de sua capacidade, e a ignorância em todos os sentidos. Porém, necessitou-se muito tempo para se chegar a estas conclusões pedagógicas.

e) A escola que educa para a cidadania

Na época, passa a ser frequente a preocupação com uma educação que também contemplasse a urbanidade, a cortesia e a sociabilidade. A educação cívica se transformou num elemento obrigatório em todas as escolas, inclusive, nas populares. Para João Batista de La Salle, a educação cívica é um elemento constante e essencial da educação nas escolas, pois a escola deve preparar para uma sociedade não violenta, pacífica, educada, civilizada e fraterna.

Figura 4 – Regras de Cortesia e Urbanidade
Primeira Edição 1703



Portada de la edición príncipe de *Les Règles de la Bienéance*.
Troyes - Reims, 1703

Fonte: Versão e-book disponível em: <http://www.lasalle.org/wp-content/uploads/pdf/estudios_lasalianos/ocjbs_es/10-urbanidad_cortesia.pdf>. (LA SALLE, 2012, v. III, p. 320)

f) O uso da língua do povo

Ainda no século XVII, o latim predominava como língua da ciência e da educação, nos Colégios e Universidades, os educadores das crianças e dos pobres no século XVII optavam pela língua popular: o francês. La Salle usa o argumento pragmático da experiência em sala de aula. Para ele, “necessita de menos tempo para aprender a ler em francês do que em latim” e as crianças pobres ficam pouco tempo na escola, precisam aproveitá-lo bem, além disso, se pergunta que “utilidade pode ter a leitura do latim para pessoas que nunca o utilizarão na vida?” (LA SALLE, 2012, v. I, p. 31).

Estes são alguns dos elementos que influenciaram de modo amplo a defesa pela escolarização nestes dois séculos. A Europa ocidental estava saindo da civilização oral, onde a grande maioria da população da França era analfabeta. A civilização escrita foi sendo introduzida lentamente na sociedade, basicamente no ambiente urbano e nas classes de maiores posses. As escolas dos séculos XVI e XVII, “[...] católicas ou protestantes, estavam preocupadas com a formação cristã dos alunos”. (LAURAIRE, 2011, p. 48).

A escolaridade se torna obrigatória por decreto real. Há um empenho para que a instrução se generalize para todos, inclusive para os pobres. “[...] Por declaração de 13 de dezembro de 1698, o rei proíbe empregar crianças de menos de quatorze anos, sobretudo em se tratando de novos católicos, justamente para poderem frequentar a escola”. (HENGEMÜLE, 2007, p. 18). No entanto, mesmo com esta obrigatoriedade, a escolarização plena fica muito distante da prática, pois havia muitas resistências que dificultavam e mesmo impedindo a sua implantação. Entre estas, “[...] existe a oposição de pais a essa concretização, por ainda não terem consciência da importância e da necessidade de enviarem os filhos à

escola, a qual eles mesmos nunca frequentaram”. Existia também “[...] uma oposição velada à generalização do ensino, sobretudo, à elevação do nível dos conteúdos escolares além dos rudimentos básicos, por parte da camada popular”. E isso não escapa à própria monarquia. “[...] De um lado, ela apoia a criação de escolas elementares. Mas, por outro, com relação às de nível mais elevado, isto é, dos colégios, expressa constantemente sua vontade de que o número delas seja limitado” (HENGEMÜLE, 2007, p. 18-19).

Quem, de fato, assume e impulsiona a escolarização através das escolas populares é a Igreja Católica. Segundo Justo (2003 p. 207), “[...] a Igreja Católica é a mãe da escola popular, por defender e propagar a instrução”. A Igreja incentivava os bispos e párocos para estabelecerem escolas e intensificarem o ensino destinado à camada popular. A Igreja Católica estava motivada em cumprir o que determinava o Concílio de Trento, no que se refere à propagação da doutrina católica e a combater a Reforma Protestante através do ensino.

Desde el concilio de Trento, la Iglesia había asignado a las escuelas populares la tarea global de catequizar a los niños. Ante la ignorancia religiosa generalizada había que transmitir a los niños lo esencial de la doctrina cristiana, especialmente para que evitaran las herejías (sobre todo el protestantismo). Esta finalidad primera corría el peligro de descuidar la formación humana de los alumnos y la preocupación por su futuro profesional. La escuela es, ante todo, escuela de la doctrina cristiana. El maestro, incluso si es laico, desempeña una función catequística esencial. (LAURAIRE, 2008, p. 76).

Segundo Corbellini (2006, p. 128), “[...] a Igreja teve um papel de destaque nesse movimento educacional, uma vez que lhe coube, designada pelo Estado, controlar e supervisionar a aplicação das leis tanto dessa área quanto da saúde”. Os concílios provinciais franceses realizados, no século XVI, alavancaram gradativamente a criação de escolas por todas as dioceses, contando com a colaboração das populações e com o apoio legal do Estado.

De acordo com De Las Heras (2011, p.2), havia na época quatro tipos de escolas. O primeiro tipo reunia as Escolas elementares que estavam submetidas diretamente à jurisdição do Chantre⁶ ou do mestre escola, embora dependessem diretamente do Bispo. O ensino era pago, mas cada escola deveria admitir certo número de pobres. Estes não eram muitos e deviam ter requisitada a certidão de pobreza. Os mestres eram, na sua maioria, eclesiásticos. Um segundo tipo eram as Escolas de caridade: Dependiam da paróquia e eram totalmente

⁶ Título eclesiástico do Mestre do Coro nas catedrais. Em francês significa cantor. Para Santoni Rugiu este título eclesiástico corresponderia “a uma espécie de inspetor geral escolar” (1998, p. 141), informa ainda que o Chantre da Catedral de Nôtre Dame de Paris mantinha também relações com as autoridades civis, ou seja, o Parlamento nacional.

gratuitas. As paróquias não tinham muitos recursos e, por isso, contavam com doações para mantê-las. Pedagogicamente estes centros funcionavam como escolas elementares, isto é, se ensinava a ler e a escrever em latim e, se houvesse tempo, ensinava-se francês. As lições de cálculo e aritmética eram poucas.

Para a compreensão do contexto histórico dos primeiros docentes lassalistas, o terceiro tipo é muito importante, as escolas dos mestres calígrafos cuja finalidade era o ensino privado da escritura comercial. Os calígrafos ensinavam a redigir vários tipos de documentos oficiais e cartas comerciais, completando o ensino com noções de cálculo comercial. Eles formavam uma corporação de ofício bem organizada, tinham autorização e proteção das autoridades locais e do Parlamento nacional e detinham o monopólio legal de seu ofício. Essas escolas privadas combateram as escolas de La Salle seja pela violência, invadindo e destruindo as salas de aulas de algumas escolas, seja por processos jurídicos contra o Instituto, acusando La Salle de violar o monopólio da corporação dos calígrafos que,

[...] danificarão as escolas dos religiosos seguidores de J. B. de La Salle, ditos os Ignorantelli, porque ofereciam um estudo em latim, de tipo técnico-profissional, também depois das classes elementares. Não só, mas geriam um tipo de escola normal para a formação dos mestres para as escolas da congregação. Foi sobretudo isso a desencadear a ira dos escrivães. (SANTONI RUGIU, 1998, p. 141).

Os colégios constituíam o passo obrigatório para o ingresso na Universidade. A classe social que frequentava estes centros era a média-alta, e sempre com o propósito de continuar seus estudos na Universidade. Os Colégios dos jesuítas franceses são bem conhecidos pelos historiadores da educação. Além dos Jesuítas, esta época é

[...] um período bastante rico em personalidades que se dedicam à educação e que tiveram influência neste período: os Jesuítas, com a edição da *Ratio Studiorum* (Messina, 1548); Nicolás Barré (1621-1686; 1685, *Status, Conseils spirituels*); Charles Démia (1637-1689; 1666, “*Remontrances...*”, “*Réglement...*”, Lyon); Adrien Nyel (1621-1687), leigo originário da diocese de Laon; Nicolas Roland (1642-1678); Pierre Fourier (1597, “*Constitution*” das Irmãs de Notre Dame des Écoles, Reims); J. de Batencour (1654, *L'École Paroissiale*, Paris, Saint Nicolás du Chardonnet). (CORBELLINI, 2000, p. 12).

Já nesta época existia uma corrente que entendia o papel da escola como uma garantia da ordem social e capaz de desenvolver mão-de-obra para os comerciantes e a burguesia incipiente. Carlos Démia (1637-1689) é um destes educadores que via nas escolas um recurso social para eliminar as desordens da cidade, instruindo as crianças do povo pobre através do ensino, do temor de Deus e dos bons costumes, e, ao mesmo tempo, ensinando a ler, escrever

e contar, desta forma preparando-os para o trabalho. Por isso, insistiam que o ensino e o trabalho eliminariam estes problemas da sociedade.

Esas escuelas públicas serían, también, como Academias de la perfección para los niños pobres, en las cuales las fogosas pasiones de la juventud serían domadas y sometidas a la razón; su entendimiento, iluminado por las virtudes que se les enseñarían; su memoria, colmada de buenas cosas que oírían, y su voluntad, encendida por los ejemplos de virtud que verían practicar en ellas... Por este medio las fábricas y manufacturas se llenarían poco a poco de buenos aprendices, que después podrían ser excelentes maestros [de oficios], puesto que en esas escuelas se les enseñaría la obligación que tienen de trabajar fiel y duramente, y los medios que deberían emplear para santificar y hacer productivo su trabajo, y se les infundiría gran horror a las triquiñuelas y a la ociosidad. (LAURAIRE, 2008, p. 81).

A crítica à escola, enquanto instituição que mantém a ordem social, ganhou ênfase na pesquisa contemporânea através das análises de Michel Foucault (1926-1984), que reflete sobre as relações de poder. Na sua concepção, as instituições sociais como: prisões, hospitais, escolas, quartéis ou asilos são, na verdade, a continuidade do poder do soberano que se estendeu através da norma, deixando de estar centralizado em uma figura. Para Sousa e Meneses, baseados em Foucault,

[...] a punição e a vigilância são mecanismos de poder utilizados para docilizar e adestrar as pessoas para que essas se adéquem às normas estabelecidas nas instituições. A vigilância é uma tecnologia de poder que incide sobre os corpos dos indivíduos, controlando seus gestos, suas atividades, sua aprendizagem, sua vida cotidiana. (SOUSA; MENESES, 2010, p. 24).

Nesta perspectiva foucaultiana, a escola moderna seria um ambiente de dominação e de controle, uma estratégia para controlar os indivíduos nas suas escolhas, nos seus desejos e na sua conduta.

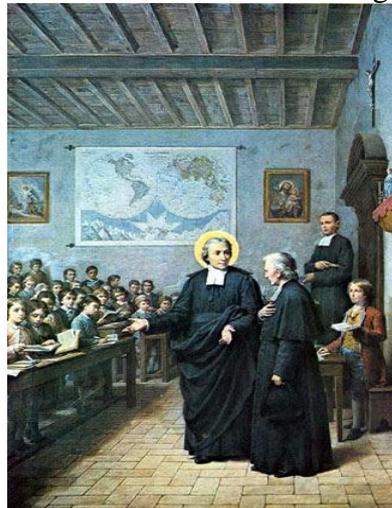
A própria infância, destinatária do ensino e da instrução nas pequenas escolas sofre as consequências de uma concepção estreita e rigorosa. Predomina em relação a ela um sentimento profundo de desconfiança. Ela deve viver afastada do mundo, sempre em presença de adultos que a domesticuem e impeçam que se deixe levar por seus caprichos. (CORBELLINI, 2000, p. 11).

No entanto, esse disciplinamento da infância, esse controle aparentemente violador dos adultos sobre as crianças em que tudo “é previsto, calculado, cronometrado [... para...] submeter os corpos e as almas” (GAUTHIER; TARDIF, 2010, p. 146) poderia ter um sentido libertador, segundo a opinião desses pesquisadores canadenses, alfinetando a educação ainda aristocrática do “revolucionário” Rousseau:

É por isso que os tratados de pedagogia do século XVII nos parecem fundadores. Eles inauguram o método de ensino nas escolas e são, assim, o sinal manifesto de uma nova preocupação. Os tratados são concebidos para definir as ações do mestre no seu ensino a grupos de filhos do povo. Não se limitam a conselhos para uso de um preceptor, numa perspectiva individual; ultrapassam a lógica do conteúdo como sempre ocorrera [...]. (GAUTHIER; TARDIF, 2010, p. 146).

Uma imagem icônica que se encontra em quase todas as escolas lassalistas representa uma sala de aula na visão que os lassalistas contemporâneos fazem questão de divulgar:

Figura 5 – Visita do pároco a Escola dos Irmãos Casa Generalícia - Pintura de Giovanni Gagliardi em 1901.



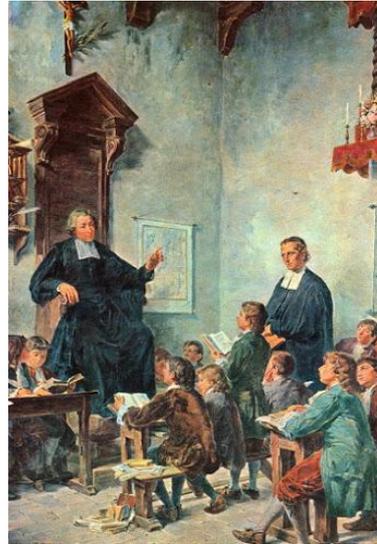
Fonte: site oficial do Instituto: Disponível em:
 <<https://picasaweb.google.com/114952324193147523081/IconografiaIconographieIconografiaIconographie#5773898936386003314>>.
 (ROUSSET, 1979, p. 46).

Divergindo de Foucault, Gauthier e Tardif comentam essa pintura apontando para o “ensino coletivo (simultâneo) e modo funcional”, “metódico” e a “ordem absoluta”; o fato de que o ensino lassalista parece ser “mais do que ministrar um conteúdo, é também organizar o ambiente total da classe”; destacam o “uniforme” das crianças e a padronização do ambiente, pois o “local serve unicamente para o ensino. Local especializado (exemplo: mapa, carteiras)” e que o “quadro de leitura aparece com o ensino simultâneo” (2010, p. 128). Estes seriam alguns dos elementos que o pintor transmite acerca da sala de aula lassalista. De nossa parte, aponto para o fato de que o *mapa mundi*, recebe maior destaque que as imagens sacras. Por outro lado, a mesma fonte divulga outra pintura que retrata uma sala de aula em que o próprio fundador está ocupando a cadeira de mestre, desprovido da auréola que, na arte sacra católica, representa a santidade, em que a “ordem absoluta” parece relativizar-se com os livros

didáticos e cadernos espalhados pelo chão, os alunos sentam-se de modo mais informal e não usam uniformes.

Figura 6 – La Salle em sala de aula

Museu do Vaticano - Pintura de Cesare Mariani, 1888



Fonte: site oficial do Instituto, disponível em:
 <<https://picasaweb.google.com/114952324193147523081/IconografiaIconographieIconografiaIconographie#5773899215684360130>>
 (ROUSSET, 1979, p. 145).

2.4 O envolvimento de João Batista de La Salle com a educação

João Batista de La Salle conseguiu reunir e manter unido um grupo de mestres sob sua liderança e constante orientação. Eles dedicaram suas vidas inteiramente para as escolas gratuitas para os filhos dos artesãos e dos pobres. Assim, João Batista de La Salle deixou uma grande herança para o mundo da educação que continua viva e presente no mundo todo. Podemos perguntar: Como um projeto de mais de 300 anos, iniciado por este teólogo e educador, continua existindo com tanta vitalidade? Sabemos que algumas ideias e projetos se dissolvem sem deixar resquícios ou, ao contrário, deixam marcas tão negativas que não conseguem mobilizar continuadores.

João Batista de La Salle⁷ nasceu em Reims, a 30 de abril de 1651. Filho primogênito do Magistrado do Tribunal Superior de Reims, Luís de La Salle, e de Nicole Moët de Brouillet, que pertencia à nobreza. Aos dez anos, ingressou no Colégio dos Bons Meninos, de

⁷ Esta descrição está baseada na Apresentação Geral da obra de La Salle escrita por Valladolid (LA SALLE, 2012, v. I) e também em HENGEMÜLE (2007, p. 9-10).

Reims. Depois dos estudos intermediários, cursou Filosofia (1667-1669), na mesma cidade. Obteve o grau de bacharel em Teologia (1675) e a licenciatura em (1678), nesse mesmo ano foi ordenado sacerdote. Doutorou-se em Teologia, pela Sorbonne, em 1680. Comprometeu-se gradativamente com as escolas gratuitas para os filhos dos artesãos e dos pobres e com a formação dos professores. Junto com seus colegas professores, criou o Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs, conhecidos como Irmãos Lassalistas. Faleceu a 7 de abril de 1719, em Ruão, França. Foi declarado santo pela Igreja Católica em 15 de maio de 1900.

Antes mesmo de fundar o Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs, La Salle, no exercício de suas funções canônicas na Catedral de Reims, encarregou-se de uma nascente congregação religiosa. Tal missão foi herdada de seu diretor espiritual Padre Roland que nomeou La Salle como seu executor testamentário, encarregando-o da direção da comunidade das Irmãs do Menino Jesus. É muito provável que a convivência com padre Roland o tenha influenciado na direção da criação e manutenção de escolas para crianças. Segundo Blain (1961, p. 126), a instrução da juventude era uma grande preocupação deste sacerdote:

A corrupção, a má educação e a ignorância dos pobres o comoviam até as lágrimas e estimulavam poderosamente seu zelo para procurar um remédio a isso. A inspiração que teve para fazer, nesse ambiente em que se encontrava, foi o estabelecimento das escolas cristãs e gratuitas. O remédio para o mal era excelente, mas não era fácil. Para estabelecer as escolas cristãs e gratuitas, precisava-se de encontrar fundos, ou recursos para mantê-las. Isso não era bastante; era preciso encontrar mestres e mestras capazes de instruir bem e de formar na piedade, tanto com seus exemplos como com suas palavras, a juventude pobre de ambos os sexos.

Para garantir a continuidade da Comunidade das Irmãs, era preciso obter a aprovação junto às autoridades municipais, o consentimento do arcebispo e as Cartas Patentes do Rei, tarefa nada fácil naquele tempo. Mas vencendo essas dificuldades, La Salle obteve as Cartas Patentes, isto é, a autorização oficial e eclesiástica para a fundação das escolas cristãs e gratuitas das meninas.

[...] Trabalhou sem descanso para contornar os problemas que, diariamente, suscitavam às Irmãs da Comunidade do Menino Jesus. Desprovidas de recursos humanos, as irmãs, na iminência de verem sua fundação ir à pique no seu nascedouro. La Salle, porém, tomou todas as medidas que lhe sugeria a prudência, a fim de elevar a bom termo tão santa empresa e dar-lhe tal estabilidade, que, no futuro, a pudesse salvar das vicissitudes humanas. Para tal fim, deveria obter cartas patentes do Rei, o consentimento do Senhor Arcebispo e a aquiescência da cidade, dificuldades essas que não eram fáceis de contornar naquelas circunstâncias. (MAILLEFER, 1991, p. 47).

O êxito nesta missão o tornou conhecedor dos caminhos institucionais, seculares e religiosos, para obter a oficialização de escolas. Certamente, conhecer todos esses trâmites o ajudou a fundar as escolas gratuitas para meninos pobres mais adiante. Mas esta experiência não foi determinante para a fundação do Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs, porque parece que La Salle queria garantir o compromisso que assumira com seu diretor espiritual. Não estava nos seus planos o envolvimento efetivo com o mundo da educação, pois suas pretensões como sacerdote era tornar-se um bom pároco e seguir o caminho próprio do sacerdócio.

Eu imaginava que a direção que assumia das escolas e dos mestres não passaria de orientação exterior; que ela não me comprometeria com eles que a prover por seu sustento e a cuidar para que desempenhassem seu emprego com piedade e empenho. (LA SALLE, 2012, v. I, p. 7).

La Salle já conhecia a realidade escolar da época quando começou a ajudar o mestre-escola Nyel na abertura de escolas para meninos pobres em Reims. Tinha por amigo e diretor espiritual o Padre Roland, e tinha ajudado as Irmãs do Menino Jesus para conseguir a autorização oficial. Mas ele não faz referência a este acontecimento, quando escreve as *Memórias dos Começos* na qual fala sobre o início da sua obra e reflete sobre sua própria trajetória de engajamento radical com a obra educacional pela qual optou.

O encontro com o mestre de Ruão, Adriano Nyel, e a proposta da senhora Maillefer são as ocasiões pelas quais o próprio La Salle reconhece como motivadoras para seu envolvimento. O professor Nyel fora enviado pela senhora Maillefer, prima de La Salle. Por ser muito rica, ela fizera uma generosa doação para abertura e sustento de uma escola para meninos pobres em Reims. La Salle ajudou o professor Adriano nesta iniciativa, porém Nyel começou a abrir outras escolas sem se preocupar com a formação de mestres.

Foi por estes fatos, a saber: o encontro com o senhor Niel e a proposta que me fez esta Senhora, que comecei a me ocupar das escolas para os rapazes. Antes, absolutamente não tinha pensado nisso. [...] Deus, que conduz todas as coisas com sabedoria e suavidade, e que não costuma forçar as inclinações das pessoas, querendo comprometer-me inteiramente no cuidado das escolas, o fez de maneira muito imperceptível e em muito tempo, de modo que **um compromisso me conduzia a outro**, sem que eu o tivesse previsto no princípio (LA SALLE, 2012, v. I, p. 7).

La Salle sabia que para garantir as escolas gratuitas ele teria que contar com mestres. E onde encontrar essas pessoas? Ele não encontrou professores formados e prontos. Ele teve que formá-los. E como ele fez isso? Que estratégias utilizou? La Salle assumiu caminhar junto

com os mestres, inserido dentro da realidade deles. Assumiu-a e enfrentou-a, venceu seus preconceitos e fez uma verdadeira imersão no mundo deles. Vejamos seus passos:

O primeiro passo: conseguir que os mestres vivessem juntos para estarem o dia inteiro em função do seu trabalho, preparando as aulas e repassando conjuntamente o que nelas funcionava bem e o que não era adequado, o que era positivo em sua atividade e o que deviam evitar. [...] O segundo passo foi perceber que a obra das escolas era algo que Deus lhes confiava. Que servir aos meninos, através do ensino, era exercer um apostolado. Que seu trabalho não era apenas uma profissão, mas missão. [...] O terceiro passo foi de evoluir do conceito de Comunidade ao de pessoas consagradas a Deus. E chegou o momento do compromisso, pela emissão dos votos de associação, de estabilidade e de obediência. (LA SALLE, 2012, v. I, p. LXI- LXII).

A opção de La Salle foi a de garantir as escolas gratuitas para os filhos dos artesãos e dos pobres. Para tanto, formou uma comunidade de mestres dedicados integralmente a um projeto educacional definido, coletivo, articulado pela reflexão permanente sobre a prática docente e, ao mesmo tempo, praticado com uma disciplina didática e docente bem refletida. A maioria dos primeiros mestres eram pessoas muito simples, sem formação e quase analfabetos, que vinham de uma situação econômica precária e sem grandes perspectivas de trabalho.

De um lado, o bem espiritual dos mestres, o fruto das escolas que eles dirigiam, o gosto da ordem e da regularidade, eram motivos ponderáveis que comoviam sua alma e que não lhe permitiam recusar a obra tão boa. De outro lado, o temor de se associar com gente de tão baixa categoria, o horror de levar uma vida de comunidade com homens que, na maioria, sem educação, sem saber conversar, sem urbanidade; sem capacidade de tomar parte numa conversa, não digo agradável, mas razoável; tudo lhe causava no coração uma tontura e o advertia de não precipitar sua decisão. (BLAIN, 1961, 159).

La Salle estava convencido de que, para garantir uma educação de qualidade aos filhos dos artesãos e dos pobres, era indispensável promover a formação dos mestres.

[...] Não podia suportar que esses mestres vivessem como bem queriam, sem ordem, sem regras de comportamento, e em consequência, sem uma verdadeira piedade. Chamar esses mestres a sua casa, alojá-los consigo sob o mesmo teto, associá-los à sua companhia e começar a viver uma vida comum com eles, era um projeto que tinha muitas dificuldades. (BLAIN, 1961, p. 158).

A grande meta era educar para o *bem viver*, o que incluía o ensino do catecismo (verdades da fé), dos saberes básicos de convivência (cortesia e bons modos) e da aprendizagem profissional ou técnica (ler, escrever, calcular, desenhar...). A garantia do bom andamento desse projeto educativo passava pela qualificação profissional de nível superior

dos educadores. Essa é uma questão estratégica importante para o êxito da escola, por isso La Salle não mediu esforços em prepará-los com qualidade. Para o conhecido historiador da educação brasileira, Dermeval Saviani,

[...] o primeiro estabelecimento de ensino destinado à formação de professores teria sido instituído por São João Batista de La Salle em 1684, em Reims, com o nome de Seminário dos Mestres [...]. Mas a questão da formação de professores exigiu uma resposta institucional apenas no século XIX, quando, após a Revolução Francesa, foi colocado o problema da instrução popular. É daí que deriva o processo de criação de Escolas Normais como instituições encarregadas de preparar professores. (SAVIANI, 2009, p. 143).

Na época de La Salle existiam várias categorias de mestres católicos. Entre eles, os que mais se destacavam e tinham prestígio social, eram os padres e religiosos que mantinham escolas em suas paróquias. Os mestres calígrafos, uma corporação de ofício com privilégios reais de monopólio de sua atividade, também contavam com certo reconhecimento. De modo geral, os demais mestres, principalmente os das escolas elementares, tinham pouca formação e eram mal remunerados, além de serem instáveis e não perseverarem na profissão.

O ofício de mestre era uma profissão secundária, pois muitos possuíam outra profissão como principal. Nesse sentido, exercia a função de mestres das escolas elementares: “sacristãos, soldados inválidos, sapateiros, antigos oficiais de justiça, feirantes, vendedores, ambulantes, taberneiros, desempregados, pedreiros, ferreiros, tocadores de violão, mágicos, empregados domésticos e outros cuja principal ocupação fosse sedentária ou durasse somente parte do ano” (JUSTO, 2003, p. 298). Nessas condições, o mestre, em primeiro lugar, exercia sua profissão normal e depois se ocupava com o ensino. E a realidade do ambiente escolar não era muito diferente nas escolas em que o mestre tinha autorização eclesiástica.

A função do mestre não era muito prestigiada socialmente. A remuneração que recebia o atesta: em 1698, por exemplo, uma ordem real autorizava as comunidades a impor a seus habitantes um imposto para assegurar uma renda de 150 libras aos mestres e 100 libras às mestras das pequenas escolas, quando um trabalhador qualificado – um pedreiro, marceneiro – ganhava umas 200 libras anuais. Essa baixa remuneração, aliada aos meses (não pagos) sem aula, fazia com que numerosos mestres buscassem empregos paralelos, para poderem sobreviver dignamente. (HENGEMÜLE, 2000, p. 50).

La Salle conhecia bem esta realidade referente à falta qualitativa e quantitativa de mestres. Havia carência de professores preparados e competentes na utilização de um método eficaz para ensinar a ler e escrever corretamente. Por isso, ele se preocupou tanto com a formação dos seus mestres.

Hengemüle destaca que aqueles que aceitavam exercer a profissão eram controlados pela Igreja. Exigia-se deles a observação de normas e estatutos para o desempenho da atividade, tal autorização era renovada anualmente e, para aceitação destes, “[...] era dado mais valor à conduta pessoal e religiosa do que ao seu preparo intelectual ou aptidão pedagógica. As funções do magistério eram realizadas de forma paralela ou complementar a diversas outras tarefas ligadas à paróquia” (2000, p. 42).

Antes de tudo e, sobretudo, o mestre da escola aparece como auxiliar do pároco; geralmente acumula as funções de ensinante, cantor e sacristão, o que não o impede de ser também um oficial de justiça, cirurgião, tanoeiro, vinhateiro, relojoeiro, coveiro ou agricultor. Redige os registros de batismo, de casamento e de óbito da paróquia, ao mesmo tempo as atas das assembleias da comunidade. (POUTET; PUNGIER, 2001, p. 151).

As atividades pedagógicas ficavam em segundo plano, pois percebia-se que não havia prioridade para o ensino, que era uma atividade secundária complementar. O mestre envolvia-se em muitas atividades da paróquia. Poutet e Pungier registram esta realidade ao descrever as funções múltiplas esperadas do mestre, a ser contratado para uma comunidade religiosa:

Vinte habitantes nos disseram ser necessário providenciar um professor para cantar na igreja, assistir o senhor pároco no serviço divino e na administração do santo sacramento, para instrução da juventude, para tocar o ângelus à tarde, de manhã e ao meio-dia e por ocasião de tempestades que ocorrerem durante o ano, tirar água para fazê-la benzer todos os domingos, varrer a igreja aos sábados, fazer a oração todas as tardes desde Todos os Santos até a Páscoa. (POUTET; PUNGIER, 2001, p. 152).

João Batista de La Salle inova essa prática pedagógica, priorizando a formação específica e exclusiva dos professores, para, assim, garantir o sucesso das escolas e a educação dos filhos dos artesãos e dos pobres. Para tanto, ele e os primeiros lassalistas formariam uma comunidade de mestres comprometidos por inteiro com o magistério, totalmente entregues à escola e às crianças das quais se consideravam encarregados de educar pelo próprio Deus. Por isso La Salle queria educadores que fossem professores com formação específica e dedicação exclusiva ao Magistério. Os lassalistas não desejavam exercer função eclesial como sacerdotes ou assistentes de pároco. O Instituto que criaram permite que se dediquem por inteiro a uma missão, sustentados por uma comunidade organizada em torno dela, assegurando um serviço educativo estável, como exigia a situação de pobreza e marginalidade social dos filhos dos artesãos e dos pobres da França do século XVII.

A vida comunitária em torno da missão é um dos elementos centrais na pedagogia lassaliana. É nessa comunidade que os mestres alimentavam sua fé e refletiam sobre suas

práticas de ensino. Juntos construíam soluções para atender às necessidades de educação em seu tempo. Vários escritos de La Salle são frutos dessas reflexões e partilhas com os demais Irmãos.

João Batista de La Salle e os primeiros mestres-escolas, convivendo juntos começaram a adquirir uma consciência cada vez maior das exigências dessa vida em comum e das necessidades da associação que vão formando: identidade comum, valores comuns, espírito comum, finalidade comum. (CORBELLINI, 2000, p. 6).

Hengemüle acentua, a partir da visão de diversos autores ligados à História da Educação, que o mestre formado por La Salle “está imbuído de um conceito elevado de sua missão e que se considera um vocacionado para ela; que é um profissional solidário dedicado inteira e estavelmente à tarefa” (2000, p. 142). Assim reconhecem os pedagogos Gauthier e Tardif, ao comentarem o Prefácio que La Salle escreve para o Guia das Escolas Cristãs:

Os novos discursos pedagógicos do século XVII são, pois, a obra de pedagogos experientes. Esses professores explicitam o seu saber pedagógico, seu saber na ação, fruto de muitos anos de experiência de ensino e não limitado às abstratas especulações filosóficas. (2010, p. 145).

La Salle elevou o conceito do mestre de escolas populares, pois a tarefa de ensinar as crianças passou a ser considerada digna de pessoas ilustradas e cultas. Segundo ele, até o final do século XVII, a instrução das crianças não era considerada vocação própria e conveniente para uma pessoa instruída e culta. O “conceito de um homem inteligente se exercitar especificamente para ensinar crianças e dedicar depois toda a vida a um mister tão elementar era algo novo no mundo da educação” (HENGEMÜLE, 2000, p. 144). Além de ter elevado esse conceito, La Salle dignificou a profissão desacreditada do professor primário. Encontramos inúmeras referências nas obras de La Salle em que ele se dirige aos educadores, convocando-os através de títulos religiosos, engrandecendo a condição social e a dignidade humana desses profissionais. Essa situação dos mestres é chave para compreender as opções assumidas por La Salle, ao que se refere à formação docente. Assim, segundo Corbellini (2006, p. 29), a Sociedade das Escolas Cristãs foi criada em 1694 com a finalidade específica – que continua a ter - de manter “juntos e por associação” escolas gratuitas para proporcionar educação aos mais pobres.

3 A GRATUIDADE NO INSTITUTO DOS IRMÃOS DAS ESCOLAS CRISTÃS

As Escolas Cristãs não foram criadas fora da realidade. João Batista de La Salle e os primeiros Irmãos levaram em conta as necessidades dos filhos dos artesãos e dos pobres, prezando pela qualidade da aprendizagem e pela eficácia da escola. Não mediram esforços para oferecerem e manterem uma escola renovada e organizada, onde a boa educação pudesse transformar a vida dos meninos pobres da época. Através de seus esforços, suas escolas conquistaram o respeito dos pais que viram seus filhos sendo bem educados. La Salle percebia que a “educação do povo”, exatamente por isso, “[...] pode ser também uma questão que afeta o povo, e que toda a sociedade ganha com a instrução. Essa nova visão da utilidade social da escola tem, pois, como efeito favorecer a educação do povo e, por conseguinte, a criação de escolas”. (GAUTHIER, TARDIF, 2010, p. 132).

Este Instituto é de grandíssima necessidade, porquanto, sendo os artesãos e os pobres ordinariamente pouco instruídos, e estando ocupados todo dia em ganhar o sustento próprio e dos filhos, não lhes podem dar, por si mesmos, as instruções de que necessitam e educação adequada e cristã. (LA SALLE, 2012, v. II-A, p. 18).

La Salle não foi pioneiro na criação de escolas gratuitas, pois já existiam escolas deste tipo para meninas pobres. Havia um movimento pela escolarização que se estendia a todas as camadas da população. As iniciativas, tanto civis como religiosas, de garantir essa educação, ainda estavam muito longe de atingir o objetivo de ofertar o ensino para todos.

O ensino gratuito na escola elementar não era exclusividade lassaliana. As “escolas de caridade” não eram pagas. Junto a conventos femininos, funcionavam escolas gratuitas, paralelas, aos internatos pagos. A gratuidade igualmente não era desconhecida dos jesuítas, no atendimento a alunos externos (HENGEMÜLE, 2007, p. 25).

La Salle opta pelo modelo das escolas de caridade, mas o renova totalmente, conservando o princípio fundamental da gratuidade. Segundo Hengemüle (2007, p. 26), La Salle vê a gratuidade nas suas escolas como atitude e como prática de seus mestres religiosos. E os quer gratuitos: material, afetiva e espiritualmente. Materialmente nenhum deles recebe retribuição alguma por seu trabalho. Afetiva e espiritualmente, porque lecionam de forma desinteressada, isto é, independente do reconhecimento recebido, os docentes lassalistas creem que educam para que Deus seja glorificado e os seus alunos sejam salvos.

As Regras Comuns dos Irmãos das Escolas Cristãs (LA SALLE, 2012, v. II-A, p 18-19), de 1705, no seu primeiro capítulo, define bem o perfil das Escolas Cristãs fundadas por

La Salle e os primeiros Irmãos, bem como a finalidade e os destinatários dessas escolas. A primeira regra define a finalidade do Instituto “dos Irmãos das Escolas Cristãs é uma sociedade na qual se faz profissão de manter as escolas gratuitamente”, mais especificamente com o objetivo de oferecer,

[...] educação cristã aos meninos; e é com este objetivo que o mesmo dirige as escolas, para que, estando os meninos da manhã à tarde sobre a direção dos mestres, estes possam ensinar-lhes a bem viver, instruindo-os nos mistérios de nossa santa religião, inspirando-lhes as máximas cristãs, e dando-lhes educação que lhes convém. (LA SALLE, 2012, v. II-A, p. 18).

A noção de ensinar a bem viver e de oferecer uma educação conveniente para o educando são finalidades que ultrapassam a concepção aristocrática da sociedade, na qual viviam os Irmãos que conseguem, em função de sua fé na possibilidade da salvação, formular um objetivo pedagógico que provoca o projeto político-pedagógico democrático da modernidade, tal como a finalidade prevista pelo artigo 2º da LDB para a educação nacional brasileira do século XXI: oferecer “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Nesse sentido, o Instituto parece estar à frente do seu tempo, no entanto, a sua concepção de educação é moldada pelas necessidades imediatas da sociedade, na qual os primeiros Irmãos viviam e educavam.

Figura 7 – "Children leaving school" de Benjamin Vautier em 1850

Victoria and Albert Museum, Londres



Fonte: Disponível em:

<[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Benjamin_Vautier_Snow_scene_\(Children_leaving_school\)_VA.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Benjamin_Vautier_Snow_scene_(Children_leaving_school)_VA.jpg)>.

A gratuidade será estendida para todos, “[...] inclusive para algum filho de família em melhores condições econômicas” (HENGEMÜLE, 2007, p. 27). Assim as escolas de caridade antes frequentadas somente pelos pobres, foram se tornando abertas e frequentadas pela

população trabalhadora sem distinção de renda. Segundo Hengemüle (2007, p. 62), La Salle queria uma escola aberta e acessível a todos aqueles que buscassem receber educação de qualidade e iniciação à doutrina e à vida cristã. Ele considerava a realidade econômico-social como fator essencial para a admissão à escola, mas recusava-se a fazer dela critério único. Pensava que os filhos do povo deviam conviver com as crianças de meio social mais favorecido.

A gratuidade em La Salle não é apenas para os pobres, mas também para os ricos. Ele não adota o critério de pobreza para o ingresso em suas escolas. Por isso que os mestres-calígrafos protestaram, pois perdiam alunos em condições de pagar. E estes deveriam estudar em suas escolas. Ricos e pobres aprendem a ler e a escrever nos mesmos bancos. (POUTET; PUNGIER, 2001, p. 104).

A corporação de ofício dos mestres calígrafos cobrava pelo ensino e detinha esse privilégio. La Salle não previa receitas através do ensino. Os alunos recebiam gratuitamente o ensino.

O critério de La Salle e dos Irmãos era bem distinto: os pobres, evidentemente, vão à Escola Cristã por que esta é gratuita e eles não podem pagar outra; mas os que podem custear a educação, se preferem frequentar esta escola, não são excluídos. Nela, todos juntos, ricos e pobres, ombro a ombro, aprendem os ensinamentos do Evangelho e, lado a lado, também se preparam para a vida, mediante o aprendizado sério. (LA SALLE, 2012, v. I, p. LIX).

Os mestres calígrafos exigiram que as escolas de La Salle seguissem o mesmo caminho das escolas de caridade das paróquias, destinadas exclusivamente aos pobres e, por isso, gratuitas. Esses mestres se tornaram grandes opositores das escolas de La Salle pelo fato destas receberem alunos que poderiam pagar pelo ensino. E fatalmente isto atrapalhava seus negócios. Os calígrafos acusavam os lassalistas de não serem fiéis à finalidade de seu Instituto por atenderem gente com recursos para ganharem, segundo estes acusadores, mais dinheiro com a venda dos materiais escolares. Em alguns casos, estes mestres exigiram das autoridades civis e eclesiais que os Irmãos fixassem na entrada de suas escolas o escrito “Escola Gratuita para os Pobres” para deixar claro quem deveria ser atendido e também o certificado de pobreza como pré-requisito para ingresso (ALPAGO, 2000, p. 67).

La Salle e seus Irmãos desejavam, em função da sua concepção pedagógica e da sua visão evangélica de apostolado na educação, evitar, em suas instituições de ensino, qualquer indício de remuneração pelo ensino recebido.

Poutet e Pungier (2001) consideram que as escolas de La Salle promoveram uma transformação radical na vida dos meninos pobres, fato que chama atenção dos mais ricos. Os pobres mudam sua linguagem e deixam de se vestir de modo desleixado. Pelo exemplo, algumas famílias ricas não hesitam em deixar seus filhos frequentarem a escola junto com os meninos pobres que, geralmente, eram considerados libertinos. “[...] Graças a visitas de aseo, atenção constante ao vocabulário, lições de boas maneiras, motivação em profundidade e judicioso uso de todos os elementos educativos, os professores conseguem alunos com aparência limpa e cuidada”. (POUTET; PUNGIER, 2001, p. 108). Dessa maneira, as relações de convivência entre crianças pobres e de famílias bem-sucedidas possibilitaram que os meninos menos favorecidos enriquecessem o vocabulário, apurassem as boas maneiras e entabulassem relacionamentos quanto à futura vida profissional, o que hoje vem se chamando de network. Permitiu aos mais ricos, por outro lado, superar os preconceitos em relação ao povo. Estava nascendo um modelo que, no século XIX, se consolidaria como a escola pública republicana.

A obra de La Salle “Regras de Cortesia e Urbanidade Cristã para uso das Escolas Cristãs”⁸ contribuiu muito para que os meninos pobres adquirissem posturas básicas de civilidade, de boas maneiras e da etiqueta dominantes no século XVII, na França. La Salle age convicto de que as boas maneiras devem ser comuns a todos, não apenas à alta sociedade.

No início do século XVII, o ensino de regras de boas maneiras atingiu as escolas femininas em Paris. Em 1679, Jean-Baptiste de La Salle, responsável por escolas cristãs, retomou em termos gerais o modelo de Rotterdan na educação de crianças pobres da cidade, transformando seus comportamentos e, em 1703, publicou o tratado “Regras de decoro e da civilidade cristã”. É possível perceber que os usos de etiqueta se redimensionaram e, se num determinado momento eles eram apanágio dos filhos da nobreza, a difusão social dessa prática foi estendida também às classes populares, por meio de medidas assistenciais. (PEREIRA, 2006, p. 29).

⁸ Vejamos o conteúdo desta obra, em linhas gerais, de maneira a compreender o que os alunos deveriam aprender ao longo de sua permanência nas Escolas Cristãs:

a) A primeira parte do livro trata da compostura, do recato e dos modos de portar-se em relação às diversas partes do corpo: cabeça, orelhas, cabelo, rosto, sobrancelhas, bochechas, olhos, nariz, boca, lábios, dentes, língua, ombros, braços, cotovelos, mãos, dedos, unhas, perna, calcanhar, pés. Esta parte também dá orientações de como se deve falar, pronunciar as palavras, bocejar, tossir, escarrar, e das partes do corpo que se devem manter ocultas e das necessidades naturais. b) A segunda parte, última e bem mais extensa, trata dos modos de agir em determinadas circunstâncias específicas: do modo de levantar-se, de vestir-se e desnudar-se; do cuidado e da limpeza das roupas, das capas, das camisas, das meias e dos sapatos; dos modos referentes à alimentação, limpeza das mãos, maneiras de portar-se à mesa, uso dos talheres, como servir-se dos alimentos, como comer e beber adequadamente, como levantar-se e sair da mesa; modos de portar-se nas diversões, passeios, jogos e cantos; dos modos de portar-se quando se visita uma pessoa, como entrar na casa, as saudações, a conversa, a despedida; o modo de portar-se nas conversas em geral, uso da cortesia nas palavras, a sinceridade, os modos de perguntar, comentar ou expressar sua opinião; e dos modos andar pelas ruas. (CORSATTO, 2007, p. 63).

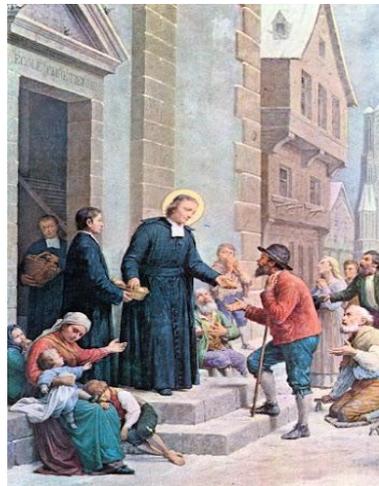
La Salle trabalhou por uma educação acessível a todos, gratuita, sem distinção de classes sociais. Mesmo que suas escolas tivessem alunos em melhores condições econômicas isto não minimizava, pelo contrário, radicalizava a sua opção pelos pobres porque a presença desses alunos mais ricos contribuía para o objetivo de promoção educacional, profissional e social dos pobres. Ademais estes são a maioria, pois a clientela dessas escolas de La Salle pertence às camadas mais pobres da população.

Em termos concretos, ele optou por uma clientela popular, foi ao encontro dela, ofereceu-lhe consideração e amor preferentes, criou escola e programas à sua medida, contribuiu à criação de uma cultura popular, preparou mestres populares, e fez sua escola exercer a função social de promover os pobres. (HENGEMÜLE, 2007, p. 61).

Essa afirmação pode ser ilustrada por outra pintura divulgada pelo site do Instituto, reproduzindo a distribuição de pão na porta de uma escola cristã, onde se pode ler na trave da porta: “Escola Cristã”. A distribuição se dá por ocasião do “terrível inverno de 1684-85”.

Figura 8 - La Salle distribui comida aos pobres

Pintura de Giovanni Gagliardi, em 1901



Fonte: site oficial do Instituto, Disponível em:
<https://picasaweb.google.com/114952324193147523081/IconografiaIconographie>
[IconografiaIconographie#5773898965498831474](https://picasaweb.google.com/114952324193147523081/IconografiaIconographie#5773898965498831474)
 (ROUSSET, 1979, p. 36).

Como os Irmãos mantinham suas escolas gratuitas? Considerando que não cobravam dos alunos pelo ensino, como La Salle e os primeiros Irmãos garantiam o funcionamento de escolas gratuitas? As escolas gratuitas funcionavam mediante “fundadores”, isto é, aqueles que assumiam os custos. Antes de abrir ou assumir uma escola, o Instituto teria que saber

quem pagaria os salários dos mestres. Quem, de fato, garantiria a subsistência dos professores. Lauraire (2011, p. 96), explica como era este procedimento:

Para resolver el problema de la subsistencia de los Maestros y del funcionamiento de las escuelas, La Salle elige un camino diferente del de sus dos predecesores. Recurre a una especie de mecenas que se comprometan a aportar cada año una suma de dinero considerada necesaria y suficiente para cada uno de los Hermanos que trabajan en la escuela. Sabemos que al principio se trataba de 150 Libras, pero esa suma estaba llamada a modificarse según el coste de la vida.

A dedicação e o entusiasmo dos primeiros docentes do Instituto pela educação dos pobres nascem de uma experiência pessoal marcada pelo discernimento e disponibilidade de realizar a vontade de Deus. La Salle foi gradativamente abandonando sua condição social para viver no mundo dos pobres, passando a compartilhar do destino dos próprios mestres, como relata na obra *Memória dos Começos*:

Estou reduzido ao silêncio: Não tenho o direito de usar com eles a linguagem da perfeição sobre a pobreza, como tenho feito, se eu mesmo não fosse pobre; nem sobre o abandono à Providência, se tenho recursos assegurados contra a miséria; nem sobre a perfeita confiança em Deus, se receita substancial me põe ao abrigo de qualquer preocupação. Se continuo sendo o que sou, e eles o que são, sua tentação se prolongará, pois o que a motiva subsistirá e eu não a poderia remediar; porque eles encontrarão sempre em minhas rendas um pretexto sedutor e até razoável para justificar sua desconfiança quanto ao presente e sua inquietação com relação ao futuro (LA SALLE, 2012, v. I, p. 8).

La Salle se converte a um projeto que o envolve gradativamente. É um processo de transformação radical na sua vida que os religiosos interpretam como conversão. Corbellini (2000, p. 3) descreve os sucessivos “êxodos” que La Salle realiza na constituição da principiante Sociedade dos Irmãos das Escolas Cristãs. O primeiro seria o êxodo familiar: deixa a casa paterna e praticamente desliga-se de sua família burguesa para juntar-se a um grupo de professores leigos e pobres. O segundo êxodo, acontece da condição econômica privilegiada para o meio pobre, exigindo renúncias: renúncia à prebenda de cônego da Catedral de Reims; renúncia aos bens pessoais e à decisão de não os utilizar para ‘fundar’ (prover de fundos) a comunidade de mestres, e as escolas, e a decisão concomitante de distribuir esses bens aos pobres, por ocasião de uma das muitas crises de alimentos da França (1684-1685). O terceiro seria o êxodo da condição clerical e da proteção da Igreja constituída: abandono da vocação de cônego; de uma Igreja rica, da qual poderia usufruir benesses e garantias e influência política, para uma Igreja pobre; a adoção de um modo de trajar não clerical (também não secular); a saída da diocese de Reims, abrindo mão da segurança que lhe

oferecia o arcebispo dessa cidade; a criação da sociedade das escolas cristãs, sociedade leiga, e a decisão sobre o laicato para a mesma. E o quarto seria o êxodo cultural: inculturação progressiva no mundo dos pobres, representados pelos mestres e pelos alunos; adoção dos hábitos dos mestres, incluindo modo de morar, de se vestir, de se alimentar, de conversar; tomada de consciência da situação dos pobres, afastados dos meios de ‘salvação’ e de levar uma vida digna, ao menos de acordo com os seus padrões; desprendimento da cultura resultante de sua formação teológica, adotando uma cultura nova - a da educação.

Quando La Salle fala sobre a gratuidade, ele não está se limitando ao aspecto econômico. Essa questão será entendida sob um ponto de vista teológico, pastoral e espiritual. A prática de La Salle ensinar sem cobrar pelo ensino é compreendida como os sacramentos da Igreja que, em hipótese alguma, podem ser vendidos. A educação cristã “[...] é um bem social e religioso, serviço e ministério à sociedade, o qual não deve ser pago, da mesma forma como não se vende um sacramento”. (HENGEMÜLE, 2007, p. 29). Ele incentivava os Irmãos a superarem o nível da gratuidade material para alcançarem as motivações espirituais. Adverte aos seus educadores para não aceitarem nada dos pais ou dos alunos. Incentiva-os a amar os educandos sem interesse, sem esperar nada em troca, principalmente dos mais pobres. O sucesso do aluno é a principal preocupação e não a satisfação pessoal. Percebe-se esta convicção de La Salle em dar preferência pela gratuidade e pelos pobres através dos vários documentos. Abaixo alguns trechos que enfatizam essa concepção:

O trabalho dessa Comunidade consiste em dirigir escolas de forma gratuita, exclusivamente nas cidades, e em explicar o catecismo todos os dias, mesmo nos domingos e festas. (LA SALLE, 2012, p.16).

Deus teve a bondade de remediar tão graves inconvenientes pelo estabelecimento das Escolas Cristãs, nas quais se ensina gratuitamente e só pela glória de Deus. (LA SALLE, 2012, p. 438).

Por vosso emprego, deveis amar os pobres, visto que a função que exerceis é consagrar-vos à sua instrução. Como São Francisco, considerai-os imagens de Jesus Cristo e os mais dispostos a receber em abundância seu espírito. (LA SALLE, 2012, p. 371).

Todos os dias instruí meninos pobres. Amai-os ternamente como este santo que, nisto, seguiu o exemplo de Jesus Cristo. (LA SALLE, 2012, p. 356).

Somos pobres Irmãos, ignorados e pouco considerados pelas pessoas do mundo. Somente os pobres nos procuram. Estes não têm nada a presentear-nos, além de seus corações, dispostos a receber nossas instruções. (LA SALLE, 2012, p. 202).

La Salle, ainda, elevava a missão dos professores, considerando-a um trabalho estimado e honrado:

Tendes a felicidade de ocupar-vos com a instrução dos pobres e de estar dedicados a um trabalho só estimado e honrado pelos que têm o espírito cristão. (LA SALLE, 2012, p. 251).

Deveis considerar as crianças que tende missão de instruir, como órfãos pobres e abandonados. Com efeito, ainda que a maioria delas tenha pai na terra, vivem como se não o tivessem. No tocante à salvação da alma, encontram-se entregues a si mesmas. Por isso é que Deus as coloca, de alguma forma, sob vossa tutela. (LA SALLE, 2012, p. 97).

No Guia das Escolas é recomentado que os mestres trabalhem a caridade perfeita e desinteressada para com o próximo, sobretudo se estes tivessem alguma aversão por algum tipo de aluno. Pedia-lhes que manifestassem mais amizade e afeto para com os mais pobres, do que para com os mais ricos e que demonstrassem a eles maior cordialidade e mais afeto que a qualquer um dos demais. Esta atenção especial teria que se manifestar em atitudes concretas, orientando a fazê-los ler mais vezes, responder com mais frequência durante o catecismo e corrigir a escrita deles o dobro de vezes que a dos outros. Tudo isso feito com, “[...] afabilidade e bondade; dar-lhes alguma recompensa, mesmo no caso de não a terem merecido inteiramente. Ainda quando houvesse motivo de rechaço, trazê-los, inclusive, mais próximos a si, fazendo-o sempre que possível, ordenadamente”. (LA SALLE, 2012, v. III, p. 296).

A principiante Sociedade das Escolas Cristãs corria riscos, “devido à desistência de Irmãos, à falta de ingresso de novos, aos problemas de saúde do fundador” (NERY, 2007, p. 46). Diante dessa situação, La Salle decide fazer um retiro, pois precisa de um tempo de oração e discernimento. Em 1691, em meio a esta grave crise, La Salle e os Irmãos Gabriel Drolin e Nicolau Vuyart fizeram um voto de associação por toda a vida, para manter as escolas gratuitas até que elas se solidificassem. Trata-se de um ato religioso comum, no século XVII, de proferir votos diante de Deus que, neste caso, foi mantido em segredo pelos votantes. Além disso, os três escreveram e assinaram os votos, guardando-os consigo. Posteriormente, esse fato tornou-se conhecido pelo Instituto. Eles assumiram um compromisso de dedicação total à criação e à consolidação da Sociedade das Escolas Cristãs até o ponto de viver de esmola e só de pão:

[...] E, para este efeito, eu, João Batista de La Salle, sacerdote, eu Nicolau Vuyart e eu, Gabriel Drolin, nós, desde agora e para sempre, até o último entre nós que sobreviva, ou até a completa consumação do estabelecimento da referida Sociedade, fazemos voto de associação e de união a fim de promover e garantir o referido estabelecimento, sem podermos desistir disso, mesmo que só nós três permanecêssemos na referida Sociedade e que fôssemos obrigados a pedir esmola e a viver somente de pão. (LA SALLE, 2012, v. I, p. 39).

Esta decisão La Salle, Nicolas Vuyart e Gabriel Drolin se tornou um ícone de coragem que garantiu a continuidade do Instituto, por isso foi denominado, posteriormente, pelo Instituto de “Voto Heroico”. Há uma combinação aparentemente contraditória entre a promessa simultânea de consagrar-se inteiramente à vontade de Deus e, ao mesmo tempo, de dedicar-se ao esforço pessoal e coletivamente de realizar o empreendimento educacional. A vontade de Deus e a vontade humana são, ao mesmo tempo, distintas e indissociáveis na formulação do voto heroico. Este gesto pessoal e comunitário expressa bem a associação do Fundador com os demais professores dispostos a continuarem com as escolas em favor dos pobres ainda que em condições difíceis.

Figura 9 – Signatários do Voto Heroico em 21/11/1691



The image displays three handwritten signatures in cursive script, arranged vertically. The top signature reads 'De La Salle'. The middle signature reads 'f. Nicolas Vuyart'. The bottom signature reads 'f. gabriel Drolin'.

Fonte: Iconografia. Disponível em: <https://picasaweb.google.com/114952324193147523081/IconografiaIconographieIconografiaIconographie#5773898955040686546>
(ROUSSET, 1979, p. 41).

3.1 Alguns percalços na consolidação das Escolas Cristãs

As escolas de La Salle enfrentavam alguns problemas próprios da época quanto à universalização do ensino. O acesso à escola é algo novo que estava sendo implantado por força de decreto real. Não era fácil conquistar uma clientela, nos meios populares, onde ainda não havia uma cultura escolar com diversas resistências. Muitos pais se opunham a enviar os filhos à escola, reflexo tanto de uma cultura instalada na sociedade, quanto da necessidade de as crianças das famílias mais pobres trabalharem. Romper com esta realidade não foi tarefa fácil para La Salle e os primeiros Irmãos. A leitura atenta do texto do Guia das Escolas revela uma realidade frequente que La Salle e os Irmãos tinham que lidar: o desinteresse pela

instrução. Diante disso, eles também assumiram o desafio de convencer os pais a enviarem seus filhos à escola:

A segunda causa das ausências dos alunos vem da parte dos pais: ou porque se descuidam de enviá-los à escola, muito pouco se importando que a frequentem e sejam assíduos – o que é bastante comum entre os pobres – ou por serem indiferentes e frios com relação à escola, persuadidos de que os filhos nela não aprendem nada ou muito pouco, ou porque os fazem trabalhar (LA SALLE, 2012, v. III, p. 196).

La Salle relata esta mesma situação de abandono na obra “Meditação para o Tempo de Retiro”, em que observa que “[...] entre os artesãos e pobres, é prática muito generalizada deixarem os filhos viver entregues a si mesmos. Não se preocupam absolutamente em enviá-los à escola, já por sua pobreza, que não lhes permite pagar professores [...]”. (LA SALLE, 2012, v. II-B, p. 438).

Muitas crianças, na idade escolar, tinham que trabalhar e proporcionar um reforço econômico para a família. Isso era algo natural e corriqueiro nos séculos XVII e XVIII. E esta realidade afeta também diretamente as Escolas Cristãs. Diante disso La Salle recomendava a seus educadores que fizessem os pais dos alunos compreenderem que o fato de os retirarem da escola os prejudicariam muito. “[...] Para isso, é preciso fazer-lhes ver o importante que é, para um artesão, saber ler e escrever, pois por pouco inteligente que seja, sabendo ler e escrever, é capaz de tudo. É preciso persuadir os pais a enviarem os filhos, ou uma hora tanto de manhã como de tarde, ou a tarde inteira”. (LA SALLE, 2012, v. III, p. 197).

Segundo Hengemüle (2007), existia uma oposição contra a generalização do ensino e a elevação de seu nível nas camadas populares, pois a difusão e o aprofundamento dos estudos poderiam arruinar as famílias e perturbar a paz pública, afastariam também os indivíduos dos ofícios dos seus pais, do comércio, da agricultura e do exército.

Existia uma oposição velada à generalização do ensino, sobretudo, à elevação do nível dos conteúdos escolares além dos rudimentos básicos, por parte da camada popular. E disso não escapa a própria monarquia. De um lado, ela apoia a criação de escolas elementares. Mas, por outro, com relação às de nível mais elevado, isto é, dos colégios, expressa constantemente sua vontade de que o número delas seja limitado. (HENGEMÜLE, 2007, p. 19).

Em meio a essa realidade, que não impulsionava de fato a ampliação do ensino, em que os editos ou decretos do poder civil, em favor da escolarização de todos os meninos são “letra morta” (LAURAIRE, 2008, p. 106), as Escolas Cristãs davam prioridade à instrumentalização e persuadiam os pais negligentes:

O meio de remediar à negligência dos pais, sobretudo dos pobres será, [primeiramente] falar com eles e fazer-lhes tomar consciência da obrigação que têm de fazer instruir seus filhos e do prejuízo que lhes causam não os fazendo aprender a ler e a escrever; o quanto isso pode ser danoso para eles; que praticamente nunca serão aptos a emprego nenhum, por não saberem ler ou escrever. Disso é que se devem procurar fazer-lhes tomar consciência mais do que prejuízo que pode causar aos filhos a falta de instrução sobre as coisas referentes à salvação, ponto que ordinariamente pouco sensibiliza aos pobres, eles mesmo não se importam com a religião. (LA SALLE, 2012, v. III, p. 196).

Lauraire (2008) comenta que pelo fato de muitos pais entre os pobres não serem escolarizados, acabavam por não compreender a necessidade ou utilidade da escola para seus filhos. Essa é uma situação comprovada na França, no final do século XVII, onde grande parte da população era analfabeta.

Para quien no haya conocido otra cosa que el trabajo manual, las horas de clase le parecen fácilmente tiempo perdido, no rentable. No lo ve como un trabajo de verdad. De buena gana diría que es un pasatiempo. Ni siquiera comprende que semejante trabajo pueda cansar el organismo. Pero sobre todo no puede admitir que los resultados no se vean sino a medio o a largo plazo. (LAURAIRES, 2008, p. 106).

A assiduidade é outro elemento fundamental para o sucesso escolar. Por isso, o Guia das Escolas é enfático, a ponto de recorrer a um recurso mais rígido, como o de sugerir que se cortem as esmolas dos pobres enquanto estes não enviarem seus filhos à escola:

Como este tipo de pobres são geralmente aqueles a que se dá esmolas, é preciso comprometer aos senhores curas das paróquias e às damas de caridade, a não lhes dar nem lhes facilitar nenhum tipo de esmola enquanto não enviarem seus filhos à escola. Deve-se mesmo entregar-lhes uma lista de todos os que não a frequentam, com o nome e a idade deles, com o nome do seu pai e mãe, com sua paróquia e residência, para não se dar nenhuma esmola aos pais, e que os senhores curas os possam obrigar a enviar os filhos à escola. (LA SALLE, 2012, v. III, p. 196).

No Brasil atual, pode-se considerar essa medida do Guia semelhante à denominada condicionalidade educacional do Programa Bolsa-Família. Naquelas condições de descaso e negligência dos pais com a educação dos filhos, era muito difícil obter sucesso na escolaridade. La Salle e os Irmãos estavam cientes desses problemas, e procuravam buscar soluções para resolvê-los. Uma vez que este aluno se matriculava na escola, procuravam desenvolver meios para conquistá-los. “A eficácia da escola era a melhor resposta à impaciência de certos pais” (LAURAIRES, 2008, p. 110).

Além dessas questões, La Salle sofreu muitas incompreensões, críticas e perseguições de parentes, de alguns bispos e sacerdotes e da corporação dos mestres calígrafos que perdiam

alunos ricos para as Escolas Cristãs, que aceitavam a todos sem distinção de renda e não adotavam como critério de ingresso o atestado de pobreza, conforme a legislação aristocrática, fato que permitiu o processo jurídico solicitado por esses profissionais da educação contra as escolas de La Salle.

Esses embates ficaram mais notáveis em 1688, ano em que La Salle e os dois Irmãos chegaram a Paris. A ida a Paris marca um período de expansão e também de perseguição às Escolas Cristãs. Inicialmente eles assumiram a organização de uma escola na Paróquia de São Sulpício. Segundo Maillefer (1991), La Salle e os Irmãos encontraram a escola desorganizada, sem disciplina e horários, por isso logo começaram a aplicar seus métodos para facilitar a aprendizagem dos alunos. “[...] Em pouco tempo conseguiram êxito e o número de alunos aumentou”. Mas essas mudanças não agradaram ao supervisor do artesanato, que funcionava paralelamente às aulas e utilizava a mão-de-obra dos alunos. Para ele, “[...] a escola dos Irmãos tirava os alunos do trabalho manual causando prejuízo à produção, pelo fato de os alunos dedicarem mais tempo para aprender a ler e a escrever”. Este supervisor e outras pessoas tentaram convencer o pároco que, sem o trabalho manual, os alunos se tornariam mais preguiçosos e que as mudanças na rotina da escola introduzidas por La Salle só traziam prejuízo. Diante dessa denúncia, os Irmãos já estavam decididos a sair da escola e voltar a Reims. “[...] Nesse meio tempo, houve a indicação de um novo pároco, que considerou muito satisfatório o andamento da escola de São Sulpício”. E, assim, os Irmãos acabaram permanecendo nela. Passado esse problema, outra disputa de interesses surgiu com a abertura da segunda Escola em Paris, na Rua de Bac. Desta vez com os mestres calígrafos e com os Mestres das Pequenas Escolas (MAILLEFER, 1991, p. 93-98).

Essas conquistas causaram ciúmes e perseguição da parte dos professores de Paris que se incomodavam com o fato de suas escolas perderem alunos. Por isso, tomaram drásticas medidas para impedirem o avanço das escolas cristãs.

[...] Apelaram primeiro para a violência, apoderando-se de todos os móveis das escolas gratuitas. Em seguida, fizeram comparecer La Salle e os Irmãos diante do inspetor eclesiástico das escolas de Paris, acusando-os de atentar para os direitos deles. O inspetor eclesiástico, por petição dos professores, pronunciou a sentença que suprimia as escolas gratuitas. (MAILLEFER, 1991, p. 99).

Apesar da oposição, João Batista de La Salle e os primeiros Irmãos foram consolidando sua obra em meio a perseguições, processos e crises, sempre atentos à realidade e às necessidades educativas das crianças e adolescentes. Assim conseguiram realizar seu projeto,

fundaram e assumiram diversas instituições educacionais, além das escolas elementares gratuitas, conforme Kirch (2008, p. 37):

1. **Seminário para Mestres de Campanha (Interior)** – em que futuros professores aprendem a arte de educar crianças com outros professores mais experientes, para se tornarem professores em escolas rurais no interior da França.
2. **Noviciado** – para iniciantes na vida de Irmão das Escolas Cristãs. Estudam e vivem a vida de Irmão, aperfeiçoando-se na relação com Deus e com as pessoas, em Comunidade, e na arte de lecionar bem, em vista da educação daqueles que Deus lhes confiará.
3. **Escola Dominical ou Academia Cristã** – para jovens e adultos que desejavam instruir-se na doutrina cristã e aprender ou aperfeiçoar-se na profissão, aos domingos. É escola profissional.
4. **Internato para 50 nobres da Inglaterra** – em Paris, em 1688, a pedido do Rei Luiz XIV, os Irmãos montam esta instituição para atender aos filhos de famílias que vieram para a França com o rei Jaime II, exilado da Inglaterra, ante a invasão de Guilherme de Orange, da Holanda.
5. **Pensionato de Saint Yon (São Jonas)** – em Ruão, para jovens mais ricos, desejosos de boa formação cristã e profissional, pagam para sustentarem-se, no internato.
6. **Escola Emendativa** – em Ruão, para reeducar jovens difíceis ou delinquentes. Presos em celas individuais, recebem orientação pessoal e diária de um Irmão bem preparado e com grande amor aos jovens. É eficiente Serviço de Orientação Educacional e Religiosa que recupera quase todos os jovens.
7. **Escola para Formação de Marinheiros e Oficiais da Marinha** – em Calais, porto famoso, ao norte da França, onde jovens são profissionalizados para as atividades marítimas.

No ano da morte de La Salle, 1719, “[...] registra-se o fato de que já estavam instaladas escolas dos Irmãos em 27 cidades da França e, em 1790, havia 920 Irmãos, 123 escolas e 520 classes com 35.713 alunos.” (NUNES, 1981, p. 145).

3.2 A gratuidade após a morte do Fundador

Figura 10 – Morte de La Salle 7 de abril de 1719

Pintura de Giovanni Gagliardi, 1906



Fonte: Disponível em : <<http://www.irmaosdelasalle.org/sobre-a-congregacao/o-fundador>>. (ROUSSET, 1979, p. 56)

Após a morte do fundador, os Irmãos se empenham em conseguir o reconhecimento oficial do seu Instituto junto a Santa Sé. O que conseguiram em 1725 através da Bula de Aprovação do papa Bento XIII.

O texto da bula de aprovação provocou uma série de polêmicas e discórdia entre o Instituto dos Irmãos e autoridades municipais. A bula apostólica traz dois parágrafos que se contradizem: Um que menciona que os Irmãos ensinem gratuitamente os meninos e que não recebam dinheiro, nem presentes oferecidos pelos alunos ou seus pais. E em outro parágrafo, faz referência que os Irmãos ensinem gratuitamente os pobres.

Está claro que los Hermanos seguían procediendo como en vida de san J. B. de La Salle, y que leían la bula a la luz de su práctica. La fórmula de los votos, modificada en 1726, dice por lo demás: "Por lo cual, prometo y hago voto de pobreza, castidad, obediencia, de estabilidad en la expresada sociedad y de enseñar gratuitamente, conforme a la bula de aprobación de nuestro santo padre el papa Benedicto XIII". (ZAMORA; LAURAIRE, 1998, p. 132).

A Regra do Instituto e o Guia das escolas não deixam dúvidas quanto à modalidade de funcionamento das escolas: totalmente gratuitas. Os Irmãos seguem dando continuidade à missão educacional dentro do mesmo modelo iniciado pelo fundador. Eles vão onde são solicitados por algum bispo, pároco, autoridade municipal ou pessoa de posses. Estes se comprometiam com a manutenção dos Irmãos. As autoridades eclesiásticas e civis que solicitavam a presença dos Irmãos, desse modo, deveriam ser pessoas piedosas, movidas pela caridade e preocupadas com a educação dos pobres.

Segundo Alpago (2000, p. 65), muitas destas escolas estavam localizadas em meios populares, em paróquias densamente habitadas, mas distantes do centro da cidade. Mesmo assim, no entanto, informa que por mais que as escolas fossem gratuitas, nem todos os pobres a frequentavam, pois, inevitavelmente, havia gastos das famílias, tais como para a aquisição de livros e materiais de escrita. Os Irmãos davam tintas gratuitamente, porém as penas, cortador de penas e papel não eram fornecidos. Alguns alunos pobres eram recompensados com livros de uso escolar, mas eram poucos. Em outros casos, os pais mais indigentes privavam seus filhos da escola e os colocavam para trabalhar.

Segundo Alpago (2000, p. 67), os Irmãos continuaram sofrendo com a oposição dos mestres calígrafos pelo mesmo motivo da época do fundador, ou seja, as escolas cristãs não se limitavam somente aos pobres, pois atendiam também alunos que poderiam pagar pelo ensino. Isto os deixavam revoltados a tal ponto de acusarem os Irmãos de serem infiéis à finalidade do seu Instituto.

Alpago (2000) faz uma abordagem sobre a gratuidade e os embates internos e externos sobre esse tema. Os grandes conflitos e dilemas em torno da gratuidade surgiram no século XVIII, quando as autoridades municipais da França queriam cobrar dos alunos mais ricos para poder em manter a pensão dos Irmãos. Algumas cidades alegavam que não podiam pagar a pensão dos Irmãos a não ser cobrando dos alunos em condições de pagar. Nesse caso, de cobrança os Irmãos estariam infringindo a Bula de aprovação, pois se comprometeram e foram autorizados a ensinarem gratuitamente.

A saída encontrada era cobrarem dos alunos cujos pais tivessem posses. As autoridades municipais se encarregariam de entregar bilhetes uniformes gratuitamente para os pobres e um valor fixado para os demais que possuíssem condições de pagar. Assim os Irmãos não estariam cobrando e nem ficariam sabendo quem era pagante. Os Irmãos se manifestaram preocupados com essa solução, pois infringe diretamente sua Regra e ensinar gratuitamente é uma obrigação indispensável. Segundo os Irmãos, o meio que os cidadãos encontraram para prever os recursos, não passava de um pretexto para esquivarem-se da lei do Instituto.

As autoridades municipais da cidade Boulogne, em 1781, fizeram a consulta ao conselho de teólogos de Sorbonne, tentando minimizar a preocupação dos Irmãos. Eles pedem um parecer do conselho sobre a questão de a proposta de cobrança violar ou não os estatutos dos Irmãos.

Los Hermanos han manifestado cierta inquietud sobre este meio de proveer al pago de sus haberes, viéndolo como opuesto a su Regla que prescribe la instrucción gratuita. Para que o Consejo pueda juzgar se citará el texto mismo de la Bula de

Erección, tal como consta en su Regla: “Quinto, que dichos Hermanos enseñen gratuitamente y que no reciban recompensa ni obsequios de los alumnos o de sus padres”. La misma Bula disse, explicando el espíritu de su Instituto, que deben poner el mayor esmero en la instrucción de los niños, sobre todo de los pobres; y hacen voto de enseñar gratuitamente a los pobres. (ALPAGO, 2000, p. 111).

Para as autoridades dessa cidade, a gratuidade prescrita no Instituto dos Irmãos não é absoluta, pois “eles não abrem nenhum estabelecimento de ensino sem que lhes assegurem um valor suficiente para sua manutenção” (ALPAGO, 2000, p. 111, tradução nossa).

Segundo Alpagó, (2000, p. 113), nesse referido caso, os Irmãos consideram que esta proposta, para prover a sua subsistência, suas escolas deixariam de ser gratuitas, pois uma vez que os alunos com condições econômicas pagassem seis libras anuais para serem admitidos nas escolas, forneceria uma soma suficiente para abonar sua própria instrução e a dos pobres. Nesse caso, os Irmãos não seriam diferentes dos mestres mercenários. Então, os Irmãos temiam que as medidas que seriam adotadas pelas autoridades do município, trariam uma série de consequências, tais que:

- a) alunos de posses se tornassem maioria e inclusive que tirassem as vagas dos pobres;
- b) afastariam os pobres envergonhados, aqueles que caíram na indigência em consequências de maus negócios;
- c) poderia dar margem para más interpretações por parte dos pais. Os que não pagam ficariam constrangidos, quando seus filhos fossem castigados;
- d) os pagantes poderiam achar que são mais importantes que os não pagantes, poderiam requerer atenção especial, exigirem méritos, privilégios.

Até metade do século XIX, os lassalistas permaneceram literalmente fiéis à gratuidade do ensino, mesmo passando por diversas dificuldades econômicas, seguem dedicados ao ensino primário em escolas públicas. Quando alguma autoridade manifesta o desejo de confiar aos Irmãos alguma escola, referem-se à administração central do Instituto. O que já deixa claro que o ensino deve ser gratuito e que o sustento dos Irmãos não deve ser garantido pelos alunos ou seus pais.

Un alcaide que pide tres Hermanos para una escuela recibe por respuesta: “El propósito de establecer una escuela donde los niños pudientes paguen nos pone en la imposibilidad de prometerle ningún Hermano. Com todo, si Ud., consciente que las clases sean perfectamente gratuitas, sin ninguna contribución de los padres de los alumnos, haré cuanto este en mí para dar pronto curso a su pedido”. (ALPAGO, 2000, p. 140).

Segundo Alpago (2000), após a Revolução Francesa a escola primária passou a ser monopólio municipal e em muitas vilas a escola pública foi oferecida aos Irmãos, mas, aceitaram com a condição de que fossem rigorosamente gratuitas.

Diante de tanta exigência pela gratuidade e por não abrir mão desta, os Irmãos são questionados quanto à cobrança nos pensionatos. Eles se defendem, afirmando que o ensino é gratuito, que apenas de se cobrava dos alunos os gastos referentes à alimentação, à calefação e à iluminação. Então, estes estabelecimentos ficaram fora desta discussão sobre o voto de ensino gratuito.

A partir de 1830, estendeu-se pela sociedade francesa um forte anticlericalismo de essência liberal. Era aberto o interesse de reduzir o campo de atuação da Igreja para privilegiar as escolas laicas. Em 1833, com a instauração de uma nova lei educacional, a remuneração dos mestres da escola primária municipal ficou em parte sobre as contribuições mensais que seriam pagas pelos pais, somente os pobres ficariam dispensados. O Irmão Anaclét, Superior Geral⁹ da época, esforçava-se por interpretar esta lei a favor da gratuidade. Negociava com cada município, ameaçando retirar os Irmãos, caso não respeitassem suas regras, e “[...] que poderia enviá-los a outros lugares que fossem solicitados e onde tivessem total liberdade para exercerem suas funções em conformidades com as santas regras” (ALPAGO, 2000, p. 170, tradução nossa).

O governo do Instituto faz tudo o que pode para manter a originalidade da gratuidade, porém chega um momento em que não pode mais seguir com essa posição. Combateram a todo custo contra as cobranças nas escolas públicas, mas foram vencidos. Com a mudança na lei educacional, a pensão paga aos Irmãos já não era suficiente para viver dignamente. O governo central do Instituto destinou em 1854, 120.000 francos franceses para as comunidades. E buscou alternativas para garantir a sustentabilidade do Instituto, entre estas, decidiu manter os internatos e semi-internatos cobrando pelos serviços e garantindo a gratuidade do ensino.

Em 1861 há novo conflito com o governo francês e o Superior Geral recebe uma carta do ministro, rogando-lhe que se submeta à obrigação da retribuição, sob pena de ver os Irmãos excluídos das escolas públicas. Perder as escolas municipais seria deixar à deriva 3.000 Irmãos na França ocupados com 800 escolas (ALPAGO, 2000, p. 242).

⁹ O Irmão Superior Geral é eleito pelo Capítulo Geral. Exerce sua autoridade sobre todo o Instituto, segundo as normas do Direito Canônico e a legislação do Instituto. Seu mandato estende-se até o Capítulo Geral ordinário seguinte. É reelegível. (cf. Regra 126, p. 60).

O capítulo Geral dos Irmãos de 1861, diante destas questões levantadas e para assegurar na França a conservação do Instituto, decide por rever o voto de ensinar gratuitamente aos pobres, aceitando as exigências do governo. Na França, as leis educacionais, do final do século XIX e início do século XX, obrigaram o Instituto a trabalhar na modalidade de escolas privadas pagas e a pedir ao Papa autorização para cobrar dos alunos mais ricos. Esta situação afetava também outros países em que os Irmãos estavam presentes. A opção é limitar a gratuidade escolar aos pobres somente sob a aprovação do Papa.

El Instituto no procede alegremente a liquidación da gratuidad. Cada vez que tiene que apartarse de ella lo hace con pesar, y recurre a la Santa Sede para que autorice, en vista de las circunstancias, una práctica tan opuesta a una larga historia, a una Regla, a un voto; y siempre con la esperanza de volver “a nuestros usos” tradicionales. (ALPAGO, 2000, p. 247).

De acordo com Alpago, (2000), no período de 1855 a 1874, o superior geral dos Irmãos pediu 11 autorizações ao Papa. Pede-se dispensa do que poderia interferir no voto de ensinar gratuitamente. Assim são feitos alguns pedidos, por exemplo:

[...] autorização para entregar a lista de alunos para as autoridades civis o que fatalmente vai implicar na cobrança; autorização para que os benfeitores das escolas privadas possam perceber algum auxílio da parte dos pais de alunos, quando os demais recursos se demonstrarem insuficientes; autorização para os Irmãos residentes na América possam receber alguma retribuição dos alunos com mais posses, para assim oferecer cuidados a um número maior de crianças pobres. (ALPAGO, 2000, p. 248, tradução nossa).

Nos casos acima estão implicados três tipos de escolas: as escolas municipais francesas, as escolas privadas francesas e as escolas privadas da América. Estas autorizações têm prazos curtos. Os Irmãos talvez não percebessem as mudanças que estavam surgindo, na sociedade, no final do século XIX. Eles veem estas mudanças como passageiras e acreditam que logo tudo voltará a ser como nas origens. Contudo a situação ficou, cada vez mais, irreversível. A França decreta a gratuidade do ensino fundamental. Um fato que poderia ser muito compensatório para os Irmãos que lutaram tanto pela gratuidade, no entanto as congregações religiosas foram expulsas do ensino público, sendo obrigadas a refugiarem-se no ensino privado para continuarem oferecendo educação cristã. Segundo informa Alpago, em 1901 o parlamento Francês estabelece um estatuto novo sobre as congregações religiosas. O Superior Geral pede esclarecimento a Roma sobre como interpretar o voto de ensinar gratuitamente aos pobres. São oferecidas duas oportunidades:

- a) Educar unicamente aos pobres. A escola dever ser absolutamente gratuita;

b) Oferecer ensino gratuito aos pobres, sem proibir que a escola receba alunos pagantes.

A Santa Sé optou pela segunda interpretação. Esta decisão afetou a todas as escolas da França (exceto as escolas assumidas por doações privadas) e da mesma forma, nos países onde o Instituto recém havia se instalado e nos quais mantinha apenas escolas privadas. Assim, a grande maioria das escolas lassalistas, no final do século XIX, são instituições privadas:

Desde el punto de vista geral, la gran mayoría de las escuelas de los Hermanos en la última parte del siglo XIX son instituciones privadas: 1.730 en 1903, contra sólo 188 escuelas públicas; y aun, para completar este corto número, hay que incluir 72 escuelas de Bélgica que son privadas subsidiadas por el Estado. (ALPAGO, 2000, p. 303).

Em muitos países os Irmãos tiveram que mudar rapidamente a sua condição de educadores públicos para a de privados, porém a mudança de clientela também mudou. Os Irmãos passaram a oferecer também o ensino secundário para dar continuidade à formação moral e cristã desses alunos e acompanhá-los até a preparação do ensino superior.

Segundo Rummery (2006, p. 17), no final do século XIX, o crescimento do Instituto fora da França ficara particularmente problematizado. Um dos problemas consistia no fato de o carisma fundacional ter sido institucionalizado em demasia, através de formas centralizadas de governo, o que induzia a uma tendência pela uniformidade e à incapacitação legal de reconhecer a grande diferença de circunstâncias culturais nos lugares, onde os Irmãos estavam atuando. Isto acontecia especialmente com referência aos problemas que se apresentavam na manutenção do princípio da gratuidade, quando os Irmãos tiveram que administrar pensionatos para poderem manter alguma garantia econômica. Responder desta maneira parecia questionar a identidade dos Irmãos, quanto à sua missão educativa dos “filhos dos artesãos e dos pobres”. Essa insistência na uniformidade e numa fidelidade literal à Regra ameaçava o desenvolvimento de novas formas de resposta no serviço às necessidades dos pobres. A modificação das circunstâncias tornava também necessária a melhoria na formação dos próprios Irmãos.

O Instituto realizou os esforços possíveis para manter-se em escolas públicas, lutaram muito para que não houvesse cobrança pelo ensino nessas escolas. Mas foram obrigados a deixá-las por diversas circunstâncias. E, assim, começaram a trabalhar em escolas privadas, fato que não lhes impossibilitou de manter o serviço educativo a pobres.

Expulsado de la escuela pública, se ha visto obligado a refugiarse en la escuela privada para poder seguir brindando, por asociación, una educación cristiana. Las dificultades consecuentes en materia de gratuidad las resuelve, desde el punto de vista jurídico, gracias a una definición más minuciosa de los alcances del quinto voto, y en los casos más difíciles, mediante indultos temporarios obtenidos de la Santa Sede. (RUMMERY, 2006, p. 313).

Já no século XX, gradativamente a gratuidade escolar vai diminuindo. Conforme comprova quadro a seguir:

Quadro 1 - Gratuidade nas escolas O Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs
1879-1968

1. PROPORCIÓN DE ALUMNOS GRATUITOS ⁸⁵							
Año	Total	Total	%	Año	Total	Total	%
	alumnos	gratuitos	gratuitos		alumnos	gratuitos	gratuitos
1879	355.752	300.816	85,56	1947	398.149	155.378	39,03
1880	335.558	286.004	85,23	1948	397.844	156.860	39,43
1922	270.150	120.674	44,67	1949	413.768	166.379	40,21
1923	268.781	129.097	48,03	1950	423.696	167.294	39,48
1924	261.423	132.807	50,80	1951	437.658	171.357	39,15
1925	262.658	128.900	49,08	1952	458.854	184.958	40,31
1926	268.755	126.135	46,93	1953	480.490	198.574	41,33
1927	273.589	134.327	49,10	1954	497.753	200.843	40,35
1928	279.569	138.675	49,60	1955	526.016	217.144	41,28
1929	288.326	144.645	50,17	1956	547.329	226.821	41,44
1930	298.713	152.350	51,00	1957	569.797	237.469	41,68
1931	302.733	156.947	51,84	1958	591.993	252.563	42,66
1932	306.415	160.726	52,45	1959	613.358	259.768	42,35
1933	313.436	166.758	53,20	1960	648.427	268.554	41,42
1934	321.706	169.270	52,62	1961	653.466	278.379	42,60
1935	321.859	164.588	51,14	1962	699.771	293.794	41,98
1936	306.438	156.638	51,12	1963	704.586	286.203	40,62
1937	313.252	150.984	48,20	1964	717.111	272.806	38,04
1938	323.077	156.647	48,49	1965	737.112	274.871	37,29
1939	323.261	154.301	47,73	1966	751.688	269.941	35,91
1940-45	-	-	-	1967	771.991	237.446	30,76
1946	390.722	156.689	40,10	1968	780.608	240.005	30,75

⁸⁵ Fuente: resúmenes estadísticos anuales. Las cantidades de 1879 y 1880 corresponden a "niños en las escuelas gratuitas". Después de 1967 no se publican cifras de gratuitos; las de 1968 constan en un registro de ACG.

Fonte: Alpage, 2000, p. 368.

Segundo Alpage (2000), ao longo deste século cresceu em certo grupo de Irmãos a sensação de que o Instituto estava, cada vez mais, distanciando-se dos propósitos fundacionais. O Capítulo Geral de 1956 chamou atenção para esta tendência:

El mundo de los pobres nos es extraño, nuestra formación, la orientación de nuestra enseñanza, nuestro estilo de vida, nuestras preocupaciones, nos ponen más cerca de

las burguesias medias, del mundo de los empleados, que de los pobres y la clase obrera. (ALPAGO, 2000, p. 366).

O Capítulo Geral de 1966 volta a enfatizar o tema de como servir aos pobres. Há uma mudança no voto da Instituição de “ensinar gratuitamente” por “serviço educativo aos pobres” como parte integrante da finalidade do Instituto. São considerados na análise das condições materiais, os elementos históricos e sociológicos.

Depois do Concílio Vaticano II, animados pela necessidade de adaptarem-se ao mundo moderno e aprofundarem-se no carisma de João Batista de La Salle, o Capítulo Geral de 1966 volta a desenvolver a questão: como servir aos pobres? O Capítulo Geral substitui o voto de ensinar gratuitamente aos pobres por serviço educativo dos pobres. A partir dessa decisão capitular, tanto o texto das Regras e Constituições como a Declaração, consideram o serviço educativo dos pobres como parte integrante da finalidade do Instituto e, por conseguinte, da vocação particular de cada Irmão. Este Capítulo define o serviço educativo a pobres em sentido muito mais amplo que a simples análise das condições materiais, incorporando ao mesmo, elementos históricos e sociológicos. Convoca as instâncias locais e a cada Irmão a que demonstre espírito de iniciativa para permitir que o Instituto siga em direção dos pobres.

O Capítulo Geral de 1986 incorpora o sentido da associação ao serviço educativo a pobres, ao unir-se intimamente ao espírito que animava ao Fundador, quando estabeleceu a sociedade, isto é, as escolas a serviço dos pobres para assegurar-lhes a promoção humana e cristã. A opção preferencial pelos pobres constituiu um dos temas de insistência nos Capítulos Gerais de 1966 e 1986, comprometidos em reescreverem a Regra dos Irmãos das Escolas Cristãs depois do Concílio Vaticano II. Se a gratuidade absoluta da educação escolar pode justificar-se em certas situações precisas, a problemática deste tema tem mudado profundamente, e já não se entende dentro das linhas que prevaleciam nas primeiras fundações lassalistas. Já não se trata de saber se os pais pagam ou não parte dos gastos escolares, mas de adaptarem as instituições educativas às necessidades dos mais desfavorecidos, de prepararem os jovens para empregos úteis, de assegurarem o acesso de todos à cultura, de educarem a ricos e pobres no sentido da justiça. A opção preferencial pelos pobres incita aos Irmãos e aos que trabalham com eles com o mesmo espírito, a desenvolverem as dimensões espirituais e comunitárias da gratuidade para converterem-se, com a ajuda de Deus, nos educadores de que necessitam os pobres.

Em 1986 se incorpora o sentido de associação ao serviço educativo dos pobres e a escola lassalista encontra-se diante de um grande desafio de promover a justiça social e a

formar nos jovens uma consciência crítica. A gratuidade vai muito mais além da fidelidade a uma prescrição regular, para tocar toda a vida espiritual do Irmão.

De acordo com Alpago (2000, p. 453), as escolas gratuitas se tornaram por muito tempo um serviço educativo público que as cidades, por opção de suas autoridades em tempos de cristandade, ofereciam à população. Depois da Revolução Francesa, o Instituto continua oferecendo o serviço à população, mas devido às mudanças na política educacional opta pelo modelo de escolas privadas. Dessa forma, a clientela escolar estaria arcando com os custos do serviço. Pública ou privada, a escola se encontra ante um notável desafio de promover a justiça social. Não se trata da clientela escolar somente, mas de uma atitude de pessoa, de uma preocupação interior pelos pobres. A opção preferencial pelos pobres foi uma das marcas originais do Instituto Lassalista e continua sendo ainda hoje.

4 O CONTEXTO BRASILEIRO ATUAL SOBRE A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO DOS POBRES E FILANTROPIA

O Grupo de Trabalho 5 (GT) – “Estado e Política Educacional” - lidera a pesquisa sobre este tema no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd e reconhece a necessidade de desenvolver uma visão panorâmica neste campo da pesquisa em educação que aprofunde a análise da relação entre o público e o privado. O GT 5 indica como base para o avanço da pesquisa na área, uma obra coletiva na qual os autores relacionam os temas debatidos pelos pesquisadores desta temática, entre os quais incluem:

[...] a gestão do sistema, contendo as tensões e os desafios das relações entre os entes federados e entre o poder público e a iniciativa privada; as condições de financiamento da educação e o contexto tributário brasileiro; tudo isso desdobrado em questões como a reforma tributária, os gastos realizados no país e as dificuldades do controle social. (GOUVEIA; PINTO; CORBUCCI, 2011, p. 9).

São temas com os quais a pesquisa em educação tem dificuldades teóricas para trabalhar. Esta dissertação apenas sinalizou as possíveis futuras implicações de implantação da lei da filantropia para as instituições de ensino que adotaram essa personalidade jurídica. Estamos apenas no início deste processo de implantação, qualquer conclusão, portanto, é prematura. Como se relacionam, de fato, a ação público-estatal e a ação privada-filantrópica, nos sistemas de ensino, para propiciar a educação a que tem direito universal todas as crianças e adolescentes pobres?

Os capítulos anteriores desta dissertação apontavam para uma realidade educacional distante dos principais temas desenvolvidos pelo GT-5, seja pelo lapso temporal de três séculos, seja pela fraca repercussão da figura história de La Salle no debate educacional brasileiro sendo, portanto, necessário inserir o tema desta dissertação neste amplo e complexo contexto da pesquisa específica do GT-5 demarcado por questões ideológicas e jurídicas de difícil tratamento acadêmico. Há, de fato, uma tensão não resolvida a respeito do conceito de educação pública. Trata-se da educação prestada exclusivamente pelo estado? Trata-se da educação prestada de modo sistêmico entre escolas públicas e privadas que oferecem a mesma educação pública sob controle social e estatal? Essa tensão se concretiza nas disputas acerca do financiamento da educação, ou seja, do orçamento público. A tabela 1 ilustra essa tensão de forma objetiva.

Tabela 1 – Renúncias Previdenciárias – 2014

Modalidade	Projeção 2014 (R\$)	Participação (%)		
		Renúncia Previdenciária	Arrecadação Previdenciária	PIB
Simple Nacional	14.030.854.152	28,98	3,65	0,26
Entidades Filantrópicas	10.116.875.300	20,89	2,63	0,19
Exportação da Produção Rural	4.359.037.556	9,00	1,13	0,08
Microempreendedor Individual - MEI	601.694.992	1,24	0,16	0,01
Desoneração da Folha	19.300.000.000	39,86	5,02	0,36
Olimpíada	14.336.843	0,03	0,00	0,00
Total	48.422.798.844	100,00	12,60	0,90

Fonte: Disponível em:

<http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/sof/orcamento_14/Anexo_IV.11_Renuncias_Previenciarias.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2016. ANEXO IV - METAS FISCAIS - IV. 11 – RENÚNCIAS PREVIDENCIÁRIAS (Art. 4º, §2º, inciso V, Lei Complementar nº 101, 4/5/2000).

A renúncia fiscal beneficia as entidades filantrópicas que atuam na educação como, por exemplo, as Instituições Comunitárias de Ensino Superior; na saúde, por exemplo, as Santas Casas de Misericórdia; e de assistência social, como por exemplo, a Cáritas Brasileira. Essa renúncia fiscal, como se vê no Quadro acima, é menor do que aquela que beneficia micro e pequenos empresários. Desse modo, parece desproporcional o volume da crítica contra a exoneração fiscal da folha de pagamento de hospitais, instituições de ensino filantrópicas e projetos de assistência social em relação à crítica formulada contra os setores empresariais beneficiados pelo Simples Nacional que parece contar com um apoio político praticamente unânime. Exonerar pequenos empresários é mais justo do que beneficiar instituições de ensino, de saúde e de assistência social? Enfrentamos muitas questões polêmicas como essa, sem oferecer respostas imediatas e simples e esse capítulo levantará mais problemas que soluções, neste âmbito da pesquisa sobre política educacional no Brasil, a partir da visão lassalista.

A Educação como direito social e bem público está amplamente defendida na Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁰ e na Constituição Brasileira¹¹. Segundo Cury (2002), hoje praticamente não há país no mundo que não garanta, em seus textos legais, o direito de acesso, permanência e sucesso de seus cidadãos à educação escolar básica. Afinal, a educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania. Por isso, o art. 205, da Constituição Federal Brasileira, de 1988¹², determina: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

¹⁰ Veja em http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm, em especial, o artigo XXVI.

¹¹ Veja em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, os artigos 205 a 214.

¹² Veja em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, artigo 205.

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Para Cury (2002, p. 5), o direito à educação “[...] parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural”. Como parte da herança cultural, o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação. A educação escolar é um bem público livre, sob determinadas condições, à iniciativa privada. Todos os estabelecimentos de ensino cumprem sua função social na prestação deste serviço público, independente de sua condição institucional, seja ela privada ou pública. Como sendo atividade pública, a educação desenvolvida pelas escolas privadas está suscetível de enquadramento na esfera do serviço público e, como tal, sujeita à concessão pública.

Segundo Cury (2006, p. 4), o ensino privado é, pois, um serviço público autorizado e cuja consequência maior, posta em lei – é o respeito às normas gerais da educação e sujeito à avaliação de qualidade pelos órgãos gestores dos sistemas de ensino, de acordo com o artigo 209, da Constituição, e artigo 7º da LDB. Dessa forma, o poder público credencia os executores deste bem público, autorizando-os, e exercendo adequada fiscalização sobre eles. O ensino privado assegura também o direito dos pais na escolha do gênero de instrução, que será ministrada a seus filhos, conforme a Declaração dos Direitos Humanos, no artigo 26.

No entanto, para Alves (2009, p. 74), existe um acentuado processo de intervenção do Estado na livre iniciativa em educação, extrapolando e ferindo as suas atribuições constitucionais. “Na última década, as relações entre ensino privado e Estado brasileiro vêm sofrendo mudanças significativas”. O ensino privado não enfraquece a função do Estado e nem o papel das escolas públicas. Segundo Alves (2009, p. 75), “[...] o ensino privado não pode ser percebido como uma concessão nem do Estado, nem das elites, resultante de fatores qualitativos mal resolvidos na esfera do ensino público”. Da mesma forma, deve ser superada a ideia de que o ensino privado, no Brasil, surgiu unicamente como suplência ao dever do Estado como provedor de ensino para todos, obrigatório, de qualidade e gratuito.

Ainda, segundo Alves (2009), o ensino privado, sempre contribuiu com a educação nacional, ao propor, desde os tempos da colonização, uma educação humanista, centrada no cidadão, que projeta a dignidade da pessoa humana. Este autor sintetiza a posição contemporânea do setor confessional, especificamente a confissão católica, desde uma perspectiva que ainda vincula a educação confessional à educação privada. Ao contrário, para Alves, o compromisso confessional com a educação revela,

[...] a transcendência da missão de educar crianças e jovens; missão esta que nos impulsiona a ultrapassar toda e qualquer condicionante econômica, social e política, no compromisso perene com a educação do nosso povo. O ensino privado, incansavelmente, desde os primórdios do país, abriu caminhos e deixou sendas que mostram a direção para uma educação que contribui decisivamente para um país de iguais, eminente no seu lugar de destaque no cenário mundial como nação desenvolvida e socialmente justa, mas, sobretudo, marcada pela harmonia, a tolerância e o pluralismo. (ALVES, 2009, p. 78).

Para o presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares – FENEP¹³, Antonio Eugenio Cunha, a “[...] educação é e tem que ser, responsabilidade da sociedade, englobando, igualmente, os governos, as famílias, as comunidades e as organizações, exige o compromisso e a participação de todos numa grande aliança que transcenda a diversidade de opiniões e posições políticas” (CUNHA, s. d., p. 8). Para o dirigente da federação sindical patronal, esta aliança é necessária porque, na avaliação política desta liderança, as “[...] instituições de ensino privado são obrigadas a conviverem com verdadeiras arbitrariedades, sendo um dos setores com interferência na formação de seu preço e com proteção a aqueles que não cumprem o contrato firmado com a escola” (CUNHA, s. d., p. 5).

De acordo com Cury (2006), a Constituição Federal subdividiu as escolas privadas. Há aquelas que, embora devendo prestar um serviço de interesse público (direito ao saber), fazem-no através de mecanismos próprios do sistema contratual de mercado. São as ‘escolas privadas lucrativas’. E há aquelas que, embora tenham mecanismos privados de oferta do direito ao saber, optam por serem “não-lucrativas”. Por sua vez, estas escolas privadas não-lucrativas diferenciam-se entre si como comunitárias, confessionais e filantrópicas (BRASIL, artigo 20, 2009).

De acordo com Pimentel (2011) a etimologia da palavra filantropia deriva suas raízes do grego *philos* e *anthropos*, que se traduzem respectivamente como ‘amor’ e ‘ser humano’. Filantropia significa então “amor à humanidade”, ou, de forma mais ampla, o amor ao gênero humano e a tudo o que lhe diz respeito. A filantropia se expressa por meio da ajuda ao próximo, sem que haja interesse em uma troca ou retribuição, e é realizada por indivíduos ou por grupos de indivíduos organizados. Outra autora define o conceito de filantropia nos seguintes termos:

A filantropia constitui-se no campo filosófico, moral, de valores como altruísmo e comiseração, que levam a um voluntarismo que não se realiza no estatuto jurídico, mas no caráter da relação. No sentido restrito, constitui-se no sentimento, na preocupação do favorecido com o outro que nada tem, portanto, no gesto

¹³ Conforme informação do site da entidade tem mandato de 2015 a 2017. Disponível em: <<http://www.fenep.org.br/presidentes/>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

voluntarista, sem intenção de lucro, de apropriação de qualquer bem. No sentido mais amplo, supõe o sentimento mais humanitário: a intenção de que o ser humano tenha garantida condição digna de vida. É a preocupação de praticar o bem. (MESTRINER, 2001, p. 14).

A filantropia surge como uma ação de caridade da Igreja Católica, mas aos poucos, vai tornando-se um instrumento legalizado e passa a ter grande envolvimento do poder público. Pimentel (2011) afirma que, no Brasil, a tradição da filantropia inicia-se a partir das atividades da Igreja Católica, nos primórdios do Brasil colônia, mas precisamente a partir da fundação da Santa Casa de Misericórdia, de Santos, em 1543. A atuação das Igrejas na assistência às comunidades mais necessitadas atravessa todo o período colonial até o início do século XIX. A partir do século XX, outras religiões passam também a atuar no campo da caridade com fins filantrópicos, e observa-se o crescimento do número de organizações religiosas, confessionais e assistenciais oferecendo seus serviços à população excluída das políticas básicas de educação e saúde.

Segundo Escorsim (2008), foi no período de Getúlio Vargas que o Estado assumiu a primeira iniciativa de criar uma assistência pública no interior do aparato governamental, efetivada pela Legião Brasileira de Assistência (1942) sob o comando da primeira dama (2008, p.6). A LBA foi extinta em 1995 por ato do, então presidente Fernando Henrique Cardoso, em função dos escândalos denunciados pela imprensa envolvendo a LBA, quando dirigida pela primeira-dama Rosane Collor.

Para Sanborn e Portocarrero (2003), a Igreja Católica teve um papel central na história da filantropia da América Latina desde a Colônia até hoje. Durante a colonização a Igreja teve a responsabilidade fundamental de assegurar os serviços de educação, saúde e bem-estar social e se encarregou de todas as entidades caritativas existentes. Financiados pelos governos coloniais e pelas elites privadas, a ajuda social da Igreja foi, durante séculos, realizada de forma paternalista e com exclusivo apoio ao poder colonial. Estes autores asseguram que a reatualização e a reconfiguração das antigas práticas de caridade das instituições religiosas, ganham força nas organizações empresariais sob novas denominações como: ações assistenciais, sociais, filantrópicas, de responsabilidade social. Percebe-se uma multiplicação de novos atores, atuando nas diversas áreas sociais que se distanciam da chamada caridade tradicional. Para estes autores, esses novos agentes contribuiriam com o desenvolvimento sustentável e a solução dos persistentes problemas sociais.

Desde inicios de los años noventa, sin embargo, en América Latina se ha registrado un notable aumento tanto en el número como en la variedad de instituciones y

programas filantrópicos, que incluem novas fundações donantes e operativas, de origem corporativo, familiar e comunitário. En el marco de estas nuevas iniciativas han surgido programas de filantropía y responsabilidad social en las grandes empresas, programas de promoción del voluntariado en diversas organizaciones de la sociedad civil, redes y asociaciones nacionales de donantes, así como también centros académicos dedicados al estudio y a la promoción de la filantropía en el sentido más amplio del término (SANBORN; PORTOCARRERO, 2003, p. 3).

Atualmente, na prática brasileira, a lei da filantropia estabeleceu regras para a relação de permuta entre Estado e Entidade Civil. O Estado favorece a entidade com isenções¹⁴ de taxas e impostos – a chamada renúncia fiscal mencionada na Introdução - e, em contrapartida, a entidade oferece uma prestação de serviços à comunidade. A entidade assume essa condição jurídica por livre e espontânea vontade. Uma vez que isso ocorra, ela se sujeita às exigências dos órgãos governamentais. Estas instituições sem fins lucrativos estão dentro do chamado terceiro setor, que se constitui na esfera de atuação pública não-estatal, formada a partir de iniciativa privada, voluntária no sentido de promover o bem comum. Elas colaboram com a missão do Estado, não substituindo ou reduzindo a responsabilidade estatal. De acordo com Teodósio (2002, p. 98), o terceiro setor pode ser entendido como “aquilo que é público, porém privado ou então, aquilo que é privado, porém público”. Este setor atua entre o primeiro representado pelo Estado e o segundo composto pelo Mercado. Sua identidade é formada a partir dos conceitos dos demais setores.

O Terceiro Setor é uma interseção entre os demais setores. Tem características públicas quando atua nos campos em que o Estado deveria agir, mas, ao mesmo tempo, não se iguala a esse, por ser uma entidade gerida pela sociedade. Da mesma forma, não se equipara ao privado, pois, mesmo não sendo público, tem como fim o atendimento social. (DIAS, 2008, p. 34).

Onde alguns autores veem colaboração e entreaajuda através da parceria Estado e Sociedade Civil, representada pelo terceiro setor, outros traçam críticas a este modelo, pois no entendimento destes, isto representa uma redução do papel do Estado, caracterizando a teoria do Estado-mínimo¹⁵ enquanto executor e prestador de serviços públicos, transferindo para o

¹⁴ A isenção atua no plano do exercício do poder de tributar: quando a pessoa política exerce esse poder, editando a lei instituidora do tributo, essa lei, pode, usando a técnica da isenção, excluir determinadas situações, que, não fosse a isenção, estariam dentro do campo da incidência da lei de tributação, mas, por força da norma isentiva, permanece fora desse campo. (AMARO, 2012, p. 177).

¹⁵ Verbetes “Estado Mínimo” do glossário on-line do grupo de pesquisa “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR) da UNICAMP. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_estado_minimo.htm>. Acesso em: 16 mar. 2016. “Concepção fundada nos pressupostos da reação conservadora que deu origem ao neoliberalismo. A ideia de Estado Mínimo pressupõe um deslocamento das atribuições do Estado perante a economia e a sociedade. Preconiza-se a não-intervenção, e este afastamento em prol da liberdade individual e da competição entre os agentes econômicos, segundo o neoliberalismo, é o pressuposto da prosperidade econômica. A única forma de

setor privado ações de sua responsabilidade. Esse modelo reforça a ideia de que o Estado seria incapaz de fornecer serviço público de qualidade, gerando uma instância conhecida como público não-estatal. Para eles essas “parcerias” têm o papel ideológico de ocultar a real intenção de manter o sistema capitalista.

Com o público não-estatal a propriedade é redefinida, deixa de ser estatal e passa a ser pública de direito privado. Verificamos dois movimentos que concretizam a passagem da execução das políticas sociais para o público não-estatal: ou através do público que passa a ser de direito privado ou o Estado faz parcerias com instituições do Terceiro Setor para a execução das políticas sociais. (PERONI, 2007, p. 12).

Nessa perspectiva, o Estado estabelece parcerias com a esfera privada para a manutenção dos direitos sociais, dentre eles a educação. Deste modo, o “terceiro setor” atua ideologicamente no desenvolvimento de ações sociais com a transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil, por “necessidade” de “compensar”, “substituir” ou “remediar” as atividades sociais precarizadas ou eliminadas das responsabilidades do Estado (MONTAÑO, 2002).

As instituições filantrópicas (sociedades civis, associações e fundações) podem ser declaradas de utilidade pública, de acordo com a Lei 91/1935¹⁶, criada sob a ditadura do Estado Novo e somente revogada no século XXI. O título da filantropia tem o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade, portanto, sem interesse lucrativo, desde que preencham cumulativamente os seguintes requisitos: tenham personalidade jurídica, estejam em efetivo funcionamento, dediquem-se a servir altruisticamente à coletividade, não remunerem os cargos de sua diretoria, conselhos fiscais, deliberativos ou consultivos.

No Brasil, a maioria das instituições religiosas de educação são também entidades de assistência social e, conseqüentemente, filantrópicas, pois a preocupação com o próximo nessas instituições, deve-se reconhecer, é mais antiga do que no próprio Estado. Essa situação é plenamente legal e constitucional. Entretanto, cria inúmeras dificuldades no campo administrativo-financeiro, fiscal, tributário e contábil. (GHILARDI; CERETTA, 2004, p. 54).

regulação econômica, portanto, deve ser feita pelas forças do mercado, as mais *racionais* e eficientes possíveis. Ao Estado Mínimo cabe garantir a ordem, a legalidade e concentrar seu papel executivo naqueles serviços mínimos necessários para tanto: policiamento, forças armadas, poderes executivo, legislativo e judiciário etc. Abrindo mão, portanto, de toda e qualquer forma de atuação econômica direta, como é o caso das empresas estatais. A concepção de Estado mínimo surge como reação ao padrão de acumulação vigente durante grande parte do século XX, em que o Estado financiava não só a acumulação do capital, mas também a reprodução da força de trabalho, via políticas sociais. Na medida em que este Estado deixa de financiar esta última, torna-se, ele próprio, “máximo” para o capital. O suporte do fundo público (estatal) ao capital não só não deixa de ser aporte necessário ao processo de acumulação, como também ele se maximiza diante das necessidades cada vez mais exigentes do capital financeiro internacional”.

¹⁶ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0091.htm>. Acesso em: 16 mar. 2016. Posteriormente revogada pelas leis nº 13.019/2014 e nº 13.204/2015.

Para estas entidades usufruírem da isenção da contribuição patronal para a seguridade social, precisam da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, e cumprir outros requisitos definidos na Lei nº 12.101/2009, bem como no Decreto nº 8.242, de 2014¹⁷, que regulamenta a referida Lei.

De acordo com Ghilardi e Ceretta (2004, p. 61) as entidades filantrópicas, uma vez obtendo o título de utilidade pública, equiparam-se a um órgão público pelos serviços que disponibilizam a comunidade nas diversas áreas específicas. A partir desse momento, o Estado passa a exigir a prestação dos referidos serviços à população, através delas, de suas substitutas ou, em último caso, através de um órgão público. Aqui encontra explicação o requisito legal do Decreto nº 8.242, de 2014, o qual exige que, em caso de dissolução ou extinção, as entidades filantrópicas devem destinar seu patrimônio a uma entidade congênere ou a um órgão público. Conclui-se que o patrimônio de uma entidade filantrópica não está plenamente disponível a seus associados, mas ao controle da coletividade e do governo, destinatária e fiscal respectivamente. Analisadas sob esse ângulo, as isenções poderão se constituir em um problema para as entidades que delas não se utilizarem com primor, pois, se de um lado estarão se beneficiando, de outro estarão comprometidas para com o Estado, pois, ao beneficiarem-se dos incentivos fiscais, estarão deixando de usufruírem do seu pleno direito de propriedade, ao dividirem seus propósitos com o Estado que, além de fiscalizá-las, poderá vedar o seu funcionamento, e destinar seu patrimônio e sua própria existência e, por iniciativa do Ministério Público, vir a processar seus diretores e gestores, por indevida utilização de bem público.

Para estes autores, portanto, as entidades aderentes ou optantes pela filantropia abrem mão do pleno direito de propriedade de seu próprio patrimônio e passam a ser “parceiras” do Estado, com as mesmas atribuições quanto aos atendimentos, mas com cada vez menos condições de funcionamento, pelas frequentes alterações da legislação, dificultando a consecução dos seus objetivos institucionais (GHILARDI; CERETTA, 2004, p. 63).

Ghilardi e Ceretta (2004) percebem o que chamam de falhas legislativas, no que se refere aos destinatários dos benefícios oferecidos pelas entidades filantrópicas. Estas são obrigadas a classificar a clientela que atenderão, enquanto que o Estado atende gratuitamente pessoas que poderiam pagar pelos serviços, as entidades de assistência social não podem fazê-lo. No caso de entidades de educação, a gratuidade concedida a pessoas que não

¹⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8242.htm#art70>. Acesso em: 18 mar. 2016.

comprovarem carência, em qualquer percentual, é desprezada. No entanto, se o Estado o faz, o atendimento é gratuito. É prudente considerar, em situações como estas, qual opção seria mais vantajosa ao Estado: deixar que as entidades concedam alguma gratuidade, ou, assumir o atendimento?

4.1 Filantropia na educação e responsabilidade social

Faz parte do senso comum o discurso que a educação é um importante meio de impulsionar a transformação social. Parece ser hegemônica a convicção de que a Educação é o principal caminho para o desenvolvimento socioeconômico do indivíduo, da família, do povo e dos próprios países. Assim, há um entendimento de que a educação representa uma das maiores influências para a formação da renda média. Com base em uma metodologia aplicada pela administração pública norte-americana, a Matriz de Contabilidade Social (Social Accounting Matrix, ou SAM), o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, 2011, p. 10), afirma que o governo ao,

[...] gastar R\$1,00 em educação pública, o PIB aumentará em R\$1,85, pelo simples processo de multiplicação da renda que esta atividade propicia. Enquanto isso, R\$1,00 de produtos agropecuários ou oriundos da indústria extrativa de minérios que são exportados gera R\$1,4 de PIB para o país.

Esse estudo de macroeconomia do IPEA evidencia, de forma direta, que a educação torna-se a chave para o progresso econômico e social por seu poder transformador, mais ainda em países em desenvolvimento que apresentam claro antagonismo entre as classes sociais, como no Brasil. Pelo seu poder de reprodução econômica, influência direta no PIB, parece que o maior desafio para o desenvolvimento socioeconômico seria a oferta de boa educação gratuita que ampliasse o acesso popular a produtos e serviços educacionais. Nesse sentido, de acordo com estudo da Fundação Getúlio Vargas (NERI, 2011), houve uma redução na desigualdade no Brasil, no período de 2001 a 2009, pois aconteceram,

[...] mudanças de renda de todas as fontes dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos. A renda do primeiro estrato populacional da distribuição de renda cresceu 49,52% contra 8,88% dos mais ricos e 15,08% da média geral de todos na população em idade ativa. Ou seja, um ganho acumulado de 40,63% mais favorável à base.
[...] Agora por que a desigualdade caiu? Temos dois fatores principais. A análise mostra o importante papel desempenhado pelas variáveis educacionais neste período. Se fosse somente o efeito da educação e tudo mais constante (renda não trabalho, jornada de trabalho etc.) a renda da base cresceria 55,59% contra 8,12% do topo. Ou seja, neste período só o efeito redução da desigualdade de anos de estudo

completos – o efeito-educação indicaria que a renda dos primeiros cresceria mais 47,46% que o topo da distribuição. O efeito de renda não trabalho foi 11,85% na base contra - 2,32% no topo da distribuição. (NERI, 2011, p. 21).

Nesse estudo da FGV, a educação foi a principal causa do aumento da renda. No Nordeste, por exemplo, três quartos do aumento de 41,8% da renda da população local se devem aos avanços na educação (NERI, 2011, p. 15). Em termos teóricos essa observação empírica é analisada por Emediato para o capitalismo internacional. Mas foi só a partir dos anos 60 que os economistas reconheceram a validade da economia da educação como uma área importante de pesquisa. Antes recorriam quase que, exclusivamente, à quantidade de capital físico para explicar o índice de crescimento.

A educação é considerada um poderoso instrumento para um rápido crescimento econômico e para a mobilidade individual. Como fonte de produtividade, implica a pretensão de que os indivíduos podem beneficiar-se a si próprios mostrando-se capazes de tirar vantagem da dinâmica da sociedade industrial. Segundo Blaug, os aumentos da produtividade do trabalho exprimem-se como aumentos dos salários e, conseqüentemente, da mobilidade econômica. De acordo com esta concepção, mais educação leva a mais produtividade e a uma melhor posição social. (EMEDIATO, 1978, p. 208).

No entendimento de Moreira (2011), que segue uma concepção revolucionária, a educação escolar pode contribuir para a transformação social, permitindo que as camadas populares se apropriarem do conhecimento produzido historicamente pelo homem, de modo que possam não apenas compreender e interpretar a realidade, mas expressar seus interesses de forma elaborada, sistematizada. Para este autor, a,

[...] aquisição do conhecimento sistematizado pelas massas pode consistir numa ameaça à ordem estabelecida. Não é por acaso, adverte o autor, que as classes dominantes têm negado o saber sistematizado às camadas populares, como forma de perpetuar sua condição e privilégios. Outro ponto interessante dessa análise é que isto não se refere apenas ao fato de se negar ao povo o acesso à escola, mas também pela desvalorização e secundarização desta, isto é, pelo ato de alienar a escola daquilo que lhe é específico: a transmissão do conhecimento produzido historicamente pelo homem. (2011, p. 52).

Foram apresentadas brevemente duas concepções de educação, uma mais liberal e a outra mais crítica e revolucionária. Entendemos que o papel da educação vai além desta polarização ideológica. Neste esforço de tornar a educação mais acessível e de qualidade para todos, muitas empresas privadas investem em programas e projetos educacionais. Elas acreditam que o acesso ao conhecimento auxilia as pessoas na compreensão do mundo e na resolução de problemas sociais concretos, contribuindo para sua formação de cidadania e de

solidariedade. E ainda leva estas pessoas a adquirirem novas perspectivas de vida e de projeção para o futuro. Segundo Restrepo (2009, p. 21):

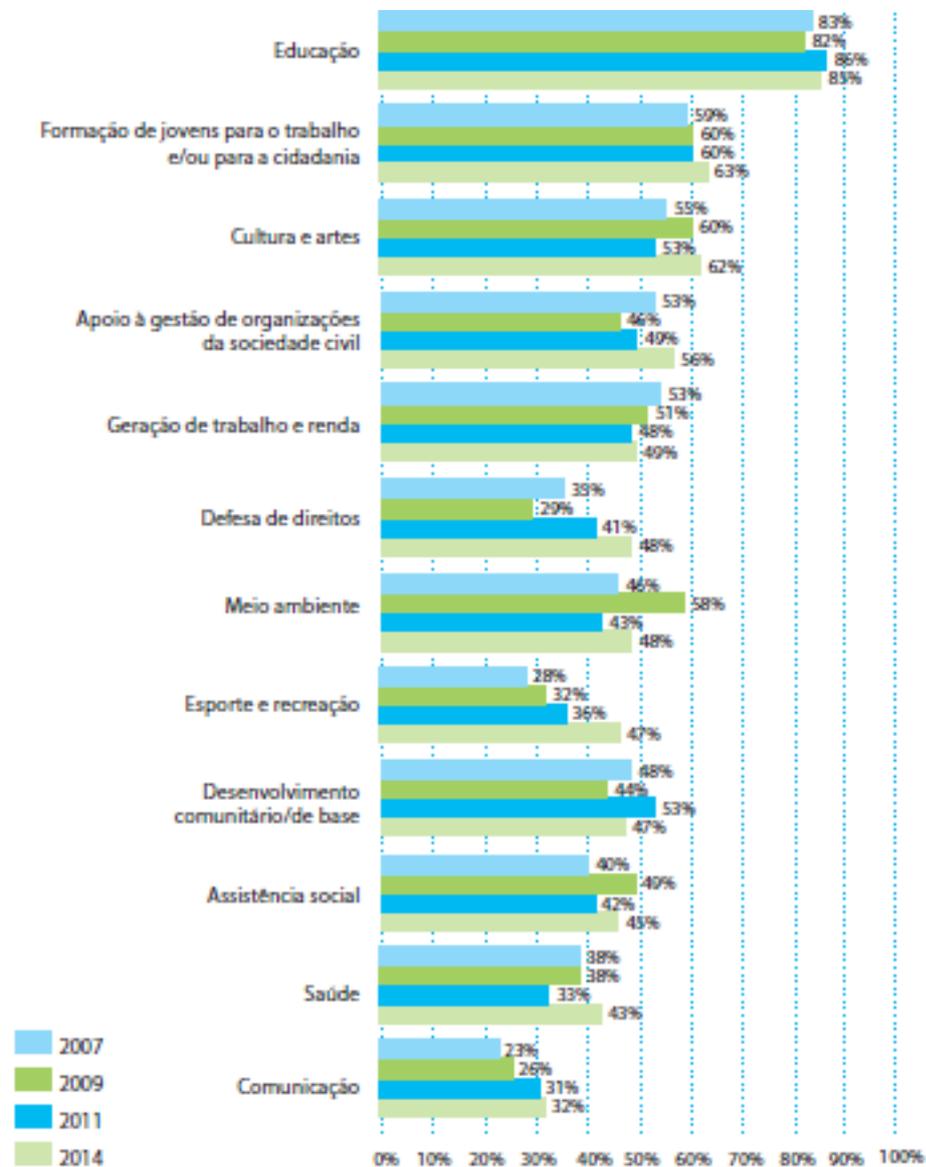
A educação de qualidade continua sendo o principal motor para a democratização da sociedade. Ela possibilita o acesso a outros níveis educativos; facilita a inserção no mundo do trabalho com melhores condições; gera oportunidades que frequentemente negam a condição do berço de proveniência e dos recursos; provê de ferramentas e forma as aptidões necessárias para viver na sociedade do conhecimento; e fator de inclusão na sociedade; põe na posse de condições para o fortalecimento da democracia sobre a ideia de que uma sociedade é mais democrática na medida em que seus cidadãos estiverem capacitados para participar e exercer o controle político.

Cerqueira (2009), afirma que a participação do setor privado na Educação já faz parte da realidade de muitas escolas brasileiras. Um dos principais indicadores é o estudo do Ipea de 2006. Ele mostra que, em 2004, 600 mil empresas aplicaram juntas 4,7 bilhões de reais em ações sociais (25% desse valor foi para a educação). O estudo similar de 2000 apontava 462 mil empresas, investindo no terceiro setor - dessas, 19% tinham foco na educação. Atualmente, há mais de 19 mil instituições, entre ONGs e fundações privadas, atuando pela melhoria da qualidade da educação no país, segundo o IBGE.

O Grupo de Investidores, Fundações e Empresas (GIFE) é uma entidade da sociedade civil sob a forma de associação sem fins lucrativos que reúne grandes empresas, institutos e fundações de origem corporativa ou familiar que praticam investimento social privado. O GIFE tem o objetivo de repassar recursos privados para fins públicos por meio de projetos sociais, culturais e ambientais, de forma planejada, monitorada e sistemática. A Rede GIFE surgiu em 1995 com 25 organizações associadas e em 2014 reunia 130 associados. Segundo informações disponíveis no site¹⁸ de 2011 a 2012, o grupo investiu cerca de R\$ 2,2 bilhões por ano em projetos sociais, culturais e ambientais. O site informa que esse valor equivale a 20% do que o setor privado nacional destina à área social - cerca de R\$ 5,7 bilhões, segundo dados que o GIFE credita ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A Educação é o principal tema da Rede GIFE. Ele não apenas se mantém em primeiro lugar desde o primeiro Censo, como também apresentou, em 2010, um crescimento de 2% em relação ao ano anterior.

¹⁸ Disponível em: <<http://www.gife.org.br/arquivos/publicacoes/28/Censo%20GIFE%202011-2012.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

Gráfico 1 - Organizações por áreas de atuação
2007–2014



Fonte: DEGENSZAJN; ROLNIK, 2015, p. 99.

Segundo o Censo GIFE 2014, as ações executadas ou financiadas pelos associados em educação envolvem, na maioria dos casos, a capacitação de professores. Sessenta e cinco por cento das empresas, associações e fundações que responderam a este detalhamento desenvolvem tal atividade, provavelmente com vistas a contribuir para a melhoria na qualidade da rede pública de ensino. A doação de livros e materiais didáticos está igualmente associada a essa intenção, e é realizada por 43% dos associados. A oferta de atividades de reforço escolar também se revela significativa dentre os respondentes, com 46% de organizações atuando nesta frente. Investimentos em construção, reforma ou manutenção de

escolas são feitos por apenas 17% das organizações. As crianças em idade escolar constituem o público-alvo mais frequente das ações em educação. Entre estas instituições citam-se: Fundação Bradesco, Itaú Social, Fundação Roberto Marinho, Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco, entre outros.

4.2 A Rede La Salle: fiel à sua tradição e ao carisma fundacional

Hengemüle (2007) afirma que há mais de trezentos anos, La Salle advogava e praticava o ensino universal, por viver numa sociedade aristocrática e sob o regime absolutista não o fazia tendo como base a compreensão de educação como um direito público subjetivo, pessoal e social que temos hoje. Sua formação dentro do contexto cultural em que viveu não lhe permitia isso, mas, na prática, La Salle tornou sua escola popular acessível aos pobres, sobretudo pela gratuidade essencial e universal. Em termos concretos, La Salle optou por direcionar suas escolas para uma clientela popular, foi ao encontro dela, ofereceu-lhe consideração e amor preferentes, criou escolas e programas à sua medida, contribuiu para a criação de uma cultura popular, preparou mestres populares e fez sua escola exercer a função social de promover os pobres.

Os Irmãos trabalharão numa verdadeira promoção coletiva dos pobres. Essa promoção requer, ao mesmo tempo, a preparação de uma elite que permaneça solidária com seu meio para atuar como fermento e preocupação constante de atingir os menos desfavorecidos, a fim de que evoluam juntos progressivamente. (Declaração: O Irmão das Escolas Cristãs no Mundo de Hoje, p. 30)

O Serviço Educativo a Pobres, na Rede La Salle, aproxima a instituição da luta em defesa do ensino público e gratuito que temos hoje legalmente estabelecido. Por optar pela filantropia, mesmo sendo uma instituição privada, acaba por se aproximar da esfera pública, uma vez que presta um serviço de interesse social. O certificado de filantropia a coloca nesta condição independente de prestação de serviços públicos através da educação.

Restrepo (2009, p. 20), ao fazer uma análise sobre a Missão Lassalista na América Latina na atualidade, constata que o “[...] crescimento econômico também permitiu maior investimento em educação nos orçamentos nacionais”, na maioria dos países da América Latina e do Caribe,

[...] têm feito esforços ingentes para aumentar a cobertura (provisão de capital) e também, em casos significativos, na qualidade das escolas. Paralelamente, isto tem aumentado a confiança no sistema estatal da educação. Em anos recentes, boa parte

do incremento da contribuição privada na educação básica e média se baseou na deficiente qualidade do setor público e do seu desprestígio. As famílias se queixavam da restrita continuidade dos processos, em parte porque os movimentos sindicais de muitos países prolongavam as greves nas atividades, para lutar em prol da reivindicação de suas condições trabalhistas; desta maneira, os dias letivos se reduziam notavelmente a cada ano. (RESTREPO, 2009, p. 19).

Por isso, ainda conforme Restrepo, não é possível manter a atuação do ensino privado baseado na ideia da decadência do sistema estatal, nem se acomodar com a ideia que sempre haverá mercado e clientela para o ensino confessional, uma vez que o sentimento religioso era fator determinante para a escolha da escola.

Acredito ser importante que nós nos desenganemos rapidamente deste modo de pensar. Hoje, as pessoas vão em busca de qualidade que se expresse em padrões mensuráveis e maior competitividade. E, se a isto se somarem os escândalos das Igrejas e a inevitável perda de confiança na Instituição, acredito que estamos procurando a chave ali onde ela não tiver sido perdida. Não há dúvida que hoje é mais frequente do que em outras épocas, que o cidadão comum tenha maior informação e atitudes críticas em face da oferta educativa. Isto poderia dar azo para nós refletirmos em profundidade e sinceridade, se nossa educação simplesmente continua “a ser mais do que já tem sido”. (RESTREPO, 2009, p. 20).

Para Restrepo está superada a ideia das escolas confessionais proverem educação ante a incapacidade do Estado e muito menos tentar competir com ele. A realidade exige um novo cenário, que é o da presença.

Os espaços para *suplência* se têm reduzido; as décadas de *competição* vão terminando, e vêm vindo os felizes tempos de uma nova *presença*. A esta altura vislumbram-se tempos para a criatividade e a esperança, tempos em que a força, coerência e consistência de nossa proposta que, à guisa de sinal novo, trará novo frescor ao ar, e mais sentido para a juventude. É o momento para sermos significativos em nossos cenários, com novos desafios para as novas gerações. (RESTREPO, 2009, p. 23).

Diante desta nova realidade, Restrepo, afirma que os lassalistas não são mais necessários. “No mundo de hoje temos de partir de um princípio de realidade e de uma convocação à humildade: nós não somos necessários” (RESTREPO, 2009, p. 30). Isso não significa dizer que os lassalistas não sejam importantes e que não tenham mérito. Mas esta importância e mérito exigem condições, tais como a capacidade de ser mais fiel ao espírito fundacional e não tanto às estruturas centenárias, estar mais atento para bem entender o mundo global e diversificado, talvez recuperando o que poderíamos chamar de mística pedagógica fundacional: ensinar a bem viver, transmitir na prática escolar a boa nova do evangelho: Deus ama as crianças e os adolescentes.

Restrepo entende que a Missão Educativa Lassalista não é mais tão necessária como foi outrora naquele contexto fundacional, mas ela tende a ser importante e significativa na medida em que continue sendo fiel à tradição e, ao mesmo tempo, atenta às necessidades educativas dentro do contexto das novas marginalizações:

O espaço social e missionário dos lassalistas, então, terá de ser encontrado nas novas marginalizações em que se deve expressar e manifestar a “experiência fundante” de La Salle, e nas quais se deve concretizar a opção pelos pobres nos albores do século XXI. As novas marginalizações hoje são marcadas pelo desemprego ou o emprego informal; o não acesso às tecnologias; os setores rurais não-vinculados às comunicações ou deficientemente conectados; o deslocamento por causa da violência e insegurança rural; a escassa oferta da educação superior para aqueles que carregam o peso da pobreza; e, ademais, aqueles que estão longe dos centros universitários; outras marginalidades têm a ver com assuntos de gênero, orientação sexual e raça. (RESTREPO, 2009, p. 22).

A educação para a justiça está presente no currículo e na prática educativa, por isso há uma preocupação para que se vivenciem experiências exitosas de solidariedade, comunhão e participação. Dessa forma, surge a necessidade com o cuidado de não reproduzir o sistema que isola e não preza pela comunhão. Incentiva-se a prática da cidadania para formar pessoas com capacidade crítica e reflexiva, buscando o compromisso com o desenvolvimento humano e sustentável e a transformação social.

A prática da solidariedade é uma marca da Escola Lassalista desde suas origens. No Guia das Escolas, no capítulo 18, La Salle (2012, v. III, p.214-234) aborda as diversas funções ou ofícios que deveriam ser exercidos pelos alunos. O fato de haver uma distribuição de tarefas já revela o quanto era incentivado o exercício da colaboração e da responsabilidade. Este capítulo do Guia apresenta e descreve 14 diferentes funções que deveriam ser oportunizadas pelas escolas aos alunos: recitadores de orações, ajudante de missa, esmoleiro, porta-aspersório, porta terços, sineiro, primeiros dos bancos, visitantes de alunos ausentes, distribuidores e coletores de folhas, distribuidores e coletores dos livros, varredores, porteiro e chaveiro. Para cada função há uma descrição minuciosa de como desempenhá-la pelo aluno e de como acompanhá-la pelo professor e pelo Irmão Diretor.

Entre estas funções, o esmoler e os distribuidores e coletores de livros, estão diretamente ligados à solidariedade com os pobres. O Esmoler (LA SALLE, 2012, v. III, p. 217) era o aluno encarregado de recolher as esmolas, isto é, os pedaços de pães que se entregam aos pobres, durante o café da manhã e a merenda. O professor deveria cuidar para que o encarregado deste ofício tivesse piedade e amor aos pobres e, sobretudo, não fosse inclinado à gula, não poderia pegar para si nada do que seria destinado à esmola. Em cada

classe havia certo número de livros de cada lição, para serem emprestados aos alunos pobres e sem condição de comprá-los. Um aluno seria encarregado de distribuir os livros para esses alunos, que ficariam responsáveis pela conservação desses livros (LA SALLE, 2012, v. III, p. 230).

Esse detalhamento da distribuição das funções estudantis demonstra que no cotidiano da escola dos primeiros lassalistas se desenvolvia uma prática de fidelidade à realidade concreta e fidelidade à visão do todo, à visão geral que deve permanecer até hoje com a devida contextualização. O fato pedagógico é que há um compromisso efetivo com a vida. Há preocupação com a vida e com a construção da pessoa, de seu crescimento como gente no cotidiano da escola, poderíamos usar a expressão moderna: no chão da escola.

A Educação Lassalista compreende que a educação é um todo, e o lugar no qual se pode realizar uma elaboração personalizada, nutrida de influências, de múltiplas contribuições, de experiências e de interpretações diversas. Eis porque a Escola Lassalista considera que tudo é educativo, que tudo leva ao um possível despertar, que tudo é uma construção possível. Eis porque ela quer ser um lugar de vida, feito de saberes, de compreensão, de distancia, de crítica, de experimentos, ensaios e erros, de ações avaliadas, de relações, de compromisso internos e externos, e de tomada de decisão. (CAPELLE, 2006, p. 256).

4.3 O Serviço Educativo a Pobres e Filantropia na Rede La Salle

No Brasil, a Rede La Salle iniciou suas atividades em 1907 e está presente em 10 estados e no Distrito Federal, com 48 comunidades educativas, mais de 65 mil alunos e 3 mil educadores. Para organização e operacionalização administrativa, a Rede possui diversas instituições civis e jurídicas.

A Sociedade Porvir Científico, uma das mantenedoras da Rede La Salle no Brasil, é responsável por escolas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Distrito Federal, Mato Grosso, Maranhão, Pará e Amazonas. A Sociedade Porvir Científico é uma instituição jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, de caráter beneficente e assistencial. Sua atividade econômica principal, conforme consta na inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, e, por consequência, nos seus relatórios de atividades, nas demonstrações contábeis e nos atos constitutivos, é a oferta de Educação, nos diferentes Níveis e Modalidades, principal finalidade da Sociedade, muito embora também se dedique à Assistência Social. Entretanto, a atividade preponderante da Entidade é a Educação Básica, em cujo nível de ensino detém o maior número de Mantidas, havendo inclusive Escolas que se dedicam exclusivamente a pobres, Escolas Assistenciais.

Quadro 2 – Alunos em instituições mantidas pela Sociedade Porvir Científico
31 de dezembro de 2015 - Educação básica e profissional:

MANTIDAS		Educação Infantil	Ens. Fund. Anos Iniciais	Ens. Fund. Anos Finais	Ensino Médio	Educação Profissional	Totais
COLÉGIO LA SALLE SANTO ANTÔNIO	POA/RS	154	580	374	287	0	1.395
COLÉGIO LA SALLE DORES	POA/RS	180	390	223	179	0	972
COLÉGIO LA SALLE SÃO JOÃO	POA/RS	135	456	258	223	0	1.072
COLÉGIO LA SALLE	EST/RS	58	362	211	93	0	724
COLÉGIO LA SALLE CARMO	CAX/RS	292	593	215	128	0	1.228
COLÉGIO LA SALLE	CAX/RS	95	329	251	202	0	877
COLÉGIO LA SALLE	CAR/RS	158	171	96	63	0	488
COLÉGIO LA SALLE MEDIANEIRA	CLA/RS	90	121	89	79	0	379
ESCOLA ENS. FUND. LA SALLE PÃO DOS POBRES	POA/RS	0	277	200	0	0	477
COLÉGIO LA SALLE	XAN/SC	89	254	222	203	203	971
COLÉGIO LA SALLE PEPERI	SMO/SC	140	177	199	97	0	613
COLÉGIO LA SALLE	NBA/DF	95	400	404	243	0	1.142
ESCOLA FUND. LA SALLE HIPÓLITO LEITE	PEL/RS	0	429	241	0	0	670
COLÉGIO LA SALLE	CAN/RS	196	708	331	308	0	1.543
CENTRO EDUCACIONAL LA SALLE	MAN/AM	477	1044	1028	842	0	3.391
ESCOLA FUND. LA SALLE ESMERALDA	POA/RS	50	356	193	0	0	599
COLÉGIO LA SALLE SOBRADINHO	SOB/DF	75	196	223	223	0	755
COLÉGIO LA SALLE NITERÓI	CAN/RS	50	223	158	97	0	528
COLÉGIO LA SALLE	LRV/MT	250	193	124	133	0	700
ESCOLA FUNDAMENTAL LA SALLE	SAP/RS	0	201	130	0	0	331
TOTAIS		2.584	7.460	5.170	3.400	203	18.855

Fonte: Relatório Anual Circunstanciado de Atividades 2015. Sociedade Porvir Científico, p. 18.

Quadro 3 – Alunos em instituições mantidas pela Sociedade Porvir Científico
31 de dezembro de 2015. Ensino Superior:

MANTIDAS	1ª SEM	2ª SEM	LATO SENSU	STRICTO SENSU	EXTENSÃO	TOTAL
FACULDADE LA SALLE - MANAUS - AM	1.196	1.163	498	0	760	3.617
FACULDADE LA SALLE - LUCAS R. VERDE - MT	1.369	1.266	364	0	1.690	4.679
CENTRO UNIVERS. LA SALLE - CANOAS - RS	5.648	5.228	1.401	551	771	13.599
FACULDADE LA SALLE - CAXIAS DO SUL - RS	47	43	10	0	401	501
FACULDADE LA SALLE - ESTRELA - RS	209	208	68	0	183	668
TOTAIS	8.469	7.908	2.341	551	3.795	23.064

Fonte: Relatório Anual Circunstanciado de Atividades 2015. Sociedade Porvir Científico, p. 18.

A Rede La Salle optou por ser uma associação filantrópica como forma administrativa para se organizar e se estruturar juridicamente. Como entidade filantrópica ela assume todas as prerrogativas e condições elencadas acima. Como vimos anteriormente os lassalistas são

orientados pelos documentos da Instituição para desenvolverem sua missão, oferecendo um serviço educativo a pobres. O compromisso social e seu envolvimento com as políticas públicas vão além da obrigatoriedade, tornando-se espaço de organização, construção da rede de atendimento e garantia de direitos perante os órgãos governamentais. Os Projetos sociais desenvolvidos pela Instituição visam à garantia dos direitos dos cidadãos que estão em situação de vulnerabilidade. A sensibilização aos mais vulneráveis da sociedade é extremamente importante, uma vez que são mantidos com recursos advindos da filantropia, ou seja, quanto maior for a receita da instituição, maior será o investimento para a filantropia. Jardelino Menegat, Provincial¹⁹ da Província La Salle Brasil-Chile²⁰ e Diretor-Presidente da Rede La Salle, no triênio 2012-2014, afirma que:

O serviço educativo para e com os pobres está no DNA da Missão Lassalista. Os primeiros Irmãos associaram-se para prestar serviço educativo aos pobres, mesmo que com o passar do tempo a Missão Lassalista tenha sido redirecionada para poder continuar existindo. A nova forma de ver as necessidades fez com que a missão ultrapassasse o atendimento exclusivo aos economicamente pobres, pois para realizar este serviço necessita-se que alguém o patrocine. Graças à centralização financeira e ao trabalho gratuito de Irmãos e Colaboradores, a Província La Salle Brasil-Chile mantém-se fiel ao carisma fundacional. (Província La Salle Brasil-Chile, 2014, p. 4).

De acordo com o Informe Serviço Educativo a Pobres da Província La Salle Brasil-Chile, triênio 2012-2014, este Serviço permanece, hoje, como numa opção preferencial pedagógica, administrativa e assistencial dos Lassalistas, com atenção especial às crianças e aos jovens em situação de vulnerabilidade. Por isso, a Província transformou o Serviço Educativo aos e com os Pobres em uma de suas linhas prioritárias de atuação. Entende-se assim, que estará contribuindo para a transformação social, com a melhoria da vida das

¹⁹ Irmão Provincial: É o primeiro responsável e primeiro animador da Província. Exerce sua autoridade de superior maior, conforme as normas do Direito Canônico e do direito próprio do Instituto e de acordo com as diretivas emanadas do Capítulo Provincial. (Regra 142, p. 69). **Capítulo Provincial:** Assembleia de caráter pastoral e administrativo, o Capítulo Provincial é convocado e presidido pelo Irmão Provincial. Realiza-se, ordinariamente, no início e/ou final do seu mandato e após o Capítulo Geral. Conta com a participação de, no mínimo, 1/5(um quinto) dos Irmãos que compõem a Província. (Publicação Interna: ESTATUTO DA PROVÍNCIA LA SALLE BRASIL-CHILE, 2012, p. 02).

²⁰ A Província La Salle Brasil-Chile é parte do Instituto dos Irmãos das Cristãs, Instituto de Vida Religiosa, de direito pontifício, aprovado no ano de 1725 pela Bula “In Apostolicae Dignitatis Solio”, do Papa Bento XIII, regido por Regra própria. A Província tem sua Sede na Rua Honório Silveira Dias, nº 636, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Província se constitui, organiza e governa em conformidade com o direito universal da Igreja, o direito próprio do Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs e o direito dos países envolvidos, e conta com os seguintes organismos de caráter deliberativo e/ou consultivo: **a)** Capítulo Provincial; **b)** Conselho Provincial; **c)** Capítulo de Admissão aos Votos; **d)** Conselho da Missão Educativa Lassalista; **e)** Assembleia de Irmãos; **f)** Assembleia da Missão Educativa Lassalista. (Publicação Interna: ESTATUTO DA PROVÍNCIA LA SALLE BRASIL-CHILE, 2012, p. 01).

peças e a construção de uma sociedade mais justa, mais humana, mais fraterna e mais sustentável.

A Província La Salle Brasil-Chile reafirma, hoje, seu histórico de ações concretas em prol dos pobres por meio: da manutenção de Instituições e de Centros de Assistência Social, que promovem diversos cursos de qualificação profissional; da oferta de bolsas integrais e parciais de estudos em suas Instituições de Educação Básica e de Educação Superior; de ações assistenciais diversas em comunidades carentes.

A Lei 8.212²¹, de 24/07/91, no seu artigo 55 permitia às entidades filantrópicas, aplicarem os recursos da filantropia em assistência social, beneficiando pessoas em situação de vulnerabilidade social, com renda máxima de um salário mínimo por membro da família.

Art. 55 - Fica **isenta** das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 desta Lei a entidade beneficente de assistência social que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:

I - seja reconhecida como de utilidade pública federal e estadual ou do Distrito Federal ou municipal;

II - seja portadora do Certificado ou do Registro de Entidade de Fins Filantrópicos, fornecido pelo Conselho Nacional de Serviço Social, renovado a cada três anos;

III - promova a assistência social beneficente, inclusive educacional ou de saúde, a menores, idosos, excepcionais ou pessoas carentes;

IV - não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração e não usufruam vantagens ou benefícios a qualquer título;

V - aplique integralmente o eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, apresentando anualmente ao Conselho Nacional da Seguridade Social relatório consubstanciado de suas atividades.

Diversos projetos sociais foram incentivados, descentralizando as ações educativas em favor dos pobres fora do âmbito da educação formal. Alguns centros de assistência foram criados ou reorganizados para executar um conjunto de serviços, programas e projetos desenvolvidos, de forma planejada, continuada e gratuita. Para fins de melhor compreensão, essas ações são apresentadas em cinco eixos, conforme, o Informe Serviço Educativo aos Pobres (2014, p. 11):

- a) **Eixo Assistência Educacional:** projetos de apoio socioeducativo em meio aberto e alfabetização de adultos carentes, os quais auxiliam a vivenciar experiências que possibilitam meios e oportunidades de convívio e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

²¹ Veja http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm, o artigo 55.

- b) **Eixo Cultura, Cidadania e Lazer:** projetos e atividades recreativas, oficinas de música e teatro, que têm como objetivo a proteção de crianças e de adolescentes em situação de vulnerabilidade social, realizando ações para fortalecer vínculos e prevenir ocorrências de situação de exclusão social, risco e, em especial, de violência doméstica e de trabalho infantil.
- c) **Eixo Qualificação para o Mercado de Trabalho:** oficinas de geração de renda, cursos de qualificação e iniciação profissional em diversos níveis voltados para pessoas em situação de vulnerabilidade social, desenvolvendo ações que estimulem convivência, participação cidadã, promovam a integração ao mercado de trabalho e a inclusão produtiva.
- d) **Eixo Assistência à Saúde:** projetos com foco na prevenção de doenças e de educação à saúde em comunidades vulneráveis, atividades desenvolvidas em hospitais públicos com ações paliativas que visam ao bem-estar do paciente e sua convivência social; atendimentos de reabilitação e demais ações importantes à complementação dos serviços prestados pela rede pública de saúde e de uma melhor qualidade de vida.
- e) **Eixo Qualidade de Vida:** projetos que visam à promoção da qualidade de vida por meio da convivência familiar e comunitária. As ações atendem pessoas idosas e com deficiências, promovendo acessibilidade; construção de contextos inclusivos e processos de envelhecimento ativo, saudável e autônomo, acessibilidade e integração à convivência familiar e comunitária de pessoas com deficiência; construção de contextos inclusivos.

De acordo com o mesmo Informe, ao longo do último triênio (2012-2014), foram oportunizados mais de 96 projetos, 29.900 bolsas de estudo e 270.550 atendimentos. Esses dados comprovam o quanto esta instituição motivada pelos princípios fundacionais e pela Lei da Filantropia, atenderam os pobres.

A nova Lei da Filantropia, Lei 12.868/2013, alterou significativamente a legislação anterior, especialmente quanto ao procedimento de requisição e de concessão da certificação de entidades de assistência social. Reorganizou as competências para a análise e julgamento dos pedidos de concessão e renovação da certificação. A competência, que era integralmente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, por força da Lei 8.742/93, passou a ser do Ministério da Saúde para entidades da área da saúde e o do Ministério da Educação e Cultura para as instituições de ensino, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para as entidades de assistência social. De acordo com o art. 13, da Lei 12.868/2013, para fins de

concessão ou renovação da certificação, a entidade de educação, que atua nas diferentes etapas e modalidades da educação básica, regular e presencial, deverá:

I - demonstrar sua adequação às diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), na forma do art. 214 da Constituição Federal;

II - atender a padrões mínimos de qualidade, aferidos pelos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação; e

III - conceder anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes.

§ 1º Para o cumprimento da proporção descrita no inciso III do **caput**, a entidade poderá oferecer bolsas de estudo parciais, observadas as seguintes condições:

I - no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes; e

II - bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento), quando necessário para o alcance do número mínimo exigido, conforme definido em regulamento.

Conforme Art. 13 da lei supracitada, o cumprimento da proporção de 1 bolsa de estudo integral para cada 5 alunos pagantes, poderá substituir em até 25% o número de bolsas 1 para cada 5, com benefícios de transporte, uniforme, material didático, moradia, alimentação e outros benefícios definidos em regulamento, para alunos com renda familiar mensal per capita de até 1 salário-mínimo e meio, matriculados em escolas públicas, em tempo integral.

§ 2º Será facultado à entidade substituir até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade das bolsas de estudo definidas no inciso III do **caput** e no § 1º por benefícios complementares, concedidos aos alunos matriculados cuja renda familiar mensal **per capita** não exceda o valor de 1 (um) salário-mínimo e meio, com transporte, uniforme, material didático, moradia, alimentação e outros benefícios definidos em regulamento.

§ 3º Admite-se o cumprimento do percentual disposto no § 2º com projetos e atividades para a garantia da educação em tempo integral para alunos matriculados na educação básica em escolas públicas, desde que em articulação com as respectivas instituições públicas de ensino, na forma definida pelo Ministério da Educação.

Por força da Lei 12.868/2013 (Lei de Filantropia), a Diretoria de Gestão e Administração da Rede La Salle começou a fazer significativas readequações quanto à aplicação dos recursos da filantropia, ou seja, não mais oferecendo serviços e projetos socioassistenciais em unidades exclusivamente assistenciais, mas, efetivamente, trabalhando com concessão de bolsas de estudos, integrais e parciais, que, anualmente, são disponibilizadas por meio de Edital, conforme a legislação vigente (Lei Nº 12. 101/09 e Decreto 8.242/14). A seleção é realizada através da avaliação socioeconômica dos alunos, considerando a renda *per capita* familiar. Isto implica que, no mínimo, 1/5 alunos devem estar dentro do perfil socioeconômico estabelecido pela lei da filantropia.

Essa readequação interferiu nas ações da Rede La Salle, que organizou Setor de Assistência Social em suas mantenedoras, estruturando processos nas mantidas de acompanhamento para os alunos bolsistas.

Por outro lado, no entanto, anteriormente a Rede La Salle dispunha de maior flexibilidade para a aplicação dos seus recursos. Atualmente, os serviços oferecidos para comprovar a filantropia, estão voltados para bolsas de estudos e ao apoio ao aluno bolsista.

Essas questões teriam uma maior repercussão sobre a Rede La Salle se, de fato, a instituição dependesse única e exclusivamente da Lei da Filantropia. Com base na bibliografia, documentos e impressos analisados nesta pesquisa, a Rede La Salle possui uma base sólida que fundamenta o serviço educativo a pobres, além da filantropia formal, ou seja, de aspectos legais e normativos.

No entanto, a Rede La Salle faz ajustes e readequações na busca de alinhar-se com as normativas que regem as associações em âmbito federal, estadual e municipal. Mesmo sendo a aplicação dos recursos da filantropia um quesito legal, este elemento é apenas parte do compromisso da Rede La Salle com a promoção e a emancipação das pessoas em vulnerabilidade social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a educação brasileira, o nosso século XXI não parece tão distante do século XVII francês. O nosso tempo e o deles enfrentam a mesma exigência e desafio decorrentes da opção necessária da pedagogia pela boa educação das crianças pobres. La Salle e seus docentes optaram pela educação das crianças pobres sob o reinado de Luís XIV, o Rei Sol. A política do luxo e da ostentação foi tratada como assunto de Estado, talvez com mais eficácia que a política educacional para a escolarização das crianças pobres. Neste reinado das aparências e da etiqueta cortesã, os Irmãos das Escolas Cristãs inventaram uma pedagogia e instituíram uma rede de escolas com o rosto alegre de crianças pobres que aprendem a ler, a escrever, a fazer contas e a se conduzirem dignamente na sociedade. Entre o luxo e a miséria, construíram salas de aulas limpas, decoradas e funcionais, oferecendo uma educação para além das aparências aristocráticas. Os lassalistas deram sentido à universalização da educação gratuita para a infância pobre e este é o legado pedagógico da sua opção pelos pobres. Esta opção, portanto, é parte integrante da finalidade do Instituto ao mesmo tempo em que é fidelidade autêntica ao Fundador, João Batista de La Salle.

Desde as origens da instituição, a educação dos pobres impulsiona as atividades educativas, proporcionando educação gratuita e colocando todos os esforços e compromissos do fundador e dos Irmãos nesta direção. Desse modo, a gratuidade visava aos pobres, mas era aberta a todas as classes, não admitindo discriminação de classe social, então ricos e pobres estudavam juntos. La Salle não exigia o atestado de indigência como requisito para as matrículas em suas escolas e respondeu, por isso diante dos tribunais da corte. Decisão essa que gerou diversos processos e embates com os mestres calígrafos.

Como demonstramos anteriormente, o serviço educativo a pobres passou por várias fases no Instituto. Depois da morte do fundador os Irmãos se esforçaram para obter reconhecimento oficial do Instituto junto às autoridades civis e ao Vaticano. Até metade do século XIX, os lassalistas permaneceram literalmente fiéis à gratuidade do ensino no mesmo modelo de funcionamento herdado do fundador. O entendimento da gratuidade de ensino estava muito restrito e com as mudanças havidas nas leis da França e as diversas transformações democráticas na sociedade, a compreensão do serviço educativo a pobres foi ampliada. A expansão do Instituto em meados do século XIX fez surgir uma nova sensibilidade frente às diversidades do mundo. O Instituto se globalizou e já não estava limitado à França, mas inserido em diversos contextos culturais. A compreensão do serviço educativo a pobres se estendeu à promoção da justiça.

Hay una conexión estrecha entre servicio educativo de los pobres y promoción de la justicia. En efecto ¿qué es servir a los pobres sino establecer con respecto a ellos un mínimo de justicia, facilitándoles el acceso a la educación, ayudándoles a clarificarse, proponiéndoles una pedagogía adaptada a su cultura, presentándoles el Evangelio en su propia lengua? El servicio de los pobres y la promoción de la justicia, lejos de ser heterogéneos se llaman y se complementan (BASTERRECHEA, Circular 412, 1980, p.12).

Passou-se a investir mais numa educação que ajudasse as vítimas da injustiça social a saírem de sua situação mediante o ensino. De um modo geral os alunos das escolas, independente do público foram inseridos nesta reflexão por acreditar que todos contribuem para uma sociedade mais justa e solidária, propondo soluções adequadas. A proposta pedagógica da Rede La Salle, é enfática em afirmar isto:

Queremos a Educação Lassalista permeada por um compromisso político, social e ecológico, à luz dos princípios evangélicos. Esse nos impulsiona a formar pessoas para a cidadania democrática, com capacidade crítica e reflexiva, permitindo-lhes desenvolver um compromisso com: o desenvolvimento humano sustentável e a transformação social; o respeito à diversidade cultural; a erradicação da pobreza e da marginalização, que permita a equidade social e a vivência da fraternidade. (Proposta Educativa Lassalista, p. 19).

A orientação preferencial do Instituto para os pobres não exclui, para os Irmãos, a possibilidade de se engajarem em trabalhos educativos em outros meios sociais, independente das exigências legais da filantropia. O compromisso social enquanto entidade filantrópica e seu envolvimento com as políticas públicas vão além da obrigatoriedade.

O documento de sistematização das reflexões do 45º Capítulo Geral, que é referência para ações nas províncias - a Circular 469, de 30 de novembro de 2014 - vem reforçar o compromisso dos Lassalistas de renovar a atenção para com aqueles que motivaram a associação: “as crianças, os adolescentes, os jovens pobres que, hoje, assumem os rostos das novas marginalizações” (RESTREPO, 2009, p. 22).

Em suma, esse documento do Capítulo Geral (p. 28) convida os Lassalistas a *ir além das fronteiras* geográficas, culturais, religiosas e superar a fronteira do desânimo, do comodismo e do preestabelecido, deixando claro o compromisso com as novas formas de pobreza:

- a) Ir além de nossas próprias fronteiras geográficas para lugares onde o Instituto ainda não está presente.
- b) Ir além de nossas próprias fronteiras congregacionais em termos de projeto partilhado.

- c) Ir além de nossas fronteiras de prestígio acadêmico e social para um projeto educacional, onde temos o privilégio de trabalhar com e para os pobres.
- d) Ir além de nossa fronteira cultural e religiosa para trabalhar com pessoas de diferentes religiões que partilham a mesma missão.
- e) Ir além de nossas fronteiras de estruturas preestabelecidas, a fim de criar um espaço para a paz e a criatividade apostólica.
- f) Ir além de nossas próprias fronteiras para lugares que desafiam nossa zona de conforto e, às vezes, nossa habilidade pessoal (novas tarefas podem mostrar dons ou habilidades que possuímos sem saber).
- g) Ir além das fronteiras da nossa própria aposentadoria para trabalho voluntário com os mais vulneráveis.
- h) Ir além de nossas fronteiras de interesse próprio para interesse do serviço comunitário.
- i) Ir além de nossas próprias fronteiras do consumismo para criar um mundo mais habitável, justo e solidário com os outros.
- j) Ir além de nossas fronteiras de desânimo para um lugar de esperança comprometido com o plano salvífico de Deus.

A Circular 470, de 25 de março de 2015, apresenta o plano estratégico do Instituto até o ano 2021, que reafirma o compromisso do Instituto e dos seus demais setores de potencializar os valores do Evangelho em um mundo multicultural e multirreligioso.

Nesse aspecto, cabe destacar as três áreas prioritárias para as quais o Secretariado de Solidariedade e do Desenvolvimento quer centrar-se: formação de recursos humanos e desenvolvimento de capacidades; busca de recursos financeiros para apoiar a missão nos setores frágeis e sensibilização sobre os movimentos migratórios (IRMÃOS DAS ESCOLAS CRISTÃS, 2015, p. 34).

Essas três opções do Instituto continuam fiéis ao ideal que La Salle e os primeiros Irmãos desenvolveram para o Instituto. São frentes que recaem sobre a formação, a missão e as urgências educativas atuais (no caso, os movimentos migratórios), problemática comum que envolve diversos países.

A Circular 470, por assim dizer, reitera a capacidade dos Lassalistas de contribuir nas áreas de solidariedade, pobreza, educação religiosa em particular, e a educação em geral, para a consecução do bem comum, ao mesmo tempo, reconhece que os desafios globais exigirão uma verdadeira agenda internacional, e um roteiro com responsabilidades compartilhadas por todas as Regiões, Províncias e Setores (IRMÃOS DAS ESCOLAS CRISTÃS, 2015, p. 04).

A seção sobre a “Associação para o Serviço Educativo aos Pobres” desta Circular apresenta a metáfora da *tenda lassalista* que se alarga, no esforço de acolher pessoas de outras religiões e das mais variadas culturas na missão lassalista no mundo, e relembra quem são os destinatários da missão lassalista:

Hoje e sempre, os pobres são os destinatários privilegiados do Evangelho e a evangelização dirigida gratuitamente a eles é sinal do Reino que Jesus veio trazer. No chamado do Papa escutamos o eco do convite de nosso Fundador, somos instrumentos de Deus para a libertação e a promoção dos pobres, de modo que possam integrar-se plenamente na sociedade (CIRCULAR, 470, p. 16).

Por meio da secretaria de Solidariedade e Desenvolvimento²², o governo central do Instituto tem como objetivo obter fundos para o desenvolvimento a serviço da missão lassalista, fornecendo apoio financeiro, assistência técnica e treinamento para os setores vulneráveis do Instituto, principalmente na África, Sudeste Asiático e América Latina. Estas ações visam ao crescimento e à autossuficiência dos beneficiados.

De acordo com relatório de atividades desta secretaria, em 2015, foram desenvolvidos 61 projetos em 25 países, totalizando 300.000 pessoas beneficiadas. A secretaria de Solidariedade e Desenvolvimento se esforça para ajudar a cumprir os objetivos do Instituto expressa no seu 45º Capítulo Geral.

A prática da solidariedade é uma marca da Escola Lassalista desde suas origens. Conforme Restrepo (2009, p. 22), a Missão Educativa Lassalista tende a ser importante e significativa na medida em que continue sendo fiel à tradição e, ao mesmo tempo, atenta às necessidades educativas dentro do contexto das novas marginalizações.

Este contexto de *novas marginalizações* redobra o compromisso dos Lassalistas pela educação para a justiça e a solidariedade, incentivando-se a prática da cidadania para formar pessoas com capacidade crítica e reflexiva, buscando o compromisso com o desenvolvimento humano e sustentável e a transformação social.

Deste modo, desde a origem da obra de João Batista de La Salle se encontra uma clara luta e opção em tornar a escola acessível *aos filhos dos pobres e dos artesãos*. A sensibilização em relação aos mais vulneráveis da sociedade perpassa todas as ações educativas do Instituto. Constroem, por isso, uma pedagogia que pensa no pobre e a torna defensora dos seus direitos. Essa experiência transformou a vida dessas crianças e jovens possibilitando-lhes uma mobilidade social maior numa sociedade marcada por barreiras que dificultavam o acesso à educação na França aristocrática do século XVII.

²²Fonte: Disponível em: <<http://www.lasalle.org/que-hacemos/secretariado-de-solidaridad-y-desarrollo/>>.

Esta origem fundacional continua impulsionando a missão da instituição em favor dos pobres. Com atuação de 335 anos no mundo e mais de 100 anos no Brasil, a instituição esteve sempre dedicada à educação inclusiva e à formação integral, por meio de projetos sociais, unidades educativas inseridas, bolsas de estudos. Neste contexto, o sentido original da palavra filantropia, que significa amor à humanidade, é recuperado e ampliado, não se detendo apenas a uma obrigatoriedade legal. As ações em favor das crianças e jovens são promovidas com qualidade e seriedade transformando suas vidas, gerando sentido, fortalecendo o verdadeiro sentido da cidadania.

REFERÊNCIAS

ALPAGO, Bruno. **El Instituto al servicio educativo de los pobres**. Estudios Lasalianos 7. Roma: Casa San Juan Bautista de La Salle. 2000.

ALVES, Alda Judith. O planejamento de pesquisas qualitativas em Educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 77, p. 53-61, mai. 1991. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/797.pdf>>. Acesso em: 10 mar 2015.

ALVES, Manoel. A histórica contribuição do ensino privado no Brasil. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 71-78, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/download/5139/3775>>. Acesso em 10 mar. 2015.

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2012.

BASTERRECHEA, José Pablo. **Circular 412**, Servicio Educativo de los pobres y la promoción de la justicia. Roma: Hermanos de las Escuelas Cristianas, septiembre de 1980.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edição Revista e Atualizada. Lisboa: Edições 70 Ltda, 2010.

BLAIN, Jean-Baptiste. La vie de Monsieur Jean-Baptiste de La Salle, Instituteur des Frères des Écoles chrétiennes. Répr. Photomé. de l'édition originale, 1733, T. I. In: **Cahiers Lasalliens**, 7. Roma: FSC, 1961.

GAUDEMET, Jean. Galicanismo [verbetes]. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. v. 1. Brasília: Editora UnB, 1998, p. 531-535.

BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei N. 9.394/96. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

_____. **PNE**: Plano Nacional de Educação Lei N. 10.172/01. Brasília, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em 10 mar. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. **O que é o CEBAS?** Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=12897&Itemid=>>. Acesso em 10 mar. 2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 15. ed. São Paulo: Rideel, 2009.

CAPELLE, Nicolas (Org.). **Educação**. Educação Solidária. Pedagogia Lassalista para o século XXI. Paris: Salvator – diffusion, 2006.

CERQUEIRA, Patrícia. Por que investir em Educação pública? **Educar para crescer**. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/indicadores/empresas-investem-educacao-publica-478072.shtml>>. Acesso em: 22 jul. 2009.

CHARMAZ, Kathy. **A construção da teoria fundamentada**: guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed; 2009.

CORBELLINI, Marcos Antonio. A sociedade das Escolas Cristãs nas origens. In: Reunião Nacional da ANPEd, 23, 2000, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, 2000. Disponível: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/0218t.PDF> 3-4.

_____. **A Sociedade das Escolas Cristãs**: França, 1679 a 1719: contribuição para novos olhares sobre sua origem. 2002. 228 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale dos Sinos, 2002.

_____. Falando em atores. **História da Educação**, Pelotas, v. 5, n.10, p. 85-112, out. 2001. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30526/pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. **Obra de Deus**. E se não fosse? Porto Alegre: Centro Universitário La Salle: Salles, 2006.

CORSATTO, Marcos Luciano. **Princípios pedagógicos e administrativos de La Salle no Guia das Escolas Cristãs**. 2007. 221 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Administração, Educação e Comunicação) - Universidade de São Marcos, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.lasalle.org.br/upload/portal/publicacoes/marcos_corsato_dissertacao.pdf>, acesso em 10 fev. 2015.

CUNHA, Antonio Eugenio. **A história da educação privada brasileira e o princípio democrático da livre iniciativa**. Disponível em: <http://www.facefaculdade.com.br/arquivos/revistas/A_HISTRIA_DA_EDUCAO_PRIVADA_BRASILEIRA_E_O_PRINCIPIO_DEMOCRATICO_DA_LIVRE_INICIATIVA.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação como concessão. **Em Aberto**, Brasília, v. 10, n.50/51, abr./set 1992. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/769/690>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

_____. **O direito à Educação**: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. Escola de Gestores, Ministério da Educação, 2002. Disponível em: <<http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/jamilcury.pdf>>. Acesso em : 22 jan. 2015.

_____. A Educação Escolar no Brasil: o público e o privado. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 143-158, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v4n1/09.pdf>>. Acesso em 10 mar. 2015.

_____. **Legislação Educacional Brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DE LAS HERAS, Juan Bautista. **Juan Bautista de La Salle**, vida y obra. Disponível em: <<http://lasalle.edu.mx/wp-content/uploads/2011/08/b.-Ampliacion-SU-VIDA-Y-OBRA.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

DEGENSZAJN, Andre; ROLNIK, Iara (org.). **Censo GIFE 2014/GIFE**. São Paulo: GIFE, 2015. Disponível em: <http://gife.issuelab.org/resources/23580/23580.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2016.

DIAS, Andréa Soares. **Configurações de poder no Terceiro Setor**: um estudo de caso sobre a ONG Cidade dos Meninos. Belo Horizonte: 2008. Dissertação (Acadêmico em Administração) Faculdade Novos Horizontes. Disponível em: <http://unihorizontes.br/novosite/banco_dissertacoes/160820091651346741.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

DONOVAN, Daniel. A volta do jansenismo?. **IHU** – Instituto Humanistas Unisinos, 21 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/46573-a-volta-do-jansenismo>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

ESCORSIM, Silvana Maria. A filantropia no Brasil: entre a caridade e a política de assistência social. **Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 86, p. 1-8, jul. 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/086/86escorsim.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

ESTADO-MÍNIMO. In: **Glossário do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”** (HISTEDBR) da Faculdade de Educação da UNICAMP [Watanabe Minto]. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_estado_minimo.html>. Acesso em 10 jan. 2015.

EMEDIATO, Carlos A. Educação e transformação social. **Análise Social**, Lisboa (Portugal), v. 14, n. 54, p. 207-217, 1978. Disponível em: <https://www.academia.edu/8213610/1223988831F4k_NP5ba1Hw59NP3>. Acesso em: 10 dez. 2014.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERRARO, Alceu Ravanello. Liberalismos e educação. Ou por que o Brasil não podia ir além de Mandeville. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 308-325, mai./ago. 2009.

GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice (Orgs.). **A pedagogia**: teorias e práticas da antiguidade aos nossos dias atuais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOUVEIA, Andréa Barbosa; PINTO, José Marcelino Rezende; CORBUCCI, Paulo Roberto (org). **Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3083/1/Livro_Federalismo%20e%20pol%C3%ADticas%20educacionais%20na%20efetiva%C3%A7%C3%A3o%20do%20direito%20C3%A0%20educa%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em 02 fev. 2015.

GHILARDI, Wanderlei José; CERETTA, Paulo Sérgio. Os equívocos legais da filantropia. **Revista Eletrônica de Contabilidade**, Santa Maria, v. 1, n 1, Set-Nov/2004. Disponível em: <<http://periodicos.ufsm.br/contabilidade/article/download/49/3408>>. Acesso em 10 mar. 2015. Rever link

HENGEMÜLE, Edgard. La Salle: uma leitura de leituras. O Padroeiro dos professores na História da Educação. Canoas: Editora La Salle, 2000.

_____. **Educação Lassaliana: Que Educação.** Canoas, RS: Unilasalle, 2007.

IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Gastos com a Política Social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda. (Jorge Abrahão, Joana Mostafa e Pedro Herculano). **Comunicados do IPEA**, Brasília, n. 75, 03 de fevereiro de 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110203_comunicadoipea75.pdf>. Acesso em 10 de mar.2015.

IRMÃOS DAS ESCOLAS CRISTÃS. Declaração: O Irmão das Escolas Cristãs no Mundo de Hoje. Coleção Lassaliana – 2. Canoas: La Salle, 1988. 88 p.

_____. Regra dos Irmãos das Escolas Cristãs – 2015. Roma. 2015. 159 p.

_____. Circular 469 – 45º Capítulo Geral: Esta obra de Deus é também nossa obra. Roma: Conselho Geral, 2014. (Trad. Arnaldo Mário Hillebrand).

_____. Circular 470 – Rumo ao ano 2021: Viver juntos a alegria de nossa missão. Roma: Conselho Geral, 2015. (Trad. Arnaldo Mário Hillebrand).

JUSTO, Henrique. **La Salle: patrono do magistério: vida, bibliografia, pensamento, obra pedagógica.** 5. ed. Porto Alegre: Salles, 2003.

KIRCH, José Odillo. **Lassalista: Um belo sonho de Deus.** Porto Alegre: Província Lassalista de Porto Alegre, 2008.

LA SALLE, João Batista. Santo. **Obras completas de São João Batista de La Salle.** Seis volumes. Canoas, RS: Ed. do Unilasalle, 2012.

Volume I: - VALLADOLID, José Maria. Introdução Geral, p. VII-LXXVI

- Memória dos Começos, p. 7-10

- Memória sobre o Hábito, p. 16-25

- Memória em Favor da leitura em Francês, p. 31-33

- Voto Heroico, p. 35-39

Volume II-A: - Regras Comuns dos Irmãos das Escolas Cristãs, p. 18-86.

Volume II-B: - Meditações para todos os domingos do ano, p. 19-182

- Meditações sobre as principais festas do ano, p. 185-411

- Meditações para o tempo de retiro, p. 435-483.

Volume III: - Guia das Escolas Cristãs, p. 19-317

- Regras do Decoro e da Urbanidade Cristãos, p. p. 325-481

LAURAIRE, Léon. La Guía de las Escuelas: aproximación comparativa. **Cahiers lasalliens**, Roma, n. 63, 2011. Disponível em:

<http://www.lasalle.org/wpcontent/uploads/pdf/estudios_lasalianos/cahiers_lasalliens/63cahier_es.pdf>. Acesso em 12 jan. 2014.

_____. La Guía de las Escuelas: Enfoque Contextual. **Cahiers lasalliens**, Roma, n. 61, 2008. Disponível em: <http://www.lasalle.org/wp-content/uploads/pdf/estudios_lasalianos/cahiers_lasalliens/61cahier_es.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

LUGLIO, Isabella. A difusão do luxo: o reinado do rei sol. In: COLÓQUIO DE MODA, 8, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, Disponível em: <http://www.coloquiomoda.com.br/anais/anais/8-Coloquio-de-Moda_2012/GT06/POSTER/101823_A_difusao_do_luxo.pdf>. Acesso em 17 jan. 2015.

MAILLEFER, François-Elie. **Vida de São João Batista de La Salle**. Canoas, RS: La Salle, 1991.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MONTAÑO, Carlos E. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 8, p. 53-64, 2002. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/download/18912/14066>, acesso em 10/03/2015.

MOREIRA, Adriano. Educação escolar e transformação social. **Revista FAAC**, Bauru, v. 1, n. 1, p. 47-57, abr./set. 2011. Disponível em: <<http://www2.faac.unesp.br/revistafaac/index.php/revista/article/download/32/6>> . Acesso em: 10 mar. 2015.

MORALES, A. A. **Espíritu y vida: el ministerio educativo lasallista**. Bogotá: Monserrate, 1990.

NERI, Marcelo Cortes. **Desigualdade de Renda na Década**. Fundação Getúlio Vargas, Centro de Políticas Sociais: Rio de Janeiro, 3 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/bd/DD/DD_Neri_Fgv_TextoFim3.pdf>. Acesso em 10 jan. 2015.

NERY, Irmão, (Org.). **Prática pedagógica lassalista para que a escola vá bem: La Salle: competência, firmeza e ternura**. São Paulo: La Salle, [2007].

NUNES, Ruy Afonso da Costa. **História da educação no século XVII**. São Paulo: EPU: Ed. da USP, 1981.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia de pesquisa**. Abordagem Teórico-Prática. 9. ed. Campinas: Papyrus, 2003.

PEREIRA, Daniela Scridelli. **Em busca do refinamento: um estudo antropológico da prática da etiqueta**. São Paulo: Annablume, 2006.

PERONI, Vera Maria Vidal. Reforma do Estado e a tensão entre o público e o privado. **Revista SIMPE-RS**, Porto Alegre, p. 11-33. Porto Alegre, 2007.

PIMENTEL, Melissa Porto. Da filantropia ao investimento social privado estratégico. **Mercado Ético** (site), em 14/06/2011. Disponível em: <<http://captacao.org/recursos/artigos/317-da-filantropia-ao-investimento-social-privado-estrategico->>. Acesso em 06 jan. 2015.

POUTET, Yves; PUNGIER, Jean. **La Salle e os desafios de seu tempo**. Canoas, RS: La Salle, 2001.

PROVÍNCIA LA SALLE BRASIL CHILE. **Proposta Educativa Lassalista**. Porto Alegre: La Salle, 2014.

_____. **Informe**: Serviço Educativo aos Pobres da Província La Salle Brasil-Chile, Triênio 2012-2014. São Paulo: La Salle, 2014.

_____. **Relatório Anual Circunstanciado de Atividades 2015**. Sociedade Porvir Científico. Porto Alegre: La Salle, 2015.

RESTREPO, Carlos G. Gómez, fsc. A missão lassalista na América Latina e no Caribe: um desafio prenhe de esperança. **Caderno MEL**. Roma, v. 44, 2009. Trad. Arnaldo Mário Hillebrand. Porto Alegre: La Salle. 2009. Disponível em: <<http://www.irmaosdelasalle.org/public/uploads/irmaos/15676bf555ca5ab8e4dc2b4b152d9251.pdf>>. Acesso em 06 jan. 2015.

ROUSSET, Emile. **J. B. de La Salle. Iconographie**. Documents Historiques, Manuscrits Autographes, Pièces D'Archives, Itinéraire Géographique. L'Imprimerie Limet, Boulogne, 1979.

RUMMERY, Gerard. O Itinerário da Comunidade Lassaliana. **Caderno MEL**. Roma, v. 27, 2006. Trad. Arnaldo Mário Hillebrand. Porto Alegre: La Salle. 2006. Disponível em: <<http://www.irmaosdelasalle.org/public/uploads/irmaos/ceb06b71e1b3b3559b68f6e832b83456.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2016.

SANBORN, Cynthia; PORTOCARRERO, Felipe. **La filantropía 'realmente existente' en América Latina**. Universidad del Pacífico. Lima, Peru, 2003. Disponível em: <<http://docplayer.es/12223380-La-filantropia-realmente-existente-en-america-latina.html>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

SANTONI RUGIU, Antonio. **Nostalgia do mestre artesão**. Campinas: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-145, jan./abr. 2009.

SOUSA, Noelma Cavalcante de; MENESES, Antonio Basílio Novaes Thomaz de. O poder disciplinar uma leitura em vigiar e punir. **Saberes**, Natal – RN, v. 1, n.4, p. 18-35, jun. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/561/510>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

SOUZA, Evergton Sales. Igreja e Estado no período pombalino. **Lusitania Sacra**, Lisboa, v. 23, p. 207-230, jan.-jun. 2011. Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/7236/1/LS_023_EvergtonSSouza.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2016.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Judith. **Pesquisa Qualitativa** – Técnicas e Procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. Organizações não-governamentais entre a justiça social e a eficiência gerencial. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, junho 2002. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/90>>. Acesso 28 fev. 2016.

ZAMORA, Rodolfo Andaur; LAURAIRE, Léon. Gratuidad. In: HERMANOS DE LAS ESCUELAS CRISTIANAS. **Temas Lasalianos**, v. 3. Roma: Casa San Juan Bautista de La Salle, 1998. p. 127-136.

ANEXO A – Centros de Assistência Social

DESCRIÇÃO DAS MANTIDAS DA SOCIEDADE PORVIR CIENTÍFICO – 2015

(Fonte: Relatório Anual Circunstanciado de Atividades 2015. Sociedade Porvir Científico, p. 11-17).

CENTROS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

A Sociedade Porvir Científico mantém centros de assistência social distribuídos nas Regiões Sul, Norte e Nordeste do Brasil. Visam a prestar atendimento à população, tendo como base suas **necessidades socioeducativas regionais e locais**. Realizam atividades diversificadas, tendo maior flexibilidade para propor cursos novos. Os principais enfoques desses centros são atividades socioeducativas (reforço escolar, cultura, lazer, esporte...), cursos livres (atividades sociais de curta duração), cursos de qualificação para o mercado de trabalho (inclusão digital e formação básica para o 1º emprego), cursos de formação de professores (formação humana, reciclagem, liderança comunitária). Esses centros se caracterizam, ainda, por estarem abertos à comunidade local, disponibilizando espaços para palestras, encontros.

Centro de Assistência Social La Salle	Altamira – PA	545 beneficiados
<p>O Centro de Assistência Social La Salle, fundado em maio de 2007, tem como objetivo realizar atividades voltadas para a educação, à promoção da vida e a formação para o trabalho. Visa contribuir, de forma significativa, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas da localidade, em especial das crianças e dos adolescentes mais vulneráveis, oportunizando o desenvolvimento de novos projetos de vida baseados na construção da cidadania. Em um espaço físico com salas de aulas, auditório com palco e camarins, pátio interno, cozinha, o Centro possui espaços para diferentes atividades. As ações que realiza estão em conformidade a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), atendendo a população comprovadamente carente e em situação de risco social. Desde 2011, o Centro passou a fazer parte do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Entre os principais projetos desenvolvidos, em 2015, estão; Sonho que se constrói, o meu futuro é hoje, inclusão e alfabetização digital.</p>		

Escola Assistencial La Salle	Ananindeua – PA	590 beneficiados
<p>A Escola Assistencial La Salle, inaugurada em julho de 2006, inserida na periferia de Ananindeua, tem como objetivo fortalecer a autonomia de pessoas em situação de vulnerabilidade social, através da educação e da integração no mercado de trabalho. Assim</p>		

como outras cidades da Região Norte, Ananindeua apresenta inúmeros problemas estruturais em âmbito social, educativo, e relacionados à saúde. O Bairro Icuí-Guajará, onde se localiza a Escola, possui um alto índice de mortalidade de jovens, por ser ponto de tráfico de drogas. O Centro, por isso, busca resgatar o sentido de cidadania, proporcionando projetos de reforço escolar, de cultura e lazer, de qualificação para o trabalho a adolescentes, jovens, adultos. Os principais projetos realizados em 2015 foram os seguintes: **Curso de qualificação e integração ao mercado de trabalho; Assistência Educação, Cultura e Lazer, atendimento a terceira idade.**

Centro de Assistência Social La Salle	Canoas – RS	235 beneficiados
<p>O Centro de Assistência Social La Salle iniciou suas atividades em março de 2007, com o objetivo de proporcionar atividades gratuitas de educação, de promoção da vida e de formação para o trabalho, em um Bairro de classe média baixa em Canoas. Nesse Centro, os projetos desenvolvidos têm como intencionalidade educacional oportunizar as pessoas sua inclusão em atividades que lhes possibilitem o exercício da cidadania, da autonomia e da promoção de sua condição socioeconômica, cultural, educacional e de participação na comunidade em que vivem. As ações dos projetos são desdobradas em cursos de qualificação profissional e atividades socioeducativas. Os cursos de qualificação profissional são organizados com o objetivo de promover a inclusão dos jovens e adultos no mercado de trabalho. Essas atividades socioeducativas são estruturadas com o objetivo de promover o bem-estar físico e emocional dos participantes. Atualmente são oferecidas várias modalidades diferentes de atividades: Dança na Melhor Idade, Artesanato, Atendimento Psicopedagógico, Atendimento Neuro-ortopédico. Os principais projetos de 2015 são os seguintes: Alegria de Trabalhar; Inclusão digital: uma Ideia Social; Oficina Formativa para Mães; Qualidade de Vida na Terceira Idade.</p>		

Centro de Formação La Salle	Uruará – PA	774 beneficiados
<p>A carência educacional, a falta de estrutura, de qualificação e de preparo para o exercício da cidadania e para o trabalho levaram à construção do Centro de Formação La Salle, inaugurado em julho de 1981. Atualmente, Uruará, com população com um pouco mais de 44.720 habitantes (IBGE 2010), possui uma rede de educação ainda escassa, não possuindo Instituições de nível superior, e com significativo número de pessoas não alfabetizadas. A contribuição socioeducativa do Centro também envolveu, ao longo da sua história, a formação de educadores. Mas o Município sofre com a pouca mão-de-obra qualificada. Desde a criação do Centro de Formação La Salle, na década de 80, inúmeras atividades foram desenvolvidas de promoção da pessoa. Atualmente, executa suas atividades tendo por base dois eixos de ação. O primeiro é voltado a crianças e adolescentes, com destaque ao projeto “Oásis da Esperança/Meu Amanhã”. O segundo destina-se à formação e qualificação profissional de pessoas de baixa renda, com destaque aos cursos de Inclusão</p>		

Digital. Em 2015, os principais projetos realizados foram os seguintes: **Criação e Arte; Preparação para o mercado de trabalho; Saúde e Bem-Estar; Criatividade e Lazer para a Vida; Educação e Cidadania.**

Centro de Formação La Salle	Presidente Mé dici – MA	766 beneficiados
<p>O Centro Educacional La Salle (CEL), de Presidente Mé dici, desenvolve suas atividades desde 1984. Atualmente possui dois eixos de atuação: formação de educadores populares e formação para o trabalho. Os cursos oferecidos pelo Centro estão legalmente registrados no Conselho de Assistência Social de Presidente Mé dici, e todos articulam teoria com a prática, apresentando, como objetivo principal, a preparação de pessoas para atuarem de forma qualificada e inclusiva. A contribuição lassalista sempre foi muito positiva para o desenvolvimento da Região do Alto Turi, especialmente com relação à formação de professores. Mesmo assim, a Região do Alto Turi possui um número elevado de pessoas não alfabetizadas, fato que se reflete na escassez de mão-de-obra qualificada no mercado de trabalho. O CEL também acolhe e participa de atividades formativas de fortalecimento do exercício da cidadania, apoiando o estabelecimento de políticas públicas que atendam as necessidades sociais e os direitos humanos, através do Fórum de Defesa dos Direitos da Cidadania da Região do Alto Turi. Possui, ainda, parcerias com as Secretarias Municipais, cultivando uma relação de colaboração e apoio. Principais projetos executados em 2015: Preparação para o mercado de trabalho e Assistência educativa.</p>		

Escola Agrícola La Salle	Xanxerê – SC	203 beneficiados
<p>A Escola Agrícola La Salle foi criada em 1977 e está localizada a 10 quilômetros da cidade de Xanxerê. A escola atende adolescentes em regime de semi-internato, provindos de várias regiões. Na sua maioria, são filhos de pequenos e de médios produtores rurais, que buscam através da formação, apreender práticas técnico-agropecuárias, tornando-se, assim, Técnicos em Agropecuária e líderes comunitários em seus municípios de origem. Dentre as principais atividades e cursos desenvolvidos, destacam-se Projeto Educar - Horta na Escola Especial; Curso de Inseminação Artificial; Avaliação do Desempenho Produtivo das Mudanças Seleccionadas; Soro de Leite Integral na Alimentação de Suínos; Assistência Clínica e Técnica aos Produtores Rurais com Criação de Bovinos Leiteiros; Curso de Operação, Manutenção e Regulagens de Tratores e Implementos Agrícolas.</p>		

Juvenato La Salle Fátima	Carazinho – RS	13 beneficiados
<p>O Juvenato La Salle Fátima, fundado em 1948 tem como objetivos formar associados da Sociedade Porvir Científico, que representa, civilmente, a Congregação dos Irmãos das Escolas Cristãs. A instituição visa a ajudar jovens candidatos a discernir sua vocação, sendo com esta finalidade seleccionados. Todos são estudantes do Ensino Médio e, simultaneamente, frequentam o Curso Normal (Magistério), com aulas em dois turnos.</p>		

Além desses estudos, recebem formação específica para a missão futura, tais como: **Aulas de Música; Aulas de Informática; Dinâmicas de Grupo e Formação de Lideranças; Atividades de Assistência Social à Comunidade Local.**

TOTAL DE BENEFICIADOS: 3.174

ANEXO B – Escolas de Educação Básica

(Fonte: Relatório Anual Circunstanciado de Atividades 2015. Sociedade Porvir Científico, p. 11-17).

ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA:

A Sociedade Porvir Científico mantém **20 colégios de educação básica**, presentes em 14 cidades no país. Estes prestam serviço de assistência social, principalmente, através da **concessão de bolsas de estudos, integrais e parciais**, que, anualmente, são disponibilizadas por meio de EDITAL, conforme a legislação vigente (Lei Nº 12. 101/09 e Decreto 8.242/14). A seleção é realizada através da avaliação socioeconômica dos alunos, considerando a renda *per capita* familiar.

Colégio La Salle Santo Antônio - Porto Alegre-RS	Colégio La Salle - Lucas do Rio Verde-MT
Colégio La Salle Dores - Porto Alegre-RS	Colégio La Salle - Xanxerê -SC
Colégio La Salle São João - Porto Alegre-RS	Colégio La Salle Peperi - São Miguel do Oeste-SC
Colégio La Salle - Esteio-RS	Colégio La Salle - Núcleo Bandeirante-DF
Colégio La Salle Carmo - Caxias do Sul-RS	Colégio La Salle - Canoas - RS
Colégio La Salle - Caxias do Sul-RS	Centro Educacional La Salle - Manaus-AM
Colégio La Salle - Carazinho-RS	Colégio La Salle Sobradinho - Sobradinho-DF
Colégio La Salle Medianeira - Cerro Largo-RS	Colégio La Salle Niterói - Canoas-RS

Além dos colégios mencionados, faz-se necessário destacar **04 ESCOLAS**, que possuem **proposta pedagógica diferenciada**, atendendo crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e/ou risco social. Para tanto, PROJETOS e ATIVIDADES são desenvolvidos tendo como referência a LDB e a legislação vigente.

Escola Fundamental La Salle Esmeralda	Porto Alegre - RS	599 alunos
A Escola Fundamental La Salle Esmeralda está presente na Vila Esmeralda, Bairro Agronomia, desde 31 de agosto de 1981 . Na década de 1970, surgiu a ideia de abrir uma escola de bairro, em caráter missionário. Dispõe, hoje, de Educação Infantil, Ensino Fundamental e demais serviços para a promoção social da comunidade local. Desde a sua		

fundação, a Escola vem crescendo nos aspectos cognitivo, espiritual e social. Por causa de sua inserção na comunidade, a Escola tornou-se uma referência para crianças, jovens e adultos, que buscam aprimorar-se por meio da educação de qualidade. Além de desenvolver projetos educacionais e assistenciais para os alunos, a Escola também proporciona cursos voltados para a população carente, minimizando, parcialmente, a situação de vulnerabilidade social em que se encontram. Principais projetos desenvolvidos na Escola, em 2014: **A Dança como forma de educação, lazer e socialização; Formação com Crianças e Jovens.**

Escola Fundamental La Salle	Sapucaia do Sul - RS	333 alunos
<p>A Escola Fundamental La Salle, de Sapucaia do Sul, foi inaugurada no Loteamento Jardim América, em 07 de abril de 2000, tendo como missão promover o desenvolvimento integral da pessoa e a transformação da sociedade. Com proposta pedagógica diferenciada, desenvolvida em ciclos de ensino, busca fazer frente a alguns mecanismos desumanizantes instalados naquela realidade: fragmentação do saber, fracasso escolar, evasão, e outros aspectos que reforçam a exclusão social. A Escola atende crianças e jovens em situação de alto grau de vulnerabilidade social. Nesse contexto, realiza inúmeros projetos no turno e contra turno escolar. Em 2014, citamos: Enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem através da musicalidade; Tocar os corações; Leitura do mundo através das artes; AMA; O Futuro em suas mãos; Dança- Educação.</p>		

Escola de Ensino Fundamental La Salle	Pelotas – RS	670 alunos
<p>A Escola Fundamental La Salle Hipólito Leite, de Pelotas – RS iniciou suas atividades em 11 de maio de 1964, com o objetivo de atender crianças carentes da então “Vila dos Agachados”, hoje, Vila Cruzeiro do Sul. Este, continua sendo um dos bairros mais pobres e desassistidos de Pelotas. Com uma educação dentro da linha da formação integral, a Escola tem sido uma das maiores contribuições para a transformação social da região. Com estrutura ampla, quadras de esporte e sala de multiatividades, a escola oferece educação de ensino fundamental, e promove ações em diversos âmbitos, como forma de proporcionar uma educação em englobe o desenvolvimento saudável da criança e do jovem. Em 2014, foram realizados os seguintes projetos, realizados em turno inverso: Motivação Educacional; Estudando com Interesse; Horta Escolar; Iniciação Esportiva; Grupos de Jovens; Dança-Educação; Formação de Líderes.</p>		

Escola de Ens. Fund.La Salle Pão dos Pobres	Porto Alegre - RS	477 alunos
<p>A Escola de Ensino Fundamental La Salle Pão dos Pobres foi incorporada à Rede La Salle, em 2008, e está anexa à Fundação Pão dos Pobres de Santo Antônio. Originou-se a partir</p>		

de uma necessidade de suprir uma aspiração em relação à formação das crianças, jovens e adolescentes órfãos, acolhidos e assistidos pela Fundação. Os alunos dessa Escola provêm de diversos lugares de Porto Alegre e da Grande Porto Alegre, nos quais predominam ambientes de acentuada vulnerabilidade social. A maioria dos alunos, portanto, vive num contexto de discriminação social, em que a violência, a desintegração familiar e a precariedade econômica estão presentes diariamente. Por isso, a Escola prima por estrutura física, humana e pedagógica adequada à demanda, procurando ser instrumento de promoção de vida. Em 2014, dentre os principais projetos realizados destacamos: **PIPA – Projeto interdisciplinar de pesquisa e aprendizagem; Atividades esportivas; Rádio papo reto; Juventude em Cena; Vem que tem cultura; Educando para a vida; Grupo de jovens.** A Escola, ainda, oferece outros projetos e formas de intervenção, como acompanhamento pedagógico sistemático, realização de atividades extracurriculares, envolvendo educandos e educadores.

ANEXO C – Instituições de Ensino Superior (IES)

(Fonte: Relatório Anual Circunstanciado de Atividades 2015. Sociedade Porvir Científico, p. 11-17).

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES)

Em 2015, a Sociedade Porvir Científico manteve 05 Instituições de Ensino Superior, localizadas em **Manaus (AM)**, **Estrela (RS)**, **Canoas (RS)**, **Caxias (RS)** e **Lucas do Rio Verde (MT)**. Nas IES, a assistência social é prestada através de bolsas de estudos institucionais e do PROUNI, considerando sempre o perfil socioeconômico do aluno.

Centro Universitário La Salle	Canoas – RS	13.599 alunos
<p>O Centro Universitário La Salle - Unilasalle foi criado a 02 de agosto de 1972, com o nome de Centro Educacional La Salle de Ensino Superior - CELES, iniciando suas atividades com o Curso de Estudos Sociais, em 1976. Vieram depois os cursos de Letras e Pedagogia, com ênfase na preparação de professores. No início dos anos 90, por iniciativa da Mantenedora e da comunidade acadêmica, decidiu-se pela sua transformação do CELES em universidade. Em maio de 1992, foi encaminhada a Carta Consulta para sua transformação, por Via de Autorização, em Universidade La Salle. Ao mesmo tempo, foram tomadas iniciativas de incentivo à pesquisa e à extensão, bem como à expansão da oferta de cursos de graduação e pós-graduação. Atualmente, o Unilasalle oferece 30 cursos de graduação, 12 cursos tecnológicos, e conta com mais de 8.000 alunos matriculados nas diversas modalidades de cursos (Graduação, Pós-graduação, Extensão e projetos sociais).</p>		

Faculdade La Salle	Caxias do Sul – RS	501 alunos
<p>A Faculdade La Salle foi fundada em outubro de 2011, tendo sido esta fundação motivada pelo centenário da presença lassalista, em Caxias do Sul, em 2008. O processo foi enviado ao MEC, em fins de 2008, com os seguintes cursos: Bacharelado em Administração e em Ciências Contábeis e Tecnólogos em Gestão Financeira, Recursos Humanos e Processos Gerenciais. No dia 27 de outubro, pela Portaria 1478/MEC, a Faculdade La Salle foi credenciada pelo MEC. Também foram ofertados cursos de MBA no mesmo eixo de atuação.</p>		

Faculdade La Salle	Lucas do Rio Verde - MT	4.679 alunos
<p>A Faculdade de Lucas do Rio Verde e sua incorporação e integração à Rede La Salle são momentos históricos distintos, mas complementares. A Faculdade de Lucas do Rio Verde surge para suprir a carência de educação superior no município, tanto para formar</p>		

profissionais qualificados, quanto para atender os anseios de pais e filhos obrigados a buscar a educação superior em outros Municípios. Inspirada nos Princípios Pedagógicos Lassalistas, a Faculdade La Salle, propõe-se a oportunizar ao educando uma pedagogia que viabilize a produção, a apropriação e a socialização do conhecimento, necessária para a compreensão da realidade que o cerca e para que possa intervir nela, progressivamente, desenvolvendo-a de forma integrada e sustentável.

Faculdade La Salle	Manaus -AM	3.617 alunos
<p>A Faculdade La Salle de Manaus tem como missão “formar profissionais conscientes da realidade brasileira com uma base teórica aliada à competência técnica e política, capazes de incorporar, criar ou reformular o saber científico, integrado à comunidade, de forma a possibilitar uma ação transformadora em direção a uma sociedade mais solidária”. Credenciada pela Portaria 2.359, de 11 de agosto de 2004, desenvolve seu trabalho numa perspectiva cristã de mundo e de homem, respeitando a diversidade de crenças, convicções políticas e orientações pedagógicas, tendo como ponto de referência a obra social e educacional desenvolvida por São João Batista de La Salle, precursor da pedagogia moderna e padroeiro Universal dos educadores. A existência da UNILASALLE, em Manaus, fundamenta-se na demanda e nos anseios da sociedade e do mercado de trabalho de uma região com características bem peculiares devido à presença de várias empresas. Foram desenvolvidos vários projetos de extensão comunitária e extensão acadêmica.</p>		

Faculdade de Tecnologia La Salle	Estrela – RS	668 alunos
<p>A presença Lassalista no campo da educação na cidade é recente. A idéia de oferecer Educação Superior em Estrela iniciou em julho de 2006, quando a Prefeitura Municipal de Estrela manifestou interesse em realizar uma parceria com a Rede Lassalista de Educação, tendo em vista a cidade estar situada numa grande região que conta com poucas instituições de ensino superior. A concretização desta parceria aconteceu no início em 11 de junho de 2007, firmou-se protocolo de intenções com a Prefeitura Municipal. Em 29 de setembro de 2009, com a presença de autoridades e convidados, foi feito o lançamento solene da Faculdade de Tecnologia La Salle – Estrela, cuja missão é “promover o desenvolvimento integral da pessoa e a transformação da sociedade através da educação humana e cristã, solidária e participativa”, e visão é “tornar-se uma Instituição de Ensino Superior reconhecida pela excelência do ensino, da pesquisa e da extensão, voltada para o desenvolvimento local e regional”.</p>		

APÊNDICE A - Termo de autorização para a realização do estudo

Canoas, 02 de março de 2015.

Ao
Presidente da Rede La Salle
Sr. Edgar Genuíno Nicodem

Prezado Edgar Genuíno Nicodem:

Ao cumprimentá-lo cordialmente, solicito a Vossa Senhoria autorização para realizar uma pesquisa cujo título é **SERVIÇO EDUCATIVO A POBRES: A Rede La Salle entre a missão institucional e as recentes implicações da legislação brasileira sobre filantropia educacional**, tendo como propósito de pesquisa investigar como a Rede La Salle organiza e desenvolve o Serviço Educativo a Pobres frente à legislação da filantropia, de modo a manter seu carisma religioso, identidade confessional e tradição pedagógica. O objetivo principal desse estudo é identificar e analisar na bibliografia as bases que fundamentam sua originalidade fundacional em meio a medidas e ações exigidas para justificar a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS).

A pesquisa é orientada pelo Prof. Dr. Evaldo Luis Pauly, do Centro Universitário La Salle - Unilasalle, Canoas/RS e tem como pesquisador responsável o mestrando Valdir Leonardo da Silva.

Essa autorização é necessária para a realização da pesquisa junto aos setores de Secretaria e de Assistência Social da Sede Provincial, onde serão utilizados pelo pesquisador documentos para análise, tais como relatórios de atividades e informe do Serviço Educativo a Pobres. Ao mesmo tempo, solicito autorização para que o nome da Instituição e de suas mantidas possam constar na Dissertação, bem como em futuras publicações na forma de artigo científico.

Desde já agradeço sua colaboração destacando que esta será imprescindível para a continuidade desta pesquisa. Coloco-me à sua disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Valdir Leonardo da Silva
Mestrando em Educação
Centro Universitário La Salle - Unilasalle

Canoas-RS

APÊNDICE B – Carta de Autorização/Anuência**REDE
LA SALLE** 

EDUCAÇÃO BÁSICA • EDUCAÇÃO SUPERIOR • OBRAS ASSISTENCIAIS

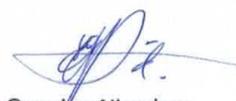
Porto Alegre, 31 de março de 2015.

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, Edgar Genuino Nicodem, Presidente da Rede La Salle, declaro que tenho conhecimento do teor do Projeto de Pesquisa intitulado: **SERVIÇO EDUCATIVO AOS POBRES: A Rede La Salle entre a missão institucional e as recentes implicações da legislação brasileira sobre filantropia educacional**, que tem como propósito de pesquisa investigar como a Rede La Salle organiza e desenvolve o Serviço Educativo aos Pobres frente à legislação da filantropia, de modo a manter seu carisma religioso, identidade confessional e tradição pedagógica.

Dessa forma, autorizo o pesquisador, Valdir Leonardo da Silva, a realizar sua pesquisa nos setores de Secretaria Provincial e Assistência Social da Sede Provincial. Para isto, serão disponibilizados ao pesquisador documentos para análise, tais como relatórios de atividades e informe do Serviço Educativo aos Pobres. Ao mesmo tempo, autorizo que o nome da Instituição e de suas mantidas constem na sua Dissertação, bem como em futuras publicações na forma de artigo científico.

Atenciosamente,



Ir. Edgar Genuino Nicodem
Presidente da Rede La Salle